



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA  
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA**

**ALICE BEZERRA DE MELLO MOURA**

**REMOÇÕES FORÇADAS, MORADAS DESMANTELADAS:  
UMA INTERVENÇÃO ESTATAL NO LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO**



**RECIFE  
2016**

**ALICE BEZERRA DE MELLO MOURA**

**REMOÇÕES FORÇADAS, MORADAS DESMANTELADAS:  
UMA INTERVENÇÃO ESTATAL NO LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador:

Prof. Dr. Russell Parry Scott

RECIFE  
2016

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

M929r Moura, Alice Bezerra de Mello.  
Remoções forçadas, moradas desmanteladas : uma intervenção estatal  
no Loteamento São Francisco / Alice Bezerra de Mello Moura. – 2016.  
164 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Russell Parry Scott.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,  
CFCH. Programa de Pós-graduação em Antropologia, 2016.  
Inclui Referências e anexos.

1. Antropologia. 2. Habitação. 3. Copas do mundo (Futebol) – Brasil.  
4. Desapropriação. 5. Remoção (Habitação). I. Scott, Russell Parry  
(Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-038)

**ALICE BEZERRA DE MELLO MOURA**

**“Remoções forçadas, moradas desmanteladas:  
uma intervenção estatal no Loteamento São Francisco”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Aprovado em: 22/08/2016

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Russell Parry Scott (Orientador)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPE

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marion Teodósio de Quadros (Examinadora Titular Interna)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPE

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonádia Monteiro Borges (Examinadora Titular Externa)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Universidade de Brasília

A minha avó Dulcinéia,  
*in memoriam*

## AGRADECIMENTOS

A realização dessa dissertação não teria sido possível sem a colaboração das moradoras e moradores do Loteamento São Francisco. Deixo registrada minha profunda gratidão pela recepção acolhedora das famílias, dentro de suas casas, em momentos tão turbulentos.

Agradeço imensamente ao apoio incondicional de toda minha família durante cada instante da pesquisa, o que tornou possível a concretização desse árduo trabalho. Nos momentos de inquietação e desânimo, eles me deram força para continuar.

Ao meu orientador prof. Dr. Parry Scott, pelos ensinamentos e conhecimentos compartilhados. A dedicação e competência do prof. Scott, durante todo o processo de construção dessa dissertação, me ensinou muito sobre o significado de ser professor.

Aos membros da equipe da pesquisa *Uma Arena para Pernambuco: impactos e avaliações de vizinhos, beneficiados e atingidos*, pelo afetuoso acolhimento no Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES). A construção do material dessa dissertação começou com essa pesquisa. Meu agradecimento se estende à toda equipe.

A todas as professoras e professores que contribuíram com meu caminho acadêmico no Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPE, meu enorme agradecimento.

À equipe do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPE, pela eficiência e dedicação. Aos colegas da turma do mestrado pelo apoio nas dificuldades que compartilhamos.

Aos amigos do Comitê Popular da Copa de Pernambuco, por me mostrarem a complexidade da luta pelo direito à moradia.

Às minhas amigas, pelo afeto e carinho que iluminam meus dias. Obrigada pela compreensão da minha ausência em vários momentos durante a construção deste trabalho.

Especialmente a Flávia e Tainã, por acreditarem no meu trabalho nas incontáveis horas de dúvida e apreensão.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro durante os dois anos de bolsa de mestrado.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é compreender os significados atribuídos à moradia pelas famílias do bairro Loteamento São Francisco, no município de Camaragibe –PE, que tiveram suas casas demolidas por causa do grande projeto de investimento associado à realização da Copa do Mundo de 2014. O processo pelo qual os indivíduos e as suas famílias constituem seu lugar para morar é o cerne da nossa análise. Perante a intervenção estatal que reduziu suas casas a um valor em dinheiro, as famílias teceram múltiplas estratégias para reestruturarem suas vidas diante dos recursos disponíveis. Nesse contexto desencadeador de diversas inseguranças, veremos como o significado dado a suas casas é ampliado através de um emaranhado de elementos que compõe as nuances da moradia. As redes de vizinhança, a intimidade com o bairro, os vínculos familiares e o sentimento de afeto pela casa são alguns componentes significativos na construção dessa composição. Nossa investigação antropológica é baseada na abordagem dos métodos qualitativos através da realização de entrevistas, trabalho de campo, engajamento no Comitê Popular da Copa a favor dos direitos da população afetada e pesquisa documental. Grandes projetos de investimento impactam a situação de moradia da população local de diversas maneiras. Quando estão vinculados a megaeventos esportivos, uma concatenação de fatores acarreta em grandes projetos com consequências danosas ainda mais profundas para as pessoas que habitam o local. As pessoas e famílias buscam formas de ressignificar a moradia nos novos espaços diante dos contratempos da presença de um estado gerador de insegurança.

**Palavras-chave:** Moradia. Remoção Forçada. Grandes Projetos. Antropologia.

## ABSTRACT

This dissertation aims to shed light on the meaning of “*moradia*” (place of living) given by families who lived in the Loteamento São Francisco neighborhood, located in the city of Camaragibe. Those families had their houses demolished in order to make way for the large investment project associated with the 2014 World Cup. The process by which these individuals and their families establish their place of living is the focus of our analysis. Faced with a state intervention that reduced their family homes to an amount of money, these families employed multiple strategies to restructure their lives using the resources available to them. In light of this insecurity-triggering environment, we will see how the meaning the families gave to their homes is expressed through a web of elements which make up the nuances of the home as a place of living. The neighborhood networks, familiarity with the neighborhood itself, family ties and the sense of affection for the home are some of the significant elements which are included in this composition. Our research is based on the use of qualitative methods using interviews, field work, engagement with the Comitê Popular da Copa for the rights of the affected population, as well as documentary research. Large investment projects impact the living conditions of the local population in various manners. When these projects are linked to mega sporting events, a concatenation of factors lead to even more profoundly adverse effects on the local people. Individuals and families seek ways to restructure their lives and living spaces despite being faced with an environment which generates insecurity.

**Keywords:** Housing. Forced Evictions. Large Projects. Anthropology.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – CARTILHA DA ONU "COMO ATUAR EM PROJETOS QUE ENVOLVEM DESPEJOS OU REMOÇÕES?" _____	52
FIGURA 02 – ADESIVO COLADO NO MURO DAS CASAS DO LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO _____	68
FIGURA 03 – DOCUMENTO DE COMPRA E VENDA DE TERRENO NO LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO _____	79
FIGURA 04 – LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO ANTES DA REMOÇÃO _____	83
FIGURA 05 – LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO ANTES DA REMOÇÃO _____	85
FIGURA 06 - LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO ANTES DA REMOÇÃO _____	87
FIGURA 07 – DEMOLIÇÕES NO LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO _____	102
FIGURA 08 – DEMOLIÇÕES NO LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO _____	104
FIGURA 09 – DEMOLIÇÕES NO LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO _____	105
FIGURA 10– DEMOLIÇÕES NO LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO _____	106
FIGURA 11 – TERRENO ABANDONADO APÓS A REMOÇÃO _____	107

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

ANCOP – ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA

BDI – BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS

BNH – BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

BRT – BUS RAPID TRANSPORT

CENDHEC – CENTRO DOM HÉLDER CÂMARA DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL

COHRE – CENTER ON HOUSING RIGHTS AND EVICTIONS

CONDEPE-FIDEM – AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO

COPEL – COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

CPF – CADASTRO DE PESSOA FÍSICA

EMLURB – EMPRESA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA

FAGES – NÚCLEO DE FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE

FASE – FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL

FERU – FÓRUM ESTADUAL DE REFORMA URBANA

FIFA – FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL

FAR – FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL

FDS – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GPI – GRANDE PROJETO DE INVESTIMENTO

HIC – HABITAT INTERNATIONAL COALITION

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IDMC – INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE

IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

NBR – NORMA BRASILEIRA

ONG – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

ONU– ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PIDESC – PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

PAI – PEDIDO DE INFORMAÇÃO

PGE – PROJETOS DE GRANDE ESCALA

PGE – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROMOB – PROGRAMA DE MOBILIDADE URBANA

SECOPA– SECRETARIA EXECUTIVA DA COPA DE PERNAMBUCO

SEDES – SECRETARIA EXECUTIV A DE DESAPROPRIAÇÕES

SEI – SISTEMA ESTRUTURAL INTEGRADO

SINAPI – SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

SMH – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

TI – TERMINAL INTEGRADO

TCE – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2 CAPÍTULO I MORADIA E GRANDES OBRAS</b>	<b>22</b>
<b>2.1 GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO E CONTEXTOS DE MORADIA</b>	<b>22</b>
- REMOÇÕES FORÇADAS	24
- ESTUDOS DE IMPACTOS DAS CONSTRUÇÕES DE HIDRELÉTRICAS NO BRASIL E AMÉRICA LATINA	27
- REMOÇÕES DENTRO DA CIDADE: UM CASO ESTUDADO POR LEOPOLDO BARTOLOMÉ	31
- INÍCIO DAS REMOÇÕES URBANAS NO BRASIL	35
<b>2.2 GRANDES PROJETOS E UM MEGAEVENTO ESPORTIVO EM PERNAMBUCO</b>	<b>38</b>
- MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E TRANSFORMAÇÕES URBANAS	40
- A COPA DO MUNDO DE 2014 NO BRASIL	41
<b>2.3 TRANSFORMANDO HABITAÇÃO EM CASA: PERSPECTIVAS DE PLANEJADORES E MORADORES</b>	<b>47</b>
- A CASA ENQUANTO MORADIA ADEQUADA: DEFINIÇÃO DA ONU E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	48
- A CASA ENQUANTO HABITAÇÃO E PROPRIEDADE: ESTUDOS DE HABITAÇÃO E O CONTEXTO PERNAMBUCANO	52
- <b>A ocupação do território no Recife</b>	<b>55</b>
- A CASA ENQUANTO LUGAR PARA MORAR: NUANCES ATRIBUIDORAS DE SENTIDO À MORADIA	60
<b>3 CAPÍTULO II O LOTEAMENTO</b>	<b>66</b>
<b>3.1 CAMINHOS INICIAIS E METODOLOGIA</b>	<b>66</b>

- CHEGADA AO LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO	66
- PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ POPULAR DA COPA: VANTAGENS E ENTRAVES	68
- AS FAMÍLIAS E NOSSOS ENCONTROS	74
<b>3.2 O LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO</b>	<b>75</b>
- OS LOTES, ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E REDES DE VIZINHANÇA	83
<b>3.3 A REMOÇÃO</b>	<b>90</b>
- PROCEDIMENTOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO	90
- NEGOCIAÇÕES E INDENIZAÇÃO	97
- EXTINÇÃO DA SEDES	100
- “A MÃO DO DIABO”: A REMOÇÃO NARRADA PELOS MORADORES	102
- “A SENSACÃO É QUE TIRARAM A GENTE PRA NADA”: DESTINO DO TERRENO	107
<b>4 CAPÍTULO III (RE) CRIANDO O LUGAR PARA MORAR</b>	<b>112</b>
1. ROSA: “morando na casa dos outros”	115
2. MARTA E LUISA: a mudança como “segundo aniversário”	118
3. SOFIA E CLARA: “aqui é só oi, oi, bom dia, boa noite”	123
4. SOCORRO E GISELE: “a salvação foi essa mulher”	126
5. MARIA: “a gente não se mudou, destruiu a casa”, um caso de desapropriação parcial	127
6. VALÉRIA: “a gente vivia melhor”	130
7. GERALDO: “a diferença é grande em tudo”	131
- DESENCADEAMENTO DE NOVAS INCERTEZAS	134
- O QUE É UMA CASA “BOA”?	136
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>147</b>

## **ANEXOS**

ANEXO A – PLANTA DO LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO, CAMARAGIBE, PERNAMBUCO\_\_\_\_\_155

ANEXO B – RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO AO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO FEITO PELO COMITÊ POPULAR DA COPA\_\_\_\_\_156

ANEXO C – DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO DA ÁREA DO LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO\_\_\_\_\_157

ANEXO D – DENÚNCIA DE USO INDEVIDO DO BEM PÚBLICO À PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO\_\_\_\_\_159

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação pretende compreender os significados atribuídos à moradia pelas famílias do bairro Loteamento São Francisco, no município de Camaragibe –PE, após terem suas casas demolidas por causa de um grande projeto de investimento. O processo pelo qual os indivíduos constituem seu lugar para morar é o cerne da nossa análise. Depois de verem todas as casas do bairro no qual moravam há décadas serem destruídas por tratores, os moradores foram obrigados a reestruturar suas vidas. Diante da intervenção estatal que reduziu suas casas a um valor em dinheiro, as famílias teceram múltiplas estratégias para ressignificarem o sentido da moradia. Nesse contexto desencadeador de diversas inseguranças, examinaremos como o significado dado à suas casas é ampliado através de um emaranhado de elementos que compõe as nuances da moradia.

As remoções forçadas são um fenômeno mundial e têm três principais causas: desastres naturais, conflitos políticos e projetos de desenvolvimento. As famílias do bairro estudado foram removidas de suas casas por causa das obras de mobilidade para a Copa do Mundo de 2014. Historicamente, a realização de megaeventos esportivos tem se consolidado como um momento de diversas transformações urbanas com consequências danosas para a população local. Entretanto, vimos que essa lógica de retirar casas do “caminho das obras” não é nova e, nesse caso, o megaevento se torna mais um grande projeto gerador de impactos para os residentes das cidades sede.

Elencamos o conceito de Grande Projeto de Investimento (GPI) de Vainer e Araújo (1992) como mais propício para refletirmos sobre grandes projetos, principalmente pela sua amplitude. Consideramos a Copa do Mundo de Futebol como um GPI pelas suas grandes proporções, enorme quantia de investimento envolvido e pela multiplicidade de atores

envolvidos (governo federal, governos estaduais, municípios, organizações internacionais, construtoras, sociedade civil, entidades privadas, etc.).

Todo grande projeto ocasiona reorganizações territoriais que modificam intensamente a situação de moradia da população local. Para compreender a diversidade de formatos dos grandes projetos, o diálogo com estudos antropológicos sobre impactos contribuirá significativamente. Discorreremos sobre diversas situações históricas nas quais populações tiveram suas casas demolidas por estarem no meio do traçado de um projeto. No primeiro capítulo, analisaremos grandes projetos semelhantes, mas estruturados com peculiaridades que repercutem nas diferentes formas pelas quais a moradia será impactada. Nosso trajeto percorrerá construções de usinas hidrelétricas no interior do estado de Pernambuco e da Bahia (SCOTT, 2006, 2009, 2012; SCOTT e SÁ, 1995), barragens construídas dentro de cidades no Paraguai e na Argentina (BARTOLOMÉ, 1993) e projetos de urbanização de grandes metrópoles como o Rio de Janeiro (VALLADARES e FIGUEIREDO, 1986; MELLO, SIMÕES E FREIRE, 2010). O intuito é compreender a diversidade de formatos dos grandes projetos, dando ênfase aos desafios enfrentados pelas pessoas removidas de suas casas por estarem no meio do caminho das obras.

Afora as semelhanças com os procedimentos dos grandes projetos revisados, no primeiro capítulo estarão presentes diversas particularidades que permeiam o cenário da nossa pesquisa. Tais singularidades poderão ser apontadas principalmente pelo vínculo a um megaevento esportivo, pelo fato de concernir uma população urbana com segurança de posse garantida e pela presença de uma única opção de compensação, entre outros aspectos.

Para entender as especificidades de grandes projetos vinculados a megaeventos esportivos, discorreremos sobre a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil (DAMO e OLIVEN, 2013; OMENA, 2011; ROLNIK, 2010; CURI, 2013). Veremos a aceleração de diversas transformações urbanas e, em seguida, o contexto do megaevento no Recife será

traçado. O tempo do megaevento (SCOTT, SANTOS, SOUZA, MOURA, 2014) é uma das características que o difere de outros grandes empreendimentos já realizados no país e faz com que os impactos para a população local sejam ainda mais latentes.

Como nossa investigação ocorre num contexto de desapropriação ocasionada por grandes projetos de investimento, diversos atores emergem, constituindo uma trama na qual se entrelaçam diferentes níveis de poder. Assim, ainda no primeiro capítulo, será importante analisarmos a perspectiva da legislação que ordena as ações referentes à moradia em vários níveis: na Organização das Nações Unidas (ONU), no governo brasileiro e no governo do estado de Pernambuco. De início, investigaremos a inserção do conceito no âmbito dos direitos humanos, especificamente a partir na noção de moradia adequada da Organização das Nações Unidas. Depois, um panorama geral das leis em nível nacional nos permitirá compreender em quais princípios se baseiam as decisões do governo brasileiro relativas à moradia. As ações em nível estadual serão aprofundadas no segundo capítulo, nos permitindo construir uma melhor compreensão da estrutura institucional montada no estado de Pernambuco para lidar com desapropriações.

Em seguida, olharemos de perto como o local de moradia da população brasileira tem sido estudado nas últimas décadas (VALLADARES, FIGUEIREDO, 1986; MARICATO, 1982). Dando continuidade, uma revisão bibliográfica acerca do cenário habitacional no Recife nos mostrará os paradoxos da situação de moradia na capital pernambucana (ZARIAS e BRITO, 2014; ZARIAS, 2016; SANTOS, 1983). A discussão a respeito do direito à propriedade e do direito à moradia revelará as limitações e possibilidades abrangidas por essas denominações jurídicas.

Logo depois, focaremos nosso olhar no processo pelo qual os indivíduos constituem seu lugar para morar. Nossa escolha analítica pelo termo “lugar para morar” será elucidada nessa parte. A literatura sociológica e antropológica francesa sobre moradia contribuirá para

refletirmos sobre como as pessoas constroem afetivamente seus lugares para morar (BONVALET e GOTMAN, 1993; BONVALET, 1993; ATTIAS-DONFUT e RENAUT 1994). A constatação da profunda ligação entre a moradia e a constituição dos próprios indivíduos será esclarecida (SERFATY-GARZON, 2003; HEIDEGGER, 1951).

Nos contrapomos a noção de habitação centrada na edificação do imóvel para compreendermos de forma mais incisiva a complexidade do entrelaçamento de elementos atribuidores de sentido à moradia. Baseados em Almeida (2011) e Mayol (1996), entenderemos porque o bairro é considerado como uma extensão da casa. As redes de vizinhança, a intimidade com o bairro, os vínculos familiares e o sentimento de afeto pela casa serão alguns componentes significativos na construção das nuances da moradia. Num cenário de intervenção estatal, a transformação da mera habitação em casa (BORGES, 2003, 2010, 2013) pela população local nos revela o papel central do lugar para morar na construção da identidade dos indivíduos.

O capítulo dois está estruturado em três grandes eixos. Iniciaremos através da contextualização da nossa chegada ao Loteamento São Francisco e veremos os fenômenos motivadores da escolha do bairro como local de pesquisa. Em seguida, discorreremos sobre minha participação no Comitê Popular da Copa de Pernambuco e serão expostas algumas inquietações metodológicas. Logo depois, explicaremos como foram feitas as entrevistas e qual o perfil das moradoras e moradores.

Trabalhar com famílias que tiveram suas casas demolidas se configurou como um desafio por vários motivos. O primeiro compartilhamos com todas as pessoas em processo de pesquisa: a escolha do recorte temático diante da imensidão de caminhos possíveis. Apenas para citar algumas: o impacto da remoção na trajetória educacional das crianças e dos adolescentes, uma investigação sobre possíveis mudanças acerca representação do megaevento esportivo, a relação das famílias com diferentes instâncias do governo, um olhar

a partir das questões de gênero, etc. Segundo, pela dificuldade em encontrar um número significativo de estudos sobre remoções causadas por grandes projetos dentro da cidade.

O terceiro motivo, acreditamos ser simultaneamente uma desvantagem e um estímulo: o fato de a situação de moradia das pessoas não ter tido a devida atenção dentro da antropologia nos últimos anos. Inspirados na provocação<sup>1</sup> feita num artigo de Antonádia Borges (2010), encaramos o desafio de refletir especificamente sobre o estatuto do lugar de morar na vida das pessoas do Loteamento São Francisco. É enigmático notar que no Recanto das Emas a intervenção estatal partia da distribuição de lotes para a população, ao passo que no Loteamento a ação estatal destituiu as famílias de seus lotes. Ressalvadas as particularidades de cada contexto, é importante frisar que muitas reflexões feitas na obra de Borges foram úteis para construção do presente trabalho.

A caracterização do Loteamento será imprescindível para compreensão do significado atribuído pelas famílias às suas casas. Na maioria das pesquisas relacionadas à remoções, os autores iniciam as idas a campo depois da derrubada das casas. No caso da construção de hidrelétricas, alguns antropólogos nem chegam a conhecer as cidades submersas pelas águas da barragem. Tivemos a oportunidade de fazer pesquisa de campo<sup>2</sup> quando nenhuma casa do Loteamento tinha sido demolida. Assim, pudemos percorrer as movimentadas ruas do bairro, o que fez com que a posterior narrativa dos moradores não parecessem histórias longínquas. Portanto, a complexa descrição da organização social do bairro parte de ao menos três fontes: o relato dos moradores, minha observação e pesquisa documental em órgãos públicos.

A criação de uma Secretaria Executiva de Desapropriações (SEDES) nos anos que antecedem a Copa e sua dissolução após o megaevento será um dos objetos de análise no

---

<sup>1</sup> Como veremos no capítulo I, Borges afirma que seu estudo na cidade do Recanto das Emas a fez refletir sobre o quanto as ciências sociais – e talvez a antropologia em especial – fizeram vistas grossas para o estatuto do lugar aonde seus anfitriões residem (BORGES, 2010, p. 24).

<sup>2</sup> Em 2012 e 2013 fiz pesquisa de campo no Loteamento São Francisco para meu trabalho de conclusão de curso da graduação em Ciências Sociais (UFPE).

capítulo II. Foi criado um Manual de Procedimentos para guiar as ações dessa secretaria e a partir da análise desse documento poderemos nos perguntar: quando se tratam de desapropriações, com qual concepção de direito à moradia e à propriedade o Estado opera? O que é uma “casa” aos olhos do Estado? Como lidam com as populações atingidas pelas desapropriações? Quais são as medidas “mitigadoras” fornecidas?

A análise dos componentes do cálculo da indenização nos permitirá esmiuçar a visão do Estado acerca da moradia. Depois, passaremos por uma análise das negociações feitas entre o Estado e a população atingida para entender os detalhes que perpassam essa relação. Cabe frisar que só havia um elemento a ser negociado (o valor indenizatório), a única opção de compensação oferecida aos moradores.

A constante narração das diversas etapas da remoção foi uma das estratégias da população do Loteamento para ressignificar suas vidas. “A mão do Diabo” é como alguns moradores chamam as escavadeiras que derrubaram suas casas. Através de uma escuta atenta a essas narrativas, compreenderemos melhor as táticas pelas quais recompõem suas vidas após a saída do bairro. Compostas por familiares, vizinhos e amigos, as redes de solidariedade produzidas durante esse processo se tornaram uma fonte de conforto para as famílias, perante a traumática remoção.

No terceiro capítulo, traremos as histórias de sete famílias para darmos continuidade à nossa compreensão da relação entre o indivíduo e seu lugar para morar. Veremos que a criação do lugar para morar ocorre lentamente e é permeada por múltiplos elementos que se entrelaçam: o fato da casa ter sido construída pelos pais e depois herdada, o longo tempo de residência no bairro, a intimidade com os vizinhos, o sentimento de segurança, etc. Depois de passarem pela remoção, há o surgimento de novas incertezas que não faziam parte do cotidiano dos moradores do Loteamento. Uma delas é a insegurança de posse gerada pela

intervenção estatal, o medo de poder ser removido novamente no local onde estão morando e a incerteza da adaptação no novo bairro.

A relevância da nossa dissertação decorre, principalmente, do reduzido número de trabalhos antropológicos com enfoque na moradia, em contextos de intervenção estatal. A antropologia nos possibilita analisar a complexa teia de relações sociais existentes na implementação de um grande projeto de investimento. Com o vertiginoso aumento da execução de grandes projetos dentro das cidades nos últimos anos, a reflexão antropológica tem muito a contribuir na construção de um entendimento minucioso sobre o tema.

## 2 CAPÍTULO I MORADIA E GRANDES OBRAS

### 2.1 GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO E CONTEXTOS DE MORADIA

Ainda que consideremos a presença de semelhanças entre grandes projetos, nosso propósito não consiste em generalizá-los, pois sabemos que são implantados de diversas formas ao redor do mundo. Com diversas nomenclaturas em cada contexto, os grandes projetos variam conforme sua abrangência, sua localização, seus propósitos finais (extração mineral, construção de estruturas para geração de energia, renovação urbana, etc.) e os atores envolvidos (governo, entidades privadas, população atingida, organizações da sociedade civil, etc.). Vários conceitos foram formulados para designá-los, tais quais Projeto de Grande Escala (RIBEIRO, 1985), Grande Projeto de Investimento (VAINER E ARAÚJO, 1992) e inúmeras denominações dadas: “projetos de desenvolvimento”, “grandes projetos industriais”, “grandes obras”, “projetos de macrodesenvolvimento”, etc.

Passando por vários estudos dedicados a essas intervenções, veremos como a questão dos deslocamentos da população local tem sido examinada. O deslocamento forçado implica uma ruptura entre as pessoas e seus **lugares para morar**<sup>3</sup>, gerando consequências com particularidades em cada cenário. A revisão da literatura nos permite situar os debates existentes nesse campo do conhecimento, assim como reconhecer a relevância do tema, objeto de reflexões há décadas.

Diante de tantas possibilidades, elencamos o conceito de Grande Projeto de Investimento (GPI), formulado por Carlos Vainer e Frederico Araújo (1992) como mais propício para conduzir nossa análise. Os autores caracterizam como GPI os projetos que envolvem capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território. Sendo assim, a amplitude do conceito

---

<sup>3</sup> A escolha por esse termo será elucidada na terceira parte do capítulo.

de GPI o torna apropriado para nosso tema. Consideramos o conjunto de obras para a Copa do Mundo como parte de um grande projeto de investimento (GPI), pois envolve os elementos citados acima e constitui um visível empreendimento, produtor de novas centralidades urbanas. A lógica norteadora dos grandes projetos é de ver o território em função do GPI, ou seja, o espaço urbano é visto e utilizado em função do GPI, e não ao contrário, no caso das obras de mobilidade.

Antes da elaboração dessa ideia, no final dos anos 1980, Gustavo Ribeiro (1985) desenvolveu o termo “Projetos de Grande Escala (PGE)”. Ribeiro os descreveu como projetos que são “sistemas discretos” e além disso “recorrentes”. Para o autor, o conceito de sistemas discretos significa fazer parte de um conjunto organizado de relações com uma lógica particular, embora inseridos em um sistema maior que estrutura seus princípios. E são recorrentes porque existe uma similaridade entre os diferentes PGE, o que justifica os colocar na mesma categoria, por produzirem acontecimentos previsíveis na maior parte dos casos (RIBEIRO, 1985, p. 27). Ribeiro define os PGE a partir de três características: o gigantismo, o isolamento e o caráter temporário.

Segundo ele, alguns fenômenos sociais às vezes se aproximam da categoria de PGE por terem uma dessas dimensões, contudo não podemos classificá-los com esse rótulo, pois é necessária a presença das três dimensões (RIBEIRO, 1985, p. 30). Ao exemplificar a construção de um sistema subterrâneo de transporte, um projeto gigantesco e temporário, o autor sustenta que não seria um PGE por não estar situado em uma área isolada. Tal fato revela uma limitação da definição de Ribeiro, que não englobaria grandes obras realizadas em áreas urbanas. Contudo, considero importante destacarmos sua formulação, por ter sido uma das primeiras vezes que o conceito aparece articulado dessa maneira no Brasil.

Para compreender a diversidade de situações geradas pela implementação de GPIs, examinaremos os estudos sobre a construções das usinas hidrelétricas em distintas regiões,

tanto rurais quanto urbanas. Em seguida, destacaremos ações de renovação urbana como outra intervenção causadora de intensas reorganizações territoriais. Como dito anteriormente, todo grande projeto ocasiona consequências na situação de moradia da população local. Então, antes de voltarmos nossa atenção para os estudos produzidos sobre o tema, é necessário elucidarmos precisamente o que são remoções forçadas.

## REMOÇÕES FORÇADAS

As remoções forçadas<sup>4</sup> são um fenômeno que acontece há muito tempo em vários lugares do mundo. É um tema polêmico, por estar relacionado na maioria das vezes a violações de direitos humanos e já foi objeto de várias recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) e de políticas internacionais e locais. Existe uma enorme dificuldade de acessar dados relativos às remoções forçadas no Brasil. Uma das principais organizações especialistas em deslocamentos forçados, a Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC), considera três principais causadores de deslocamento involuntário: guerras/conflitos armados, desastres ambientais e projetos de desenvolvimento<sup>5</sup>. Entretanto, no banco de dados da IDMC, os deslocamentos causados por projetos de desenvolvimento não são contabilizados, o destaque é dado para os conflitos armados e desastres ambientais. Essa ausência deve ocorrer pela recente inclusão dos projetos de desenvolvimento como objeto de análise. Em março de 2016 foi quando aconteceu a primeira missão da IDMC dedicada a deslocamentos causados por projetos de desenvolvimento<sup>6</sup>. Infelizmente, fora um verbete

---

<sup>4</sup> Veremos os usos de vários termos para se referir às remoções: desapropriação, deslocamento, expulsão, desalojamento, reassentamento, etc.

<sup>5</sup>Disponível em: <http://www.internal-displacement.org/globalreport2016/> Acesso em: 4 jun. 2016.

<sup>6</sup>Disponível em: <http://www.internal-displacement.org/blog/2016/the-people-behind-the-dams-mines-riverfront-development-projects> Acesso em: 05 jun. 2016

sobre as remoções causadas pelas Olimpíadas no Brasil<sup>7</sup>, não existem informações sobre os deslocamentos forçados dentro do país.

A definição de remoção forçada utilizada no presente trabalho é a da ONU: “a remoção permanente ou temporária contra a vontade dos indivíduos, famílias e/ou comunidades das casas e/ou terras que ocupam, sem a provisão e o acesso a, formas adequadas de proteção jurídica ou outra” (UNITED NATIONS, 1997 *apud* BRASIL, 2013). A ONU tem uma série de recomendações para casos de remoções forçadas causadas por grandes projetos, uma delas é relativa à necessidade e adequação do projeto em si.

....a análise quanto à necessidade e adequação de um projeto de infraestrutura e urbanização deve ser feita de forma transparente, com espaço para apresentação de propostas alternativas. Projetos que determinam a remoção sem que os envolvidos tenham previamente a oportunidade de conhecer, participar e, inclusive, propor alternativas que impliquem em menor impacto não cumprem com os padrões internacionais de direitos humanos (ONU, 2010, p.9).

Dessa forma, a população local deveria ter oportunidade de apresentar alternativas ao projeto caso não considerasse apropriado. Quando constatada a inevitabilidade da remoção, há três cenários possíveis apontados pela ONU: restituição, reassentamento ou justa compensação. O primeiro caso se aplica às situações nas quais as pessoas foram retiradas temporariamente de suas casas devido a projetos de reurbanização, por exemplo. Nesse caso, deve ser garantido à população o retorno ao seu local de origem. O reassentamento deve apresentar todas as condições de qualidade superior ou igual à moradia original e estar localizado o mais próximo possível de onde as pessoas moravam. A justa compensação em dinheiro é considerada como complementar ao reassentamento, pois não deve necessariamente substituí-lo.

A pessoa deve receber compensação justa por qualquer perda pessoal e material imposta pela remoção forçada, incluindo a utilização de peritos independentes para arbitrar um valor justo. Para calcular estes valores, uma alternativa é usar a

---

<sup>7</sup> Brazil: Olympic Games preparations displace thousands in Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.internal-displacement.org/globalreport2016/> Acesso em: 10 jun. 2016.

ferramenta<sup>8</sup> desenvolvida pela Coalizão Nacional do Habitat (HIC). A compensação deve cobrir, inclusive, direitos e benefícios de que usufruía em decorrência da localização de sua moradia original. Quando a moradia ou terra também forem fonte de subsistência para seus habitantes, a fixação do valor dos danos deve cobrir perdas comerciais, equipamento, estoque, árvores, colheitas, e perdas ou quedas nos ganhos ou renda (ONU, 2010, p.28).

O antropólogo Parry Scott (2006, 2009) afirma que os estudos sobre remoções as classificam em três tipos, segundo suas causas: decorrentes de desastres naturais (enchentes, etc.), por eventos políticos (guerras, etc.) e por projetos de desenvolvimento (hidrelétricas, obras de infraestrutura, etc.). Chamando atenção para esse último, ele ressalta seu caráter planejado, pois os outros dois são imprevisíveis e não teriam tempo para planejar estratégias do processo de remoção. Historicamente, presenciamos a ausência de planejamento ou um planejamento que não considera todos os impactos (sociais, culturais, econômicos, ambientais, etc.) sofridos pelas populações afetadas.

No caso de projetos de desenvolvimento, Scott traz a divisão das fases do processo de reassentamento feita por Scudder e Colson (1982): 1) planejamento e divulgação; 2) implantação; 3) desenvolvimento e 4) emancipação (SCOTT, 2009, p. 184). O autor mostra que as interações entre Estado e população local são intensas nas duas primeiras fases e depois se desarticulam. A quarta fase costuma ser de renegociação da avaliação dos impactos, com o esgotamento relativo de ambas as partes (SCOTT, 2009, p. 185).

Como esses impactos não são levados em conta com a devida seriedade, conseqüentemente as medidas “mitigatórias” também não são efetivamente realizadas. Geralmente, os “benefícios” dos grandes projetos são ressaltados em detrimento do silêncio

---

<sup>8</sup>A Coalizão Internacional do Habitat (HIC) desenvolveu uma ferramenta que estabelece um método de avaliação financeira de bens materiais e imateriais. Esta ferramenta tem como função o cálculo de perdas já ocorridas, mas também pode ser utilizada como base para ajudar no registro e cálculo prévio dos bens. O interessante neste método é o reconhecimento da existência de bens materiais que vão além do valor da construção em si, pois incluem também valor da terra, valor de produção agrícola e de criação, valor de taxas e impostos já pagos, valor do ponto comercial, custo do processo de reassentamento, transporte. A ferramenta também leva em conta os bens imateriais, como questões de saúde, psicológicas e integração da comunidade (ONU, 2010, p.15). Para saber mais: <http://www.hic-mena.org/documents/Loss%20Matrix.pdf>

sobre o que aconteceu com as famílias que estavam no “meio do caminho”. A dificuldade em obter dados oficiais do governo sobre o número de famílias removidas se repete em vários casos, o que demonstra uma maneira pela qual esse silêncio se manifesta. Assim como o conteúdo das manchetes de jornais locais<sup>9</sup>, sempre ressaltando as benesses da vinda dos grandes projetos ou do megaevento e poucas vezes divulgando os efeitos negativos que os acompanham.

## ESTUDOS DE IMPACTOS DAS CONSTRUÇÕES DE HIDRELÉTRICAS NO BRASIL E AMÉRICA LATINA

Muitos pesquisadores se debruçaram sobre o estudo dos impactos de grandes projetos, predominantemente em áreas rurais (SCOTT, 2006, 2009, 2012; VAINER e ARAÚJO 1992; CERNEA, 1991, 2004; ZHOURI, 2012; RIBEIRO, 1985). No decorrer dos anos, foram utilizados diversos termos para tratar esses grandes projetos no Brasil e na América Latina e foram atribuídos vários nomes para definir a população afetada em regiões rurais e urbanas. Iremos analisar algumas diferentes denominações dadas a esses projetos e às populações “atingidas”, com o fim de perceber suas contribuições e limitações para a presente pesquisa.

Na antropologia, os trabalhos sobre os impactos da construção de hidrelétricas começaram na década de 1960. Thayer Scudder analisou os impactos sociais e culturais provocados pela remoção involuntária dos Tonga (na Zâmbia), para construção da barragem de Kabira (SCHRÖDER, 2004). No Brasil, esse tema ganha força no final de 1970, começo dos anos 1980, sendo a coletânea<sup>10</sup> de Paul Aspelin e Silvio dos Santos uma importante obra nesse período (SCHRÖDER, 2004). É interessante perceber que essa coletânea de 1981

---

<sup>9</sup> Apesar do papel da mídia não ter sido o foco desse trabalho, considero interessante citar que a análise sobre a mídia e opinião pública no contexto dos megaeventos já foi feita por alguns autores: OMENA, Erick. Percepções urbanas em jogo: os impactos da Copa do Mundo de 1950 à luz da imprensa carioca. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2011.

<sup>10</sup> Indian Areas Threatened by Hydroelectric Projects in Brazil, Copenhagen, 1981.

destaca problemáticas do processo de remoção muito semelhantes às que observamos atualmente na construção de grandes projetos. Um exemplo muito claro é o comentário de um dos organizadores na apresentação do livro: foram as agências financiadoras que cobraram, depois das obras feitas, estudo de impactos sobre as populações atingidas e não o governo brasileiro que solicitou esses estudos (SCHRÖDER, 2004). Através desse comentário e de outros fatores apresentados mais adiante, podemos notar quais são as prioridades do governo brasileiro num contexto de grandes obras. A formulação de alternativas e soluções para as populações impactadas não tem a devida dimensão. E a divulgação dessas obras como uma oportunidade de “desenvolvimento” e “crescimento econômico” do país ganham espaço, acima de qualquer coisa. Essa lógica foi bem analisada por Parry Scott no caso da construção da hidrelétrica em Itaparica. Ele separa duas ordens de objetivos presentes em grandes obras.

A primeira está calcada em termos de objetivos de ordem maior que favorecem o alcance de metas mensuráveis em índices de produção associadas à ideia de desenvolvimento, costumeiramente justificada com referências gerais e grandes contingentes de populações beneficiadas. A segunda ordem de objetivos, citada obliquamente, diz respeito à população que será atingida diretamente pelas obras propostas e que precisa de “medidas mitigadoras” para amenizar suas perdas (SCOTT, 2012, p. 122).

Afinal, esses projetos se baseiam em uma racionalidade técnico-científica e são legitimados por discursos ideológicos sustentados pelas noções de progresso e desenvolvimento (CATULLO, 1993, p. 206).

De acordo com Antonádia Borges (2010), a construção de usinas hidrelétricas no Brasil sempre esteve sob a tutela do Estado. Segundo Borges, o início da implementação do setor elétrico na década de 1970 aconteceu num momento político no qual qualquer ação de resistência dos afetados era coibida. Sem nenhuma política pública referente à fase pós-remoção, eram numerosas as situações nas quais os reassentados se defrontavam com condições inadequadas em seus novos locais de moradia. Em sua maioria, as ações das instituições envolvidas no processo não resultavam numa melhora das condições de vida

desses agricultores. Além disso, os reassentados carregavam um estigma respaldado pela noção negativa do rural, contraposto ao saber técnico.

As ações públicas da Companhia Paranaense de Energia<sup>11</sup> (Copel) não serviram para amenizar os percalços da experiência de relocação, mas tão-somente para reforçar o estigma do “caboclo sem iniciativa, que não soube cultivar a terra recebida de mão beijada” (BORGES, 2010, p. 191).

Tal estigma não se restringe à noção negativa do rural, mas constitui uma das estratégias utilizadas para desmoralizar os atingidos por grandes projetos. A noção de “táticas de desmonte”, definida por Scott (2009, 2012), nos é bastante útil para compreender a relação assimétrica em contextos de remoções promovidas por intervenção estatal.

A primeira tática é a desmoralização, quando se referem aos agricultores (no caso de Itaparica) pelo excesso de esperteza, como aproveitadores de benefícios, sugerindo que eles estão burlando alguma coisa em vez de que cobrando seus direitos (SCOTT, 2012). A segunda é a metamorfose institucional, pois para lidar com a adesão às metas institucionais e com a demanda dos atingidos, são criados novos espaços institucionais para administrar as compensações. Tal tática gera, na população local, uma confusão na busca de interlocução sobre os seus direitos. Como terceira tática, Scott nomeia de abandono planejado, isto é, o desinteresse institucional em lidar com as demandas das populações atingidas. O abandono planejado deixa as medidas compensatórias incompletas de maneira proposital. A última é a incorporação burocrática, quando os grupos representantes das pessoas atingidas são incorporados ao projeto no momento de pós-execução (SCOTT, 2012). Veremos a identificação de algumas dessas táticas no decorrer da dissertação, salientando as peculiaridades características de um megaprojeto esportivo.

Em Itaparica, segundo Scott, foi a reivindicação da população num ambiente favorável à reconstrução da imagem do Banco Mundial que favoreceu um projeto de relocação com

---

<sup>11</sup>Borges acompanhou o processo de reassentamento de famílias no Paraná, causado pela construção de uma hidrelétrica.

critérios negociados pela população. A precariedade de ações efetivas nas etapas de desenvolvimento e emancipação é um problema que atinge a população de diversas formas: a dureza do modo de comunicação sobre a remoção, a incerteza de para onde ir morar, o valor injusto da indenização, a falta de acesso à informação, a perda de acesso a serviços básicos (saúde, educação e transporte). Após duas décadas de negociações, a noção de descaso planejado fica ainda mais evidente, pois é perceptível um padrão de prejuízos maiores para os mais fracos, que moravam na região onde foi feita a barragem (SCOTT, 2012).

Scott (1995, 2009, 2012) aprofunda seu trabalho no caso específico da barragem de Itaparica, que resultou em 40 mil agricultores removidos da beira do rio São Francisco para construção da usina hidrelétrica. Nesse contexto, foram dadas às famílias reassentadas algumas opções: solução própria, novas cidades, projetos na borda do lago, etc. O autor observa que após o reassentamento das famílias, a produção familiar dificilmente pode ser recuperada e questiona se de fato existe a intenção de preservar essa produção (SCOTT e SÁ, 1995). O foco de Scott não era examinar a escolha individual de destino das famílias, mas compreender as configurações sociais e espaciais antes da mudança, depois dela, e suas implicações nas relações de poder dos reassentados de Itaparica. Na presente pesquisa, procuro pensar no caso específico do Loteamento São Francisco, em que a única alternativa foi a indenização, quais foram as estratégias ativadas pelas famílias para lidar com o processo durante e após a remoção?

O recente documentário “De profunids” também nos evidencia consequências das remoções que ultrapassam a perda física da casa. Nele, a cineasta e psicanalista Isabela Cribari investiga o aumento do número de suicídios entre os moradores da cidade de Itacuruba, área inundada para construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica nos anos 1980. O município apresenta um índice de suicídio dez vezes maior do que a média nacional, segundo pesquisa do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (TORRES, 2014) e a construção

da hidrelétrica é apontada como provável causa dessa taxa discrepante.

## REMOÇÕES DENTRO DA CIDADE: UM CASO ESTUDADO POR LEOPOLDO BARTOLOMÉ

A literatura de impactos da construção de hidrelétricas nos ajuda indiscutivelmente na análise do presente caso. Entretanto, é importante distinguirmos algumas diferenças entre os deslocamentos rurais e urbanos: a distância da residência e do local de trabalho, o papel do dinheiro na economia doméstica e a estrutura rural e urbana (BARTOLOMÉ, 1993, p. 109) são algumas delas e fazem com que estudar um fenômeno dentro da cidade tenha suas especificidades. A literatura referente a impactos de grandes obras dos anos 1980 utiliza em geral os termos “relocalização” ou “reassentamento” para definir as medidas mitigatórias referentes à população atingida pelos grandes projetos. Tais termos estão diretamente ligados aos contextos locais na época, ou seja, populações rurais que tinham a terra como meio de subsistência. Dessa maneira, as soluções variavam bastante (em geral era oferecido outro local de moradia), seja de maneira dispersa ou de forma coletiva na construção de novos assentamentos para os atingidos.

Leopoldo Bartolomé é um dos primeiros a estudar um caso de remoção causada por um grande projeto em área urbana. Foram 35.000 pessoas relocadas das cidades de Posadas (Argentina) e Encarnación (Paraguai) para a construção da hidrelétrica de Yacyretá. Ele afirma que o fenômeno de deslocamento de pessoas em grande escala não é novidade, seja devido a causas naturais (terremotos, etc.), agência humana ou questões culturais – como a migração dos Guarani em busca da mítica “terra sem mal” (BARTOLOMÉ, 1993, p.109). Contudo, aponta algumas características específicas da remoção causada por projetos de desenvolvimento: a) são planejadas; b) na maioria das vezes envolvem uma dimensão

normativa: supostamente são construídas para beneficiar “pessoas” ou, de forma mais impessoal como “desenvolvimento econômico” e “interesses nacionais”.

Segundo Bartolomé, o projeto Yacyretá foi o primeiro a afetar um número significativo de população urbana. No caso estudado pelo antropólogo, mais de dois terços da população afetada pode ser considerada “pobres urbanos”. Ele os define assim por participarem do mercado de trabalho através de ocupações que geram pouca renda, como atividades relacionadas à construção industrial e fornecimento de serviços de baixo custo para a classe média e alta. Bartolomé afirma que “mesmo tendo em conta a provável subestimação dos rendimentos monetários, a compensação em dinheiro não ia ser de muita ajuda para o ‘self-resettlement’ dessa população” (BARTOLOMÉ, 1993, p.114). Aproximadamente 83% das casas eram abaixo do padrão e a compensação em dinheiro iria, na melhor das hipóteses, recriar os mesmos padrões de pobreza. Foi decidido fazer o reassentamento, através da construção de 4.100 casas individuais em quatro localidades. O programa de reassentamento estava baseado nos seguintes princípios:

- Yacyretá deve oferecer moradia adequada (ou compensação, quando for a opção escolhida) para a população afetada e particularmente para os mais desfavorecidos;
- A remoção obrigatória impõe severas barreiras na condição de vida da população afetada, gerando um estresse multidimensional que incide sobre todos os aspectos da vida, como comprovado pela experiência mundial no tema;
- Um programa de reassentamento adequado deve ir além da simples substituição ou mesmo melhora das condições adequadas de moradia, e prover amplo suporte a população afetada a fim de ajudá-los na adaptação da nova condição de vida, reconstrução das redes sociais e econômicas, proteger a saúde em todas as etapas do processo de reassentamento, reestruturar a organização da comunidade e de uma maneira geral, melhorar seu trabalho e geração de renda para os custos fixos impostos pelo reassentamento;
- Ações de suporte social não devem gerar dependência ou relação de patrão-cliente entre Yacyretá e a população afetada, mas promover autonomia e autoconfiança, devem usar organizações existentes sempre que possível (BARTOLOMÉ, 1993, p. 115, tradução minha).

Verificamos a consideração dos múltiplos impactos ocasionados pela perda da moradia. Afirmar que a remoção obrigatória impõe um estresse em “todos os aspectos da vida” da população local significa reconhecer que tais impactos extrapolam a ausência das

casas. Tal menção pode ser considerada um destaque positivo desse programa de reassentamento dos anos 1990. Também é interessante a presença do termo “moradia adequada”, em consonância com as recomendações oficiais da ONU que veremos adiante.

Os locais para o reassentamento foram escolhidos por uma cooperação do governo da província com as autoridades do município. Alguns dos critérios ponderados foram proximidade e acessibilidade do local de trabalho dos moradores e a viabilidade de oferecer nessas áreas os serviços básicos. Todas as pessoas teriam o direito de escolher entre o reassentamento e a compensação monetária. Se o beneficiário escolhesse a primeira opção e a casa que receber tiver menos valor que a original, ele receberia uma compensação em dinheiro pela diferença de preço. Quando acontece o contrário, é o projeto Yacyretá que arcaria com a diferença e mesmo assim o morador receberia a casa.

Aqueles que não são proprietários da terra (posseiros, etc.) também podem escolher entre as duas opções. Se escolhem receber diretamente a casa, esta é construída de acordo com o tamanho da família. O valor da propriedade é considerado como uma parte do pagamento da nova casa e devem pagar o restante durante trinta anos. A mensalidade do pagamento não pode exceder 20% da renda mensal familiar. A mesma possibilidade é dada para inquilinos e outras formas de arrendamento apesar de, para esta última categoria, não ter a opção da compensação monetária (BARTOLOMÉ, 1993, p. 116).

Interessante notar que, diferentemente de outras experiências, o autor percebe a ausência de uma oposição estruturada ao reassentamento. As reclamações e críticas ao processo foram expressas individualmente. Sendo assim, as estratégias dos moradores foram orientadas para obtenção de prioridade no reassentamento.

Contudo, a adaptação à nova vida não foi fácil e a maior parte das reclamações são sobre o aumento dos gastos mensais (com a necessidade do uso de transporte público para trabalhar e o pagamento de eletricidade, por exemplo). Também houve um aumento no

controle da vida social, com denúncias na polícia de comportamento desordenado público e prostituição, que não eram registrados na vizinhança anterior (BARTOLOMÉ, 1993, p.128). Enfim, segundo o autor, as respostas são diversas e variam de acordo com a idade, sexo, etc. As pessoas mais velhas tendem a sentir falta do local de moradia anterior e da rede de amizades, enquanto muitos outros se preocupam com as contas a pagar. Outro ponto é que muitas pessoas perderam o acesso ao rio, fonte de vários recursos, inclusive ilegais (como contrabando). Bartolomé acaba afirmando que os moradores estão “se adaptando” bem.

Esse estudo é um marco importante na literatura de impactos de grandes projetos e nos fornece dados relevantes sobre os procedimentos para lidar com a população afetada. Os princípios que baseiam o programa de reassentamento partem do reconhecimento dos efeitos negativos da remoção na vida das pessoas e preveem uma melhora na condição de moradia no momento da mudança. Um fato relevante é o direito das pessoas que não são proprietárias (posseiros, etc.) escolherem entre o reassentamento e a compensação monetária, o que os iguala em termos legais aos proprietários. Os inquilinos, apesar de não terem a opção da compensação em dinheiro, também têm o direito de ser reassentados. No presente caso estudado, a remoção no bairro Loteamento São Francisco - PE, os inquilinos não tiveram direito a nenhum tipo de compensação. Já aos moradores, só foi oferecida uma forma de compensação, a indenização em dinheiro. Veremos nessa dissertação as estratégias ativadas pelas famílias diante desse contexto de intervenção estatal.

No trabalho de Bartolomé, podemos nos questionar sobre a ausência de oposição dos moradores mencionada pelo autor. Ele afirma que as críticas foram feitas de maneira individual, mas não esclarece o porquê. Ao final, constata a dificuldade das pessoas em se adaptarem ao novo local de moradia por motivos variados. Embora as preocupações consideradas para realizar o programa de reassentamento levem em conta a necessidade de melhorar a qualidade da moradia e forneçam os mesmos direitos a proprietários e não

proprietários, os efeitos da remoção ainda são verificados. A ausência da rede de amizades anterior e as tentativas de adaptação na nova vizinhança são apontados como problemáticas para os moradores, evidenciando que a remoção forçada extrapola a perda física da casa. Mesmo tendo acesso ao reassentamento e à compensação monetária, o reestabelecimento em um novo local de moradia apresenta adversidades complexas.

## INÍCIO DAS REMOÇÕES URBANAS NO BRASIL

Para compreendermos melhor o fenômeno das remoções em áreas urbanas no Brasil, um recuo no tempo se faz necessário. Historicamente, no Brasil, os casos de remoção em área urbana estiveram diretamente ligados às populações de baixa renda e às regiões mais vulneráveis das cidades, as favelas. A expansão das cidades evidencia a crescente desigualdade social existente no país.

Desde o célebre trabalho de Harvey (1973) sobre a cidade e a justiça social, entende-se que a dinâmica urbana não apenas reflete a estrutura social de uma dada sociedade, como também se constitui em um mecanismo específico de reprodução das desigualdades das oportunidades de participar na distribuição da riqueza gerada na sociedade (ZAMBONI, 2009, p.41).

Segundo Zamboni, apoiada em Furtado (2003), o princípio dos moldes de segregação contemporâneos nas cidades deriva do desdobramento de mudanças econômicas e sociais ocorridas no passado. Alterações no mercado de trabalho, a crescente divisão social, são elementos responsáveis por essas transformações, explicitando assim a hierarquia do uso do solo urbano e a estrutura de distribuição de riqueza encontrada nas sociedades capitalistas (ZAMBONI, 2009, p. 41). Ela afirma que o Estado tem sido um agente segregador no que diz respeito às remoções de favelas, pois provê recursos físicos financeiros em determinado espaço, elevando o preço do solo, o que acarreta na expulsão dos trabalhadores das áreas valorizadas pelos investimentos.

Definida sobretudo pelo processo de ocupação, a favela se distingue de outros modos de habitação por constituir uma forma “ilegal” de ocupação do solo (VALLADARES e FIGUEIREDO, 1986, p. 27). No Rio de Janeiro, por exemplo, a política de urbanização e saneamento do prefeito Francisco Pereira Passos (entre 1903 e 1906) ficou conhecida como “bota-abaixo” e deu início a uma série de intervenções que teriam forte impacto na população considerada “obstáculo” ao “progresso” da cidade (MELLO, SIMÕES e FREIRE, 2010, p. 52). Segundo esses autores, é a partir da década de 1960 que a ideia de “remoção” é introduzida nessas políticas, pois afastando os moradores das favelas de seus locais de trabalho e destruindo suas casas, a intenção era erradicar e impedir qualquer forma de auto-construção que não estivesse inscrita no planejamento urbano da cidade.

Valladares e Figueiredo (1986) indicam duas propostas básicas de atuação em favelas: a) o desfavelamento ou a remoção, implicando na transferência de moradores para outras áreas e visando à extinção das favelas do espaço urbano; b) a urbanização das favelas, prevendo a permanência dos moradores na área e a introdução de melhorias substanciais na sua infraestrutura física.

Verificamos que, num primeiro momento, as práticas de remoção no Brasil eram fundamentadas pela dicotomia entre legalidade e ilegalidade, as construções que não obedecessem a legislação vigente poderiam ser demolidas com essa justificativa. Veremos no decorrer do trabalho que essa dicotomia permanece subjacente nas remoções atuais, entretanto não é suficiente no discurso que as justifica. Entenderemos quais são os “novos” elementos em jogo e a linguagem burocrática atual no contexto das remoções dessa pesquisa.

Os efeitos negativos das remoções foram apontados nas análises dos autores que estudaram sobre as remoções ocorridas no Rio de Janeiro.

Tendo por preocupação central os efeitos “desintegradores” da remoção sobre a vida dos favelados, as análises salientam a queda da renda familiar por aumento do custo e gasto com transporte, por desemprego devido ao afastamento dos mercados de trabalho e por elevação das despesas com a habitação. Os autores apontam, também

como consequência do desfavelamento, a “desintegração” gerada pela destruição da favela e dos laços sociais de solidariedade aí predominantes (RUSH, 1974; PERLMAN, 1977 *apud* VALLADARES e FIGUEIREDO, 1986).

Apesar de grande parte da sua pesquisa sobre impactos ter sido em área rural, o antropólogo Parry Scott também tem algumas produções que tiveram como campo o contexto urbano (SCOTT, 1996; SCOTT, QUADROS, 2009; SCOTT/SANTOS/SOUZA/MOURA, 2014). Em seu trabalho intitulado “*Remoção Popular e projetos de desenvolvimento urbano*” (1996), aborda a remoção de pessoas causada por “projetos de desenvolvimento”, fenômeno cada vez mais presente nas grandes cidades, e afirma que a remoção involuntária força uma reorganização na vida da população removida, que historicamente tem contabilizado mais prejuízos que ganhos (SCOTT, 1996).

No início das remoções no Rio de Janeiro, as cidades grandes estavam começando a se estruturar, então o objetivo era impedir autoconstruções e ordenar a urbanização. As remoções das favelas dos anos 1970 e 1980 também partiam desse princípio, mas agora em cidades já consolidadas e provocaram a expulsão das populações mais vulneráveis para as periferias. Nas construções das hidrelétricas, o país estava num momento de "crescimento econômico", a justificativa era fornecer energia para um número grande de pessoas e aumentar cada vez mais a potência da economia brasileira. No contexto do estado de Pernambuco, resguardada suas particularidades, os grandes projetos de investimento justificam diversas remoções forçadas nas cidades. Pautados pelo discurso de crescimento do estado e atração de investimentos exteriores, observaremos no próximo ponto uma série de projetos em andamento no estado que geram consequências na situação de moradia da população local. Sem o intuito de homogeneizar situações tão específicas, buscamos construir um panorama geral para aprofundar nosso conhecimento sobre o fenômeno de remoções causadas por grandes projetos.

Ao revisar tais trabalhos, reconhecemos que vários pesquisadores mostraram que o

fenômeno da remoção tem efeitos que extrapolam a demolição das casas. Entretanto, nosso objetivo no presente trabalho é ir além dessa constatação e procurar entender como, após esse momento de ruptura, as pessoas reconstróem os significados dos seus lugares para morar.

A revisão da literatura sobre o impacto de grandes projetos na situação de moradia das pessoas nos mostrou diversas medidas mitigadoras fornecidas para as populações atingidas. Reassentamento coletivo, indenização em dinheiro, auxílio de custo na fase de transição foram algumas formas de compensação apontadas. A insatisfação da maioria dos atingidos em diferentes contextos nos revela a insuficiência de tais medidas. Acreditamos que a origem dessa ineficácia proceda de uma visão restrita dos planejadores (governo e setor privado) acerca dos elementos que compõem um lugar para morar. Por isso, analisaremos a perspectiva de algumas instituições acerca da habitação mais adiante. No segundo capítulo, a investigação dos mecanismos de desapropriação do governo do estado de Pernambuco nos elucidará a noção de habitação considerada no momento de intervenção estatal.

## 2.2 GRANDES PROJETOS E MEGAEVENTOS EM PERNAMBUCO

Uma das ideias inconvenientes por trás dos projetos é a própria noção de que eles são conjuntos, abstraídos da cidade comum e separados. Pensar em recuperar ou melhorar os projetos *como projetos* é persistir no mesmo erro. O objetivo deveria ser costurar novamente esse projeto, esse retalho da cidade, na trama urbana – e, ao mesmo tempo, fortalecer toda a trama ao redor (JACOBS, 1961, p. 437).

O estado de Pernambuco tem sido palco de vários grandes projetos de “desenvolvimento” nas últimas décadas. O complexo de Suape no litoral sul, a fábrica automotiva da Fiat e o polo farmacológico e de biotecnologia no litoral norte do estado, são os empreendimentos que mais se destacaram pelas suas grandes proporções. O projeto Novo Recife<sup>12</sup> teve grande repercussão pela contestação da sociedade civil através do Movimento Ocupe Estelita, que realizou uma ocupação no local do empreendimento após o polêmico

---

<sup>12</sup>Disponível em: <http://www.novorecife.com.br/o-projeto>. Acesso em: 06 fev. 2016

início da demolição do histórico Cais José Estelita no meio da madrugada<sup>13</sup>. Com o grupo Direitos Urbanos a frente das manifestações, os impactos negativos do Novo Recife e de vários outros grandes projetos foram denunciados através de atos e protestos. Além desses, são diversos os projetos em andamento, para citar alguns:

- Shopping e reserva Camará em Camaragibe<sup>14</sup>
- Shopping Patteo em Olinda<sup>15</sup>
- Projeto Parque Capibaribe<sup>16</sup>
- Projeto urbanístico da Vila Naval<sup>17</sup>
- Centro de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Engenharia Automotiva da Fiat Chrysler Automobiles (FCA), provavelmente na antiga Fábrica do Tacaruna<sup>18</sup>.

A implementação de diversos grandes projetos de investimento tem se repetido nas principais metrópoles brasileiras nos últimos anos. O modelo de cidade que tem como fim atrair investidores externos já foi bastante criticado por não traçar um planejamento que incluía as pessoas moradoras do local. A realização de três grandes megaeventos esportivos no país - Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016 – acelerou diversos processos de transformação das cidades, como veremos adiante.

---

<sup>13</sup> Enquanto o Consórcio Novo Recife (formado por um conjunto em empreiteiras) afirmava ter alvará para demolir, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) embargou a obra por não possuir autorização do órgão e estar situado em área de patrimônio histórico nacional. Disponível em <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/no-recife-iphan-embarga-demolicao-de-armazens-no-cais-jose-estelita.html> Acesso em: 11 mar. 2016.

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.camarashopping.com.br>. Acesso em: 16 mar. 2016.

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.shoppingpatteoolinda.com.br/oshopping>. Acesso em: 06 fev. 2016.

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.parquecapibaribe.org>. Acesso em: 06 fev. 2016.

<sup>17</sup> Não tem site oficial. Consiste num plano que regulamenta o uso de 125 mil metros quadrados da Vila Naval, no bairro de Santo Amaro em Recife. O plano foi motivo de indignação de parte da população, pois além de permitir edificações de 75 metros (25 andares), autoriza a demolição de 155 casas da década de 1930 (da antiga Vila das Costureiras, na Fábrica do Tacaruna). Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/tag/conselho-da-cidade/>. Acesso em: 22 mar. 2016.

<sup>18</sup> A decisão definitiva do local da FCA ainda está sendo resolvido pelo Governo do Estado. Disponível em: <http://www.folhape.com.br/economia/2015/9/fabrica-tacaruna-a-disposicao-da-fca-em-marco-de-2016-0331.html>. Acesso em: 16 dez. 2015.

## MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E TRANSFORMAÇÕES URBANAS

A constituição do megaevento esportivo como momento de intervenções urbanas e atração de investimentos exteriores data de muitos anos e adquiriu formas específicas em decorrência de cada contexto histórico. Segundo Raquel Rolnik, essa ideia começa a ter início em 1932, quando a cidade de Los Angeles foi palco dos Jogos Olímpicos e utilizou a oportunidade para estimular a economia local, além de construir a primeira Vila Olímpica com características de moradia permanente (ROLNIK, 2010).

Nos anos setenta, ficou mais evidente a combinação da organização de eventos esportivos internacionais com os processos de transformação urbana, acompanhados de uma política de construção de infraestrutura esportiva em zonas centrais como estratégia de renovação urbana do centro das cidades. Em 1980, o Comitê Olímpico Internacional adotou uma filosofia de incorporar progressivamente o setor privado na promoção dos Jogos. Nos anos noventa, tornou-se hegemônica a prática de organização de megaeventos como componentes do planejamento urbano estratégico, com vistas a melhorar a posição destas cidades na economia globalizada. A realização de jogos internacionais como estratégia de desenvolvimento econômico, que inclui a renovação da infraestrutura urbana e o investimento imobiliário, se converteu no enfoque contemporâneo dos megaeventos por parte das cidades e dos Estados (ROLINK, 2010, p. 2).

Através desse breve histórico é possível compreender melhor a disputa dos países para sediar megaeventos esportivos, pois os jogos passaram a ser vistos como um momento único para atrair oportunidades e investimentos para o país anfitrião. Veremos adiante como esse discurso é construído através da noção de legado. Outra questão é a participação cada vez maior dos setores privados no financiamento e na execução dos grandes projetos vinculados aos megaeventos.

O principal paradoxo nesse contexto é que os investimentos no setor imobiliário e na renovação urbana não são acompanhados por uma preocupação acerca da situação de moradia da população local. Tais grandes projetos de investimentos partem do discurso de melhoria da infraestrutura urbana, mas em nome dessa “renovação urbana”, o que efetivamente ocorre é a demolição de milhares de moradias sem planejamento eficaz na etapa pós-remoção. Veremos

adiante, partindo da reflexão de Raquel Rolnik, os efeitos perversos da implementação de grandes projetos sobre a situação de moradia da população urbana.

As especificidades do megaevento são marcantes e seu tempo corrido molda a maneira pela qual os diversos atores irão agir. Entretanto, a partir de uma provocação durante minha defesa do trabalho de conclusão de curso, não pude deixar de refletir sobre essas transformações urbanas para além do megaevento, explicarei. O título da minha monografia<sup>19</sup> continha a frase de uma senhora, moradora do Loteamento São Francisco. Indignada com a demolição de sua casa e dos seus vizinhos, no lugar onde morou durante 40 anos, ela me perguntou: “Tudo isso por causa de uma bola?”. Com toda razão, já que seu bairro foi demolido para passagem de uma via de acesso a à Arena Pernambuco, e ela não via o menor sentido de colocar tantas casas abaixo para realização dos jogos de futebol daquele megaevento. No final da minha defesa, uma das professoras da banca me indagou “será que tudo isso é mesmo só por causa de uma bola?”, essa questão permaneceu na minha cabeça durante muito tempo e me fez pensar que vai muito além da bola, muito além do megaevento. No decorrer da pesquisa, tornou-se evidente o vertiginoso aumento do número de remoções nas últimas décadas em nível mundial. Diversas são suas causas, mas em diversos países, os grandes projetos de investimento tem sido um acelerador dessas remoções forçadas.

## A COPA DO MUNDO DE 2014 NO BRASIL

Se fizermos uma análise da opinião da sociedade civil brasileira sobre a Copa do Mundo de 2014, temos alguns elementos contraditórios: por um lado o orgulho de sediar o maior evento de futebol do mundo e por outro lado uma crítica aos enormes

---

<sup>19</sup> “Tudo isso por causa de uma bola?”: desapropriações e resistências decorrentes das obras para a Copa do Mundo em Recife e Camaragibe . Trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais (UFPE).

investimentos/gastos das obras, requisito da FIFA<sup>20</sup> para realização do evento, considerados não prioritários por alguns setores da população.

Devemos lembrar que a Copa de 2014 foi a segunda Copa do Mundo sediada no Brasil, a primeira foi em 1950. Outro evento esportivo sediado pelo Brasil duas vezes foram os Jogos Pan-americanos, primeiro em São Paulo (1963) e mais recentemente no Rio de Janeiro (2007). O desejo de sediar megaeventos esportivos é uma realidade há décadas no país. Erick Omena (2011) frisa que a candidatura de Brasília para sediar os Jogos Olímpicos de 2000 foi lançada no início dos anos 1990, durante o governo de Fernando Collor (1990-1992). Em seguida, o Rio de Janeiro foi candidato em 2004 e 2012 para sediar as Olimpíadas, mas nenhuma dessas tentativas obteve êxito até 2007, quando o Rio sediou os Jogos Pan-americanos (OMENA, 2011).

Também foi em 2007 que aconteceu o anúncio da candidatura<sup>21</sup> do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 pelo então presidente da FIFA Joseph Blatter, em Zurique. Depois de falar sobre a importância do futebol brasileiro, Blatter pronuncia a escolha do Brasil como sede, frisando que decidiu "dar a responsabilidade", insistindo que não era "só o direito, mas a responsabilidade" de "organizar" a "Copa Mundial da FIFA" (DAMO e OLIVEN, 2013).

O intervalo de tempo existente desde antes da candidatura, passando pela consolidação da escolha até a realização do megaevento evidencia a complexidade de ações e estratégias de cada etapa dessa sucessão de datas. A importância do controle do tempo para obtenção de êxito no andamento dessas etapas foi analisada detalhadamente por Scott, Santos, Souza e Moura (2014). Os autores apontam para três tempos: um tempo técnico, pré-anúncio; um

---

<sup>20</sup>Criada em 1904 na Suíça, a Fédération Internationale de Football Association (FIFA) possui 209 países associados.

<sup>21</sup> A escolha do Brasil como sede da Copa de 2014 foi o resultado da concertação dos interesses da FIFA e do governo brasileiro. Do ponto de vista da FIFA e de sua estratégia de globalização do mercado futebolístico, a Copa de 2014 deveria ser realizada no continente americano, preferencialmente no sul, uma vez que havia 36 anos desde a última edição, na Argentina em 1978 (DAMO; OLIVEN, 2013).

tempo corrido, na execução pós-anúncio; e um tempo de fuga, depois da realização do evento (SCOTT; SANTOS; SOUZA; MOURA, 2014).

No primeiro tempo, o tempo técnico, a ideia generalizada é de que o megaevento é um momento de oportunidades para o país.

Identifica-se uma hegemonia das lógicas temporais da implantação de grandes obras, iniciadas com um **tempo técnico**, de intensa preparação dos idealizadores e de esparsa comunicação com os residentes, que prosseguem com a vivência cotidiana do espaço habitado (SCOTT, SANTOS, SOUZA, MOURA, 2014, p.100).

A divulgação do megaevento como momento de oportunidades tem como elemento central a noção de legado. O autor Martin Curi (2013), ao discutir sobre *legados* e megaeventos, separa duas categorias de posições políticas: os defensores, que expõem os benefícios do megaevento e os opositores, que mostram os efeitos nocivos.

Interessante é que, muitas vezes, tanto defensores quanto opositores argumentam apresentando números concretos de ganhos e perdas financeiras, sendo que o saldo final é positivo ou negativo dependendo da linha de argumentação. Fica visível que números sugerem uma credibilidade e objetividade que não têm. O legado de um megaevento esportivo é algo tão complexo que dificilmente pode ser resumido em poucas palavras ou números (CURI, 2013, p. 67).

Essa característica é pertinente e nos permite refletir sobre um conceito de *legado* que não é mensurável em estatísticas, a objetividade dos números é questionada, pois o legado extrapola o nível técnico. Entre os “defensores”, podemos identificar os promotores do megaevento (FIFA), os governos federais, estaduais e municipais e as empresas privadas envolvidas (construtoras, imobiliárias, etc.), entre outros. As populações atingidas pelos grandes projetos relacionados à Copa, os sindicatos de trabalhadores que lutaram por melhores condições de trabalho nas obras, a articulação dos doze comitês populares da copa (ANCOP) são alguns dos atores da sociedade civil que podemos chamar de “opositores”. A complexidade da realidade não se restringe à oposição desses dois polos, que podem muitas vezes ter seus interesses transbordados para além dessa identificação, entretanto essa classificação nos é útil para situarmos os atores envolvidos.

É no tempo corrido acontece a execução das obras, tendo como base o cronograma dos promotores do megaevento. Nesse momento, os conflitos aparecem e precisam ser contornados de forma rápida por causa da data pré-fixada de início dos jogos. Mais do que na construção de uma barragem, o tempo de execução de um megaevento requer uma resolução rápida de conflitos porque inexistente qualquer viabilidade de modificar o cronograma (SCOTT, SANTOS, SOUZA, MOURA, 2014, p.106).

Vejamos alguns acontecimentos ocorridos dentro do tempo corrido. Para sediar o megaevento, o Brasil precisou se comprometer a atender uma série de pré-requisitos, entre eles, ter arenas<sup>22</sup> para os jogos de futebol, boa acessibilidade e equipamentos de segurança. Além disso, foi criada a Lei Geral da Copa, número 12.663, no dia 5 de junho de 2012, que dispõe de vários artigos relacionados à proteção dos direitos comerciais de todos os símbolos da FIFA, restrições comerciais e sanções civis com multas e detenções de 3 meses a 1 ano para quem utilizar indevidamente os símbolos oficiais (artigos 3 a 10). Em documento oficial da FIFA, é possível ver o estabelecimento de restrições a áreas comerciais existentes no “local oficial de competição”, que se estende a dois quilômetros ao redor dos estádios (FIFA, 2013). Tal lei também inclui um artigo sobre a dispensa de visto para estrangeiros que comprarem o ingresso para o mundial (artigos 19, 20 e 21).

Tal cenário favoreceu a criação de um estado de exceção<sup>23</sup> no país e afetou de forma marcante as esferas políticas, sociais, econômicas e jurídicas. O tema foi objeto de estudo através de uma ampla gama de enfoques: o futebol como espetáculo de identidades e alteridades (DAMO e OLIVEN, 2014); o desenvolvimento urbano e os megaeventos

---

<sup>22</sup>A FIFA tem inúmeras exigências para os estádios de futebol, as especificações devem obedecer a critérios de localização do estádio, capacidade de atrair consumidores VIPs, orientação geográfica do campo, ser multifuncionais, ou seja, ter estrutura para receber outros eventos de entretenimento, etc. Para mais informações: cartilha de Estádios de Futebol. Disponível em: [http://img.fifa.com/mm/document/tournament/competition/01/37/17/76/p\\_sb2010\\_stadiumbook\\_ganz.pdf](http://img.fifa.com/mm/document/tournament/competition/01/37/17/76/p_sb2010_stadiumbook_ganz.pdf). Acesso em: 16 jun. 2016.

<sup>23</sup>Nos referimos a estado de exceção no sentido apontado por Maricato (2014): “refere-se ao estado que se utiliza de dispositivos legais como meio para exercer o poder de forma ilimitada, negando a própria legalidade e o direito dos cidadãos”.

esportivos (MASCARENHAS, BIENENSTEIN, SANCHEZ, 2011); uma análise de megaeventos esportivos através do termo “legado” (CURI, 2013); os impactos no direito à moradia (ROLNIK, 2014). Para Maricato (2014), endividamento, especulação imobiliária e gentrificação são marcas que acompanham as intervenções ocasionadas pelos megaeventos esportivos.

Recife, uma das doze cidades sede dos jogos, passou por várias intervenções urbanas para receber a Copa do Mundo. Uma das obras feitas no estado foi a Arena Pernambuco, estádio com capacidade para 46 mil pessoas e área construída de 128.049 metros quadrados no município de São Lourenço da Mata, orçada em R\$ 529 milhões antes da obra começar, não teve o valor atualizado depois de sua construção (site da SECOPA<sup>24</sup>). Ao lado da Arena, a promessa feita no tempo técnico foi a construção da Cidade da Copa, uma iniciativa privada que foi divulgada pela construtora Odebrecht como primeira *smart city*<sup>25</sup> da América Latina.. Com 240 hectares de área, a pretensão era criar uma nova centralidade urbana, segundo informações do site oficial da Cidade da Copa. Entretanto, a construção dessa cidade nunca foi iniciada e no início de 2016 se falava que o risco do projeto nunca sair do papel é alto (DANTAS, 2016), nos apontando para uma das estratégias do tempo de fuga.

Algumas das intervenções de mobilidade projetadas foram as seguintes (SECOPA, 2013): o corredor Norte-Sul corredor Leste-Oeste, ramal da copa, ampliação do terminal integrado de Camaragibe e a construção do terminal integrado de Cosme e Damião, a lista ainda tem muitas outras obras, mas essas estão entre as mais relevantes para nosso foco. Podemos identificar alguns mecanismos de controle e marcação desse tempo, como o enorme

---

<sup>24</sup>Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo Disponível em:  
<http://www.secopa.pe.gov.br/pt/penacopa/mobilidade-urbana>. Acesso em: 04 abr. 2014.

<sup>25</sup> *Smart city* é um conceito de cidade inteligente, um espaço onde é possível morar, estudar, trabalhar e se divertir (site da Cidade da Copa e da Arena Itaipava  
<http://www.itaipavaarenapernambuco.com.br/pt/smartcity.aspx>) Acesso em: 04 abr. 2014.

relógio de contagem regressiva para os jogos em uma das principais avenidas do Recife<sup>26</sup>. Os meios de comunicação também reforçavam a contagem do tempo. Manchetes de jornais locais enfatizando, por exemplo, “faltam 40 dias para a Copa e 23 estações de BRT”, evidenciavam que as obras de mobilidade não ficariam prontas para o megaevento.

Veremos as consequências desse tempo corrido na análise das medidas de planejamento do governo brasileiro para o megaevento esportivo. A relação do governo com a população atingida pelos grandes projetos derivados da Copa do Mundo de 2014 também serão examinadas. Mais adiante, poderemos compreender como acontece o abandono planejado da população (SCOTT, 2009) após esse tempo corrido.

O início do tempo de fuga tem como marco o final dos jogos da Copa do Mundo de 2014. No caso do Recife, depois de passados os cinco jogos na Arena Pernambuco, várias das grandes obras previstas não tinham sido completamente finalizadas e algumas nem foram iniciadas. Após a efervescência do espetáculo dos jogos, o cenário para a população atingida era de dúvidas sobre a liberação da indenização e até sobre o próprio destino do terreno – que permaneceu vazio por meses, como veremos adiante. O silêncio prolongado sobre a construção da Cidade da Copa também marca esse tempo, assim como a desarticulação do Comitê Popular da Copa de Pernambuco.

A noção de táticas de desmonte<sup>27</sup> (SCOTT, 2009, 2012) nos auxilia a compreender melhor esse momento. A metamorfose institucional é uma dessas táticas, acontece quando são criados novos espaços para lidar com as metas institucionais e demandas dos atingidos. Tal metamorfose institucional atinge seu auge aqui, com a fragmentação de obrigações, dissolução da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo e extinção da Secretaria Executiva de Desapropriações (SEDES) criada em 2012. Especulações sobre possíveis cenários pós-

---

<sup>26</sup> Um relógio de contagem regressiva foi colocado na avenida Agamenon Magalhães.

<sup>27</sup> Para refletir sobre as medidas mitigadoras de grandes projetos, Scott formula a ideia de quatro táticas de desmonte: a desmoralização, a metamorfose institucional, o abandono planejado e a incorporação burocrática (SCOTT, 2009, 2012).

copa e olimpíadas também começam a ser traçados.

No controle do uso do tempo se constrói um poderoso mecanismo de manutenção e aprofundamento de desigualdades em projetos de megaeventos (SCOTT; SANTOS; SOUZA; MOURA, 2014, p.113). Através dessa análise, verificamos as especificidades temporais pelas quais passam grandes projetos vinculados a um megaevento esportivo. Contudo, não devemos esquecer que essa lógica de planejamento eficaz para alguns e ineficaz para outros ultrapassa os megaeventos. É importante frisar que consideramos a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014 como um grande projeto de investimento. A enorme quantia de capital dispendido nesses megaeventos e a multiplicidade de atores envolvidos (governo federal, governos locais, organizações internacionais, entidades privadas, sociedade civil, etc.), o concretizam como um empreendimento de proporções extraordinárias.

### **2.3 TRANSFORMANDO HABITAÇÃO EM CASA: PERSPECTIVAS DE PLANEJADORES E MORADORES**

Nossa investigação tem como foco compreender o processo pelo qual os indivíduos constituem seus lugares para morar num contexto de desapropriação ocasionada por grandes projetos de investimento. Por isso, antes de aprofundarmos nossa análise na relação entre os indivíduos e seus lugares para morar, será importante compreender a perspectiva da legislação que ordena as ações referentes à moradia. Iniciaremos investigando a inserção do conceito de moradia no âmbito dos direitos humanos, especificamente a partir da noção de moradia adequada da Organização das Nações Unidas. Dando continuidade, uma síntese das principais leis no âmbito nacional relativas à moradia nos auxiliará a entender como o governo brasileiro lida com essa questão. A estrutura e os mecanismos criados pelo governo do estado de Pernambuco para realizar as desapropriações serão esclarecidos no segundo capítulo, nos permitindo aprofundar o conhecimento acerca da visão estatal sobre a moradia.

Em seguida, para enriquecer nossa análise, olharemos historicamente como o local de moradia da população brasileira tem sido estudado e quais os pontos realçados pelos pesquisadores. Para isso, nos baseamos no trabalho de Valladares e Figueiredo. Logo depois, uma análise do cenário habitacional no Recife elucidará os principais paradoxos pelos quais a situação de moradia da população tem passado nos últimos anos. Veremos a permanência de conflitos de “propriedade” provenientes da década de 1950 e a recorrente prática de remoções na capital pernambucana.

No terceiro e último ponto desse capítulo, analisaremos as formas pelas quais os indivíduos atribuem sentido aos seus lugares para morar. Propomos uma análise que não negligencia a importância da problemática habitacional, mas não se restringe a ela. Nosso intuito é compreender de forma mais incisiva a complexidade do entrelaçamento de elementos atribuidores de sentido a esse lugar para morar.

#### A CASA ENQUANTO MORADIA ADEQUADA: DEFINIÇÃO DA ONU E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

O direito à moradia adequada passou a fazer parte dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Após essa data, vários tratados determinam o respeito a esse direito, como o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) em seu artigo 11 “toda pessoa tem direito a um padrão de vida adequado para si e sua família, inclusive à moradia adequada, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida” (PIDESC, artigo 11, parágrafo 1). Nesse sentido, essa será a definição de direito à moradia utilizada durante esse trabalho, um direito que não se restringe à construção física da casa, mas inclui: segurança de posse,

disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamento público, custo acessível, localização adequada, entre outros<sup>28</sup>.

No Brasil, a moradia passou a ser considerada como direito social a partir da Emenda Constitucional número 26, em 2000, quando foi inserido no capítulo de Direitos Sociais da Constituição de 1988. Apesar da constitucionalização desse direito só se efetivar em 2000, segundo Lima (2015), alguns autores consideram que o direito à moradia já integrava a ordem constitucional antes mesmo de ser inserido no texto. A justificativa de tais autores é o fato no Brasil ter aderido, desde 1992, ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, além de ser signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos desde a promulgação da Constituição de 1988 (LIMA, 2015).

O Banco Nacional de Habitação, criado em 1964, foi o único órgão responsável por uma política nacional da habitação (MEDEIROS, 2010). Para Raquel Rolnik (2008), a estrutura dessa entidade partiu de uma proposta setorialista. Segundo ela, nas últimas décadas houve um rompimento com o modelo de financiamento como única problemática da questão habitacional. Entretanto, não houve uma ruptura completa do modelo do BNH, ou seja, da política habitacional ser feita por um banco, como se política habitacional fosse um problema financeiro e não um problema urbano (ROLNIK, 2008). Rolnik afirma ser de extrema importância a existência de um banco de fomento para habitação e desenvolvimento urbano, mas o financiamento deveria ser um instrumento da política e não toda a política (ROLNIK, 2008).

Com a extinção do Banco Nacional de Habitação em 1986, a política habitacional se dissolveu e as atribuições foram pulverizadas em outras instituições: Caixa Econômica Federal, secretarias e ministérios (MEDEIROS, 2010). Até hoje não existe uma política pública voltada para habitação no Brasil, o que temos são programas do governo com o

---

<sup>28</sup> Site da ONU. Disponível em: <[http://direitoamoradia.org/?page\\_id=46&lang=pt](http://direitoamoradia.org/?page_id=46&lang=pt)>. Acesso em: 22 nov. 2015.

objetivo de diminuir o déficit habitacional do país, como o programa *Minha Casa, Minha Vida* e o Programa Nacional de Habitação Rural, entre outros. Tais programas são geridos pelo Ministério das Cidades, operacionalizados pela Caixa Econômica Federal e financiados pelo governo através do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) ou Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e têm critérios para seleção dos beneficiários que terão acesso à casa. Para o Minha Casa, Minha Vida, os beneficiários devem ter renda mensal familiar de até R\$ 1.600,00, já para o Programa Nacional de Habitação Rural, é necessário ser agricultor familiar (site do Ministério das Cidades<sup>29</sup>).

O paradoxo da questão habitacional no Brasil é permeado pela problemática da concentração de terra, seja urbana ou rural. Para Rolnik, essa concentração tem sido um dos mais vertiginosos elementos de concentração de poder no país. Segundo ela, os países que não possuem um déficit habitacional tão acentuado como o Brasil usaram mecanismos e instrumentos de manejo do solo urbano dentro de seu quadro de planejamento urbano. Para garantir uma moradia adequada para a população, países como a Espanha e a Inglaterra usaram recursos financeiros, mas também intervenção no mercado de terra, no mercado de solo, trabalharam isso por dentro das suas matrizes, das suas regras de urbanismo, de parcelamento do solo<sup>30</sup> (ROLNIK, 2008). A maior contradição é evidenciada pela ausência de uma política habitacional eficaz no país, ao passo que enormes investimentos são feitos no mercado imobiliário. No planejamento de grandes projetos de investimento dentro das cidades, esse fenômeno emerge de forma ainda mais perversa, pois nos investimentos em projetos de infraestrutura e renovação urbana não existem iniciativas concretas relativas à

---

<sup>29</sup>Disponível em: < <http://www.cidades.gov.br/index.php/minha-casa-minha-vida> > Acesso em: 10 fev. 2014.

<sup>30</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre o tema, ver: Rolnik, R.; Cymbalista, R.; Nakano, K. Solo Urbano e Habitação de Interesse Social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. Revista de Direito da ADVOCEF, v. 1, p. 123-158, 2011.

habitação da população que habita o local<sup>31</sup>. Tal fenômeno faz parte de um modelo de urbanização de grandes cidades que vem sendo copiado no mundo inteiro<sup>32</sup>. Como vimos, os megaeventos esportivos são um dos momentos catalisadores dessas ações, mas não são condição para sua execução.

A temática da política habitacional é enriquecedora e suscita diversas contradições, entretanto nosso objetivo não foi aprofundar esse campo do conhecimento, mas examinar alguns paradoxos existentes para compreensão de um panorama mais amplo.

A preocupação com as consequências de grandes projetos na situação de moradia da população atinge visibilidade mundial em 2007, através da elaboração dos Princípios Básicos e Orientações para Remoções e Despejos Causados por Projetos de Desenvolvimento (ONU, 2007). Tal documento foi possibilitado pela nomeação de um Relator Especial para o Direito à Moradia Adequada pela ONU em 2000. O objetivo era que o Relator reunisse informações sobre a situação do direito à moradia em todo o mundo e promovesse assistência aos governos para a implementação deste direito (ONU), e em 2004, o Relator Especial dedicou seu relatório anual ao tema das remoções e despejos forçados, culminando com a elaboração dos Princípios Básicos de 2007.

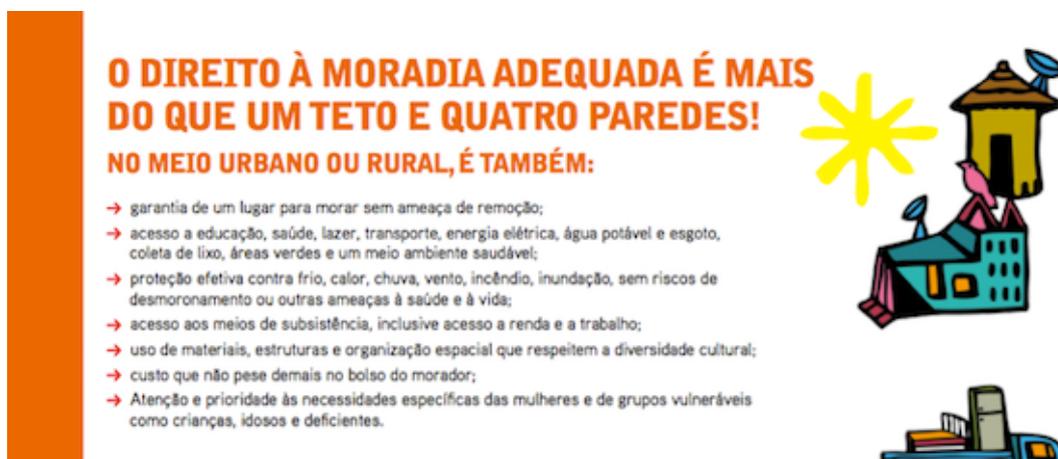
Dessa forma, verificamos uma inquietação com possíveis violações de direitos humanos em decorrência da realização de grandes projetos de desenvolvimento em nível

---

<sup>31</sup> A hipótese formulada por Rolnik (2015) de que “a hegemonia da propriedade individual escriturada e registrada em cartório sobre todas as demais formas de relacionamento com o território habitado constitui um dos mecanismos poderosos da máquina da exclusão territorial e de desposseção em marcha no contexto de grandes projetos, sejam eles de expansão da infraestrutura urbana e desenvolvimento urbano, sejam de reconstrução pós-desastres” (ROLNIK, 2015, p.13) é minuciosamente elaborada no livro “Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças”.

<sup>32</sup>Em uma palestra, ao contar sua trajetória como Relatora da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik fala que viajava frequentemente para vários países (...) e nos trajetos aeroporto-hotel, quando estava muito cansada, ao olhar as cidades pela janela (com seus prédios espelhados, enormes estruturas, etc.), ela já não lembrava mais em que cidade estava, pois todas eram iguais.

mundial. A ONU produziu várias cartilhas<sup>33</sup> com recomendações relativas à garantia do direito à moradia nesse contexto.



**Figura 01:** Cartilha da ONU "Como atuar em projetos que envolvem despejos ou remoções?"

A amplitude do termo moradia é reforçada, frisando a inclusão de outros requisitos além da edificação em si. Ainda consta na cartilha que não importa a forma legal de ocupação, todos moradores devem receber proteção mesmo se não forem proprietários da casa onde vivem.

## A CASA ENQUANTO HABITAÇÃO E PROPRIEDADE: ESTUDOS DE HABITAÇÃO E O CONTEXTO PERNAMBUCANO

A resenha sobre a literatura relacionada à habitação no país feita por Licia Valladares e Ademir Figueiredo nos ajuda a examinar como tem sido estudado o **lugar para morar** dos indivíduos em diversas áreas do conhecimento (sociologia, antropologia, desenvolvimento

<sup>33</sup> Em 2010, foi divulgado pela ONU o guia “Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções”, um folheto “Querem nos despejar, e agora?”. Em 2012, foi feito o folheto “Minha cidade virou sede de um megaevento esportivo. O que pode acontecer com meu direito à moradia?”. Disponíveis em: <http://direitoamoradia.org/?cat=539&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2014.

urbano, etc.). A divisão do material em sete<sup>34</sup> itens temáticos é estrategicamente coerente para nos mostrar que os desdobramentos teóricos acompanharam a crise habitacional no país a partir dos anos 1970. Segundo os autores, dos anos 1960 em diante a população nacional cresce vertiginosamente e a questão da moradia ganha destaque pela multiplicação das áreas chamadas de favela e mocambos nas principais grandes cidades. Depois da criação do Banco Nacional de Habitação, os pesquisadores do tema passaram a fazer uma análise crítica da ação e dos programas desenvolvidos por esse banco e mais recentemente as atenções voltaram-se para a análise das periferias e o processo de autoconstrução de moradia que vem ocorrendo nas décadas anteriores à data da atual pesquisa (VALLADARES; FIGUEIREDO, 1986, p.25). E então, surgiram os estudos sobre a moradia, o trabalho e os conflitos urbanos sob a forma de movimentos pelo direito à moradia. Além do contexto nacional, outra influência é apontada como crucial nos estudos sobre habitação: os marcos teóricos do pensamento sociológico latino-americano dos anos 1960 e 1970.

Os estudos sobre favela, por exemplo, brotaram num tempo em que a chamada “teoria da marginalidade” estava em voga na América Latina, centrando-se as discussões em torno da integração *versus* não-integração das camadas mais baixas da população urbana, principalmente em relação a dois eixos: o desemprego urbano e as favelas (MACHADO DA SILVA e ZICCARDI, 1980 *apud* VALLADARES e FIGUEIREDO, 1986, p. 80-81).

Posteriormente, é a influência da teoria da acumulação capitalista que marcará a formação das linhas de pesquisa. E finalmente, Valladares e Figueiredo salientam o papel da “nova” sociologia urbana europeia de tendência nitidamente marxista. Os trabalhos sobre o papel do Estado na urbanização capitalista, sobretudo na França, alimentaram em nosso país o debate sobre a relação entre o Estado, a habitação e as condições de reprodução da força de trabalho (VALLADARES; FIGUEIREDO, 1986, p.26).

---

<sup>34</sup>Os autores dividem a resenha em sete áreas: 1. Favela; 2. A ação governamental no campo da habitação; 3. Periferia: loteamentos e autoconstrução; 4. Moradia e trabalho; 5. Uso do solo; 6. Movimentos sociais urbanos ligados à questão da habitação; 7. Textos de natureza geral (VALLADARES; FIGUEIREDO, 1986, p. 25)

Os estudos sobre a periferia ganham força nos anos 1970 e suas consequências sobre o lugar para morar da classe trabalhadora é um dos pontos analisados.

A periferização pode ser entendida como uma projeção ao nível do espaço, do processo de acumulação de capital e de suas consequências sobre o *habitat* da classe trabalhadora, determinando sua segregação espacial ditada por sua localização cada vez mais longínqua dos “núcleos” dos principais centros urbanos-industriais do país (VALLADARES; FIGUEIREDO, 1986, p. 35).

Ao falar em loteamentos periféricos, os autores os definem como uma forma de parcelamento de uso do solo que envolve diversos agentes: o proprietário fundiário, o loteador, o Estado e o morador. Os loteamentos, em sua maioria, ocorrem em áreas remanescentes de uso rural, incorporadas ao espaço urbano pelo desenvolvimento dos meios de transporte, tornando-se assim alvo da especulação imobiliária (VALLADARES, FIGUEIREDO, 1986, p.35). Geralmente sem acesso adequado à serviços públicos, são os moradores que valorizam o local através da própria ocupação da área e implantação de recursos básicos diante da ineficiente ação estatal.

Segundo Valladares, o pano de fundo da literatura sobre autoconstrução se constitui do confronto por um lado entre as necessidades de consumo da classe trabalhadora e as condições salariais da época no país e de outro lado o conjunto de “significados de que se reveste a autoconstrução na medida em que ela se constitui numa “solução” habitacional promovida pela própria classe trabalhadora, na ausência de uma política governamental de habitação e de um “mercado formal” (JACOBI, 1978 *apud* VALLADARES; FIGUEIREDO, 1986, p. 4). Uma das primeiras definições desse método de construção foi dado por Ermínia Maricato, “processo de construção da casa – própria ou não – por seus moradores que podem ser auxiliados por parentes, amigos, vizinhos ou por profissional remunerado” (MARICATO, 1982, p. 74). A importância das interações sociais é enfatizada, em detrimento da relação capitalista de compra e venda do imóvel.

Em muitos casos os trabalhos são executados sob o regime do mutirão em fins-de-

semana, feriados ou à noite, podendo-se perceber a existência de “redes de trabalho” através das quais os auto construtores estabelecem compromissos entre si, configurando um pacto de ajuda recíproca que pode estender-se por muito tempo (VALLADARES; FIGUEIREDO, 1986, p.37).

Em relação à representação da casa como mercadoria, existe um duplo movimento, por um lado as casas construídas para aluguéis ou venda e por outro a manutenção da casa própria não somente pela redução do gasto com aluguel, mas também pela formação do patrimônio. Segundo Valladares e Figueiredo, alguns autores explicam a opção da casa própria pela segurança frente à instabilidade de empregos e crises vividas pela classe trabalhadora.

De uma maneira geral, podemos afirmar que os estudos de habitação cumpriram seu papel ao analisar a questão habitacional através da política oficial e das atividades dos moradores. Entretanto, para uma análise mais aprofundada da relação entre moradores e suas casas, é necessário compreendermos os sentidos e as representações da moradia. Consideramos profícuo fazer isso a partir de um momento de ruptura (a remoção), pois veremos que o momento de saída torna o território visível (BRIGHENTI, 2009) de diversas maneiras. Na última parte desse capítulo, nos apropriaremos do debate de autores que trazem novas perspectivas para olharmos a constituição do lugar para morar dos indivíduos.

### **A ocupação do território no Recife**

Após termos analisado os estudos históricos que examinam o local de moradia dos indivíduos, voltaremos nossa atenção para o contexto pernambucano com o intuito de nos aproximarmos da realidade do Loteamento São Francisco. Escolhemos discorrer sobre a Ponte do Maduro por ser um caso emblemático quando se fala em moradia no Recife. Não pretendemos sugerir que haja uma homogeneidade nos contextos de remoção forçada em

Pernambuco, mas trouxemos o caso desse bairro específico para auxiliar na nossa análise de maneira mais abrangente.

Um dos grandes projetos de investimento no estado de Pernambuco se situa uma área sujeita a remoções históricas, conhecida como Ponte do Maduro, na cidade do Recife. O sociólogo Alexandre Zarias estuda há anos a Ponte do Maduro e junto com Débora de Brito nos mostra que a ocupação do solo nunca foi pacífica por aqui.

Da expulsão e extermínio dos povos nativos pelos portugueses, que depois foram expulsos pelos holandeses, os quais, por sua vez, cederam o espaço para aqueles que expulsaram, a feição das atuais disputas pelo solo não perdeu sua essência: a exploração de recursos naturais para geração de capital combinada com a ausência ou violação de direitos da parte socioeconomicamente vulnerável da população. (ZARIAS e BRITO, 2014, p. 135)

Os conflitos de propriedade na região metropolitana do Recife já eram frequentes desde 1950 e multiplicaram-se sobretudo a partir da década de 1960, com o aumento da especulação imobiliária (SANTOS, 1983, p.17). Na década de 1980, o crescimento urbano desordenado que expulsou os moradores sem poder aquisitivo para locais periféricos e vulneráveis do Recife foi objeto de análise de diversos trabalhos acadêmicos (BACELAR, 1986; BARROSO, 1985; FONTES, 1986).

Na Ponte do Maduro, desde as primeiras remoções ocasionadas por projetos de reurbanização da cidade, no final dos anos 1970, à pressão atual do mercado imobiliário, a população tem vivenciado diferentes formas de resistência para tentar permanecer (ZARIAS e BRITO, 2014, p. 134).

O que nos interessa no momento é analisar como a questão da moradia é tratada pelo Estado. A importância da comprovação da titularidade do terreno aparece com destaque na linguagem burocrática de todos os casos relacionados a conflitos urbanos. Contudo, tal linguagem muitas vezes não faz parte do cotidiano das pessoas que moram há anos naquele mesmo bairro, geralmente numa casa passada de pais para filhos com significado que transborda o conteúdo dos papéis oficiais.

Em 1980 (na Ponte do Maduro), falava-se em “legalização da posse” dos moradores da Ponte do Maduro. Atualmente, fala-se em “regularização fundiária urbana”. Tanto uma expressão quanto a outra implicam a distinção entre os institutos legais da “posse” e da “propriedade”. Esses termos, que parecem precisos nos discursos dos operadores do direito e técnicos do governo, nunca foram claros para as moradoras da Ponte do Maduro. Muitas delas, que nasceram no local, cresceram ouvindo de seus pais e avós que a casa onde moravam eram da família e que era a herança a ser deixada aos filhos. Portanto, o sentido de posse e de propriedade estão distantes da experiência social das famílias que estão lá há mais de quatro gerações (ZARIAS, 2016, p.15).

No caso acompanhado por Zarias, a discussão sobre a regularização fundiária urbana era fundamental, pois se trata de uma área<sup>35</sup> ocupada informalmente pela população de baixa renda que, diante da carência de plano urbanístico, desenvolveu estratégias para atender à própria demanda de moradia. Uma das especificidades do caso apresentado nessa dissertação é que a segurança de posse da maioria dos moradores do bairro estava garantida antes da remoção e a intervenção estatal gerou uma insegurança de posse, como veremos no próximo capítulo.

Segundo Zarias, antes da constituição de 1988 já aparecia de alguma forma na legislação a questão do direito à propriedade, entre o interesse individual e coletivo.

A Constituição de 1891 tratava da possibilidade de desapropriação nos casos de necessidade pública. A Constituição de 1934 declarava que “É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo”. A Constituição de 1946 determinava que o “uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social” (ZARIAS, 2016, p.17).

Segundo o autor, a “função social da propriedade” aparece na Constituição de 1967 no inciso onde são tratadas questões de ordem econômica. Ao afirmar que os elos entre direito à propriedade e direito à moradia são formulados através da função social da propriedade, fica mais evidente essa distinção jurídica entre os dois direitos. Zarias afirma que enquanto o direito à moradia é garantido constitucionalmente, o direito à propriedade não é absoluto.

---

<sup>35</sup>“A Ponte do Maduro abrange uma área de 63,45 hectares, formada por quatro bairros da Zona Norte do Recife: Santo Amaro, Santa Terezinha, Chié e Ilha do Joaneiro” (ZARIAS e BRITO, 2014, p.137).

Ficará mais claro nas próximas linhas, onde veremos a justificativa formal da desapropriação utilizada hoje em dia.

A lei que regula a desapropriação por utilidade pública é de 1941 e é utilizada atualmente nas justificativas formais do governo brasileiro, o artigo II especifica que nesse caso “todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios”. No capítulo dois, observaremos detalhadamente os mecanismos do estado de Pernambuco para realizar as desapropriações ocasionadas pelas obras da Copa do Mundo de 2014. Dessa forma, poderemos desenvolver uma visão mais acurada sobre os procedimentos presentes no pano de fundo dessa intervenção estatal.

Constatamos que apesar do dever constitucional de garantir moradia adequada a toda população brasileira, quando as pessoas estão no caminho de um grande projeto, são vistas como obstáculo. Ao serem retiradas de suas casas sem ações de estratégia de planejamento eficiente do Estado, o direito à moradia não lhes é assegurado. Essa contradição evidencia um modelo de planejamento urbano que prioriza a celeridade dos empreendimentos, em detrimento do diálogo com a população.

Afora as mudanças institucionais de atribuição de responsabilidades consoantes com cada conjuntura política, a repetição desse padrão de ações do Estado em contextos de grandes projetos é comprovada por diversos estudos históricos já mencionados nesse trabalho. Apesar de não ser novidade, algumas práticas impressionam pela forte semelhança com contextos atuais.

*Se é verdade que a negociação do acordo impôs os moradores como grupo social, a solução acordada criou, por sua própria natureza, as condições para a pulverização deste grupo social numa série de locatários atomizados. [...] A individualização e a divisão assim operadas criaram as condições para a descolectivização e a despolitização de qualquer conflito e luta futura com os proprietários (SANTOS, 1983, p.37).*

A negociação individual foi exatamente a estratégia da Secretaria Executiva de Desapropriações (SEDES) de Pernambuco para lidar com os moradores do Loteamento São

Francisco. Como vimos, tal procedimento foi examinado por vários autores em nível nacional e internacional (BARTOLOMÉ, 1985, 1993, 2000; SANTOS, 1983). No documento “*Fair Play for Housing Rights*”<sup>36</sup>, elaborado pela organização suíça *Center on Housing Rights and Evictions* (COHRE), essa estratégia também é apontada como elemento chave na fragmentação política das populações atingidas. Ao entrar em contato de forma individual com cada morador em momentos estratégicos, a comunicação coletiva é dificultada. No caso do Loteamento, a solução de compensação também foi determinante na pulverização da população. A indenização em dinheiro foi o único recurso apresentado pelo governo para os moradores, o que deu origem a dezenas de locatários fragmentados em diferentes bairros e até em outros estados.

No contexto da construção de hidrelétricas, apesar das várias contradições – como os casos em que a população atingida é relocada para locais onde não têm acesso à energia e a questão dos impactos ambientais incomensuráveis – o “benefício” coletivo da obra está bem definido: gerar energia elétrica para milhões de pessoas. Não podemos dizer o mesmo do propósito positivo do conjunto de obras para a Copa do Mundo no Brasil, pois apesar do esforço do governo para propagar o megaevento como um momento oportuno para melhorar o país, a sociedade civil fez diversas críticas ao modo como essas obras seriam feitas, seja por causa dos orçamentos muito elevados, pela lentidão das obras e, mais timidamente, pelas violações de direitos da população atingida. Se no contexto dos impactos das hidrelétricas, a luta dos atingidos está concentrada em melhorar as medidas “mitigatórias”, nos grupos atingidos pelas grandes obras do megaevento, além disso há um questionamento sobre a própria necessidade do megaevento, principalmente pela sua evidente característica efêmera (no Recife, aconteceram três jogos na Copa das Confederações de 2013 e cinco jogos durante

---

<sup>36</sup> O documento “*Fair Play for Housing Rights: Mega-Events, Olympic Games and Housing Rights*”, elaborado em 2007, traz uma densa análise do impacto de megaeventos esportivos na situação de moradia da população local em diversos contextos como Espanha, Grécia e Austrália, etc.

a Copa do Mundo de 2014). E no caso do Loteamento a questão se agrava, pois a obra motivadora da remoção não foi realizada e o terreno teve um destino controverso. No terceiro capítulo, veremos que grande parte da obra destinada para o local do terreno não foi realizada, fato que acentuou a indignação dos moradores do Loteamento.

#### A CASA ENQUANTO LUGAR PARA MORAR: NUANCES ATRIBUIDORAS DE SENTIDO À MORADIA

A casa, o domicílio, é a única barreira contra o horror do caos, da noite e da origem obscura: encerra em suas paredes tudo que a humanidade pacientemente recolheu ao longo dos séculos; opõe-se à evasão, à perda, à ausência, pois organiza sua ordem interna, sua civilidade, sua paixão. Sua liberdade desabrocha no estável, no contido, e não no aberto ou no infinito. Estar em casa é reconhecer a lentidão da vida e o prazer da meditação imóvel (KANT *apud* EDELMAN, 1984, p. 25).

Guardadas as particularidades do contexto habitacional da França, acreditamos que a literatura sociológica e antropológica francesa acerca da chamada questão “residencial” pode contribuir significativamente com nossa análise. Vários trabalhos foram escritos sobre acesso à propriedade, herança, autoconstrução e a dimensão familiar das práticas residenciais. O itinerário entre locação e propriedade foi discutido como uma estratégia familiar (CUTURELLO, 1992). A casa e os projetos de vida também foram examinados na perspectiva da trajetória imigratória (VILLANOVA; LEITE, 1992). Catherine Bonvalet (1993) analisou a situação de moradia entre a transmissão por herança e a aquisição. Ela propõe considerar o papel familiar na situação residencial dos indivíduos e situar as trajetórias de moradia no contexto da família (BONVALET, 1993, p.23).

Para Bonvalet e Gotman (1993), houve um importante deslocamento de problemática nos estudos da questão “residencial”. Retirada do quadro analítico pela qual vinha sendo reduzida a uma estratégia de consumo, a questão residencial foi redirecionada ao contexto espacial, histórico e intergeracional mais amplo que lhe atribui sentido (BONVALET e GOTMAN, 1993, p.10). Longe de negar o papel instrumental do suporte familiar no acesso à

habitação, as autoras propõem um passo adiante no sentido de não considerar somente os fluxos patrimoniais<sup>37</sup>, mas igualmente os fluxos de socialização (BONVALET e GOTMAN, 1993, p.11). Isso implica levar em consideração a lógica da “criação de uma casa” para além da lógica econômica. Segundo elas, estão em jogo dois termos da questão residencial: por um lado as restrições e pressões contextuais e de outro as estratégias familiares que constituem o projeto de “criação da casa”.

A noção de estratégia indica a existência da possibilidade de escolha, mesmo se for forçada, e a presença de uma margem de manobra possível, por menor que seja (BONVALET e GOTMAN, 1993, p.9). Os estudos sobre as estratégias residenciais enfatizam o processo de mobilização das famílias face as diferentes oscilações residenciais do ciclo de vida.

Dentre as estratégias que compõem as formas de morar da população brasileira, está a co-residência. Segundo Peixoto e Luz (2007), o ir-e-vir entre a morada conjugal e a casa paterna (ou materna) não é um fenômeno muito recente, a novidade é o crescimento desta prática no Brasil e a sua amplitude, atingindo tanto os jovens das camadas populares quanto das camadas médias. Ao fazerem uma análise das formas de coabitação dos franceses, Attias-Donfut e Renaut (1994) chamam a atenção para o fato de que a percepção de morar na mesma habitação não pode ser compreendido sem levar em consideração as diferentes interpretações dos membros da família. Sendo assim, “morar junto” pode ser interpretado de diversas formas, nunca podendo ser analisado como um dado a priori. As autoras identificam dois tipos de movimento: a re-coabitação, quando pais e filhos se separam no início da vida adulta dos jovens e se reagrupam na velhice dos pais ou a coabitação quando nunca houve separação entre pais e filhos. As razões em ambos os casos são variadas e podem incluir causas econômicas ou não.

---

<sup>37</sup>No sentido de ajuda e suporte de vários tipos. Como vimos, parte da literatura francesa sobre moradia se debruçou sobre o acesso à residência através de estratégias familiares.

As autoras apontam para uma alternativa de coabitação na qual os familiares vivem “juntos”, mas em espaços separados. É o caso de famílias grandes que moram reagrupadas na mesma construção e se visitam cotidianamente. Segundo ela, essa forma de morar aproxima as gerações e representa uma outra forma de viver junto em espaços privados que preservam a intimidade permitindo a manutenção da proximidade (ATTIAS-DONFUT e RENAUT 1994, p.33). Observaremos no capítulo dois que essa maneira de morar se aproxima bastante da situação de moradia das famílias do Loteamento São Francisco. Os amplos terrenos do bairro, muitas vezes abrigavam mais de uma casa, permitindo que diferentes gerações morassem no mesmo lote.

Nessa dissertação, a maneira de as pessoas se relacionarem com o lugar aonde moram tem uma dimensão central. Antonádia Borges afirma que seu estudo na cidade do Recanto das Emas a fez refletir sobre o quanto as ciências sociais – e talvez a antropologia em especial – fizeram vistas grossas para o estatuto do lugar aonde seus anfitriões residem (BORGES, p. 24, 2010). Segundo ela, é necessário entendermos os diversos sentidos da casa, seja como ordem moral e cosmológica, como abrigo, como forma de ocupação e transformação (BORGES, 2013, p.204).

Para Bruna ou Laudicéia, as casas assim como os templos não são meras edificações, mas lugares para receber, para acolher, para dar abrigo. Na perspectiva dos governos, os lotes – para casas ou para templos – são essencialmente *para dar*, ou, como o sabemos, para vender. Ao passo que para quem neles habita, as casas são *para receber* (BORGES, 2013, p. 216).

Além de *dar* ou *vender*, acrescento que na perspectiva do governo, legitimado pela legislação existente, os lotes também são objetos passíveis de serem desapropriados quando estão no caminho de grandes projetos de investimento. Interessada nas diversas maneiras pelas quais as pessoas lidam com a presença do Estado em contextos de forte intervenção, Borges nos mostra as diferentes percepções de moradia do governo e da população e nos faz compreender a maneira pela qual as mulheres transformam a “habitação” em “casa”. Essa

transformação consiste no ponto crucial de nossa análise, o processo através do qual as pessoas “criam” suas casas ganha novo significado a partir da perda no contexto das remoções. Perder sua casa através de uma intervenção estatal implica em ter que recriá-la. Esse fenômeno de ruptura causa uma reestruturação da vida das famílias, que irão atuar com diversas estratégias para recriar suas casas.

A noção de território trazida por Andrea Brighenti (2009) nos auxilia a compreender melhor a constituição do lugar para morar das pessoas. Brighenti chama a atenção para o fato dos territórios serem atualizados no momento em que as pessoas saem deles<sup>38</sup>. É o momento da saída – que pode ter causas variadas – que torna o território visível (BRIGHENTI, 2009, p.9).

Et qu'arrive-t-il après la sortie? On ne peut pas quitter un territoire, soutiennent Deleuze et Guattari, sans du même coup en créer un autre ailleurs. On ne peut pas déterritorialiser certaines relations sans du même coup en reterritorialiser d'autres (BRIGHENTI, 2009, p.9).

O autor evidencia que não podemos sair de um território sem ao mesmo tempo criar um novo. A saída involuntária do território obrigou os moradores do Loteamento São Francisco a criar um novo lugar para morar. A perda inesperada desse lugar produziu uma resignificação da moradia para seus habitantes. A partir do momento no qual são obrigadas a deixar o bairro, as famílias ativaram múltiplas estratégias para dar sentido às suas vidas novamente.

Nesse sentido, e inspirados em Borges, utilizamos o termo **lugar para morar** como uma categoria que busca transcender a definição de casa vinculada estritamente à problemática habitacional ou aos direitos humanos. Sem negar a importância dessas questões, procuramos compreender mais incisivamente o complexo emaranhado de fatores atribuidores de sentido à moradia. Com esse fim, no decorrer deste trabalho, iremos investigar os

---

<sup>38</sup>Uma das obras que inspira Brighenti nessa formulação é DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Capitalisme et schizophréni, t. 2, Mille plateaux. Paris :Éditions de Minuit, 1980.

mecanismos ativados pelas famílias do Loteamento São Francisco para “re-criar” seus lugares para morar após a remoção forçada.

Segundo Perla Serfaty-Garzon (2003), o conceito de habitação (*habitat*) subentende a colocação em prática de um projeto de habitação (*habitation*). A habitação é uma criação determinada pelo morador por uma relação dinâmica de apropriação do seu próprio espaço (SERFATY-GARZON, 2003). A autora explora a aproximação estabelecida por Heidegger entre o morar (*j’habite*) e o ser (*je suis*). Segundo Heidegger (1951), na antiga língua alemã, os termos se assemelham: *buan* (morar), *bauen* (edificar/construir) e *bin* (ser). A relação entre os significados etimológicos dessas palavras, em determinado momento histórico, indica a natureza coexistente entre o morar e o ser (SERFATY-GARZON, 2003). Ela constata que habitar o mundo é a condição do ser humano e essa habitação é permeada pela familiaridade e continuidade. Assim, o entrelaçamento entre o morar e a própria construção do indivíduo é traçado, nos fazendo perceber o papel fundamental da moradia.

Partimos do princípio de que a atividade qualifica o espaço (CERTEAU, 1994) para compreendermos a construção afetiva do lugar onde se mora. De acordo com Serfaty-Garzon, a noção de intimidade traduz o sentido e a própria experiência do morar. A autora afirma que um intenso investimento afetivo é despendido sobre a moradia, compondo o repertório de elementos envolvidos na criação da casa. O espaço, como categoria sociológica, somente significa quando os seres humanos conseguem habitar ou, simplesmente, demarcar aquele “local” para suas atividades (ALMEIDA, 2011, p.29).

Morar em um bairro não será considerado aqui apenas como a localização da casa, mas de maneira mais abrangente, como situam Pierre Mayol e Alexandre Almeida.

O bairro se inscreve na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública (MAYOL, 1996, p.44).

O bairro, neste sentido, não é apenas uma demarcação territorial que divide a cidade – servindo para delimitar os espaços urbanos e o controle administrativo dos

serviços públicos e municipais – mas, antes de tudo, o bairro é a própria constituição de uma cidade, onde os moradores que nele habitam se identificam, se sociabilizam, criam laços afetivos e sentimentos de pertencimento (ALMEIDA, 2011, p. 27).

Nesse sentido, consideramos o bairro como uma extensão da casa. É o local onde se manifesta um engajamento social ou uma arte de conviver com pessoas que estão ligadas a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição (MAYOL, 1996). Segundo Almeida, é na sociabilidade construída cotidianamente que os diversos atores sociais vivem e convivem com seus iguais, participando de várias atividades em conjunto. Na participação das atividades corriqueiras do bairro, o vizinho se torna uma importante figura do convívio social (ALMEIDA, 2011).

Os vínculos criados no bairro e as práticas cotidianas poderão ser compreendidos através das nossas conversas com os moradores do antigo Loteamento São Francisco e se buscará analisar as transformações causadas pela mudança para outros locais de moradia. Qual a relação que tinham com o bairro do Loteamento São Francisco? Como se constrói o sentimento de “estar em casa”? Como reorganizaram seu cotidiano? Quais as mudanças que consideram mais marcantes? Quais as categorias locais para narrar a perda da casa?

### 3 CAPÍTULO II O LOTEAMENTO

#### 3.1 CAMINHOS INICIAIS E METODOLOGIA

##### CHEGADA AO LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO

Os adesivos colados nos muros de todas as casas foi o que me chamou mais atenção na primeira vez que andei pelas ruas do Loteamento São Francisco. A semelhança com a marcação feita nas casas dos residentes do Rio de Janeiro para a chegada da família real no Brasil em 1808<sup>39</sup> era desconcertante. Essa maneira de marcar fisicamente casas indesejadas é uma prática que se estende desde o século XIX até os dias de hoje no país. Essa prática não se restringiu a Pernambuco. No Rio de Janeiro, os imóveis que seriam demolidos para passagem de obras para Copa do Mundo de 2014 tiveram as iniciais “SMH” (Secretaria Municipal de Habitação) marcadas com tinta vermelha e azul.

Cheguei no Loteamento no segundo semestre de 2012, durante uma pesquisa de campo de uma disciplina em que fui monitora<sup>40</sup>. A pesquisa<sup>41</sup> tinha como tema geral os impactos da copa do mundo no estado de Pernambuco, partindo de uma ênfase nas áreas próximas ao estádio Arena Pernambuco. O estádio estava em construção para receber os jogos de futebol durante os megaeventos da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014, e, a partir de então fizemos idas a campo no entorno desta Arena. Fomos num ônibus da universidade com todos os alunos para conhecer a região e o primeiro município em que paramos foi Camaragibe. Apesar de a Arena se localizar dentro do município de São Lourenço da Mata, ela fica exatamente no limite entre três municípios (Recife, Camaragibe e

---

<sup>39</sup>“Com a chegada da Família Real, em 1808, 10 mil casas foram pintadas com as letras PR, de Príncipe Regente, que significava que o morador teria que sair de sua casa para dar lugar à realeza.” A população local deu outro nome para a sigla: Ponha-se a Rua (PR). Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/rio-vive-novo-ciclo-de-politica-de-remocoes/> Acesso em: 10 jun. 2014.

<sup>40</sup>Fui monitora do componente curricular *Métodos e Técnicas em Pesquisa Social Qualitativa*, ministrado pelo prof. Parry Scott, no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>41</sup>“Uma Arena para Pernambuco: impactos e avaliações de vizinhos, beneficiados e atingidos” foi uma pesquisa financiada pelo CNPq e executada por uma equipe de integrantes do Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPE).

São Lourenço) e sua construção monumental pode ser vista de vários bairros vizinhos, como Santa Mônica em Camaragibe.

Andando pelas ruas de Camaragibe, acabamos chegando numa região ao lado do Terminal Integrado, onde os portões abertos das casas e diversos estabelecimentos (mercearias, salões, escolas, oficinas) movimentavam as dinâmicas ruas do bairro. Descobrimos então que estávamos no bairro Loteamento São Francisco e passamos em várias casas para conversar com os moradores. Todos nos receberam bem e narravam os acontecimentos enfatizando sua indignação, era perceptível a atmosfera que pairava no bairro, uma mistura de desinformação, incerteza e medo. Ninguém sabia exatamente o que estava pra acontecer ali, há alguns meses uma empresa tinha colado aqueles adesivos e informado a necessidade da demolição das casas, sem maiores explicações. Inicialmente chocados com a notícia, os moradores não sabiam a quem recorrer para ter mais informações. Uma mulher conta que parou de trabalhar, pois podiam vir a qualquer hora derrubar sua casa e ela queria estar lá. Outra relatou o desmaio da vizinha, quando ouviu o valor que seria pago pela sua casa. Também nos contaram sobre as pessoas que ficaram doentes, com pressão alta, tontura e depressão. Passados alguns meses sem nenhuma novidade em relação às obras, muitos começaram a pensar que aquilo nunca se concretizaria, uma moradora me disse “eles só fizeram isso pra pegar os documentos da gente, só pra ver quem tá vivo e quem tá morto”. Essa ênfase nos documentos ficará mais evidente nos relatos e poderemos compreender como a intervenção estatal nesse bairro fez as pessoas resignificarem a importância desses papéis. Muitos boatos começaram a circular, alguns moradores diziam que tinham desistido de fazer a via por ali, fariam em outro lugar.

Os adesivos fixados nas casas continham a frase “Obra do Corredor Leste Oeste e Ramal Cidade da Copa”, com a logomarca do governo de Pernambuco/Procuradoria Geral do Estado e da Diagonal, empresa terceirizada responsável. Apenas alguns meses mais tarde é

que eu entenderia melhor esse arranjo institucional no contexto das remoções daquele bairro.



**Figura 02** - Adesivo colado no muro das casas do Loteamento São Francisco

**Foto:** Alice Moura **Data:** 03/09/2013

## PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ POPULAR DA COPA: VANTAGENS E ENTRAVES

O Comitê Popular da Copa de Pernambuco é um coletivo de organizações da sociedade civil que surgiu para monitorar e denunciar as possíveis violações de direitos humanos relacionadas à Copa do Mundo de 2014. No Loteamento São Francisco, o Comitê mediou a relação entre o governo estadual e as famílias. Sobre o início desse grupo, um dos participantes nos explica:

Já tinha uma preocupação histórica em relação a esse processo da gestão e democratização das cidades, do uso do espaço urbano, o processo de planejamento das políticas urbanas e a gente já desconfiava que essas iniciativas envolvendo as obras da Copa certamente trariam algum transtorno especialmente para essas famílias. Então, em 2010 a gente iniciou um diálogo com algumas organizações aqui em Recife, mas também nacionalmente e seminários nacionais foram realizados. E localmente a gente começou o processo de formação das organizações que atuam nessa área da reforma urbana, pra que elas pudessem entender o que poderia ser uma iniciativa de articulação da sociedade civil pra monitorar esses empreendimentos

ligados à Copa. Então, em agosto de 2010, constituiu o Comitê Popular da Copa de Pernambuco que bom, a partir daí, começou a se articular nacionalmente com outros comitês e particularmente com o que veio a surgir depois que foi a Articulação Nacional dos Comitês Populares, cuja sigla é ANCOP (Evanildo Barbosa da Silva<sup>42</sup>).

A partir daí várias entidades<sup>43</sup> se mobilizaram para compor o Comitê em Pernambuco, a maioria tinha trajetória de reivindicações de direitos no espaço urbano, principalmente vinculado ao direito à moradia. O Comitê organizou diversas atividades junto a algumas populações atingidas por obras da Copa do Mundo, especificamente a população de Cosme e Damião – afetada pela construção de um novo Terminal Integrado; um grupo de comerciantes da avenida Belmino Correia – afetados pelo corredor Leste-Oeste; e os moradores do Loteamento São Francisco – removidos por causa do Ramal da Copa e ampliação do Terminal de Camaragibe.

As ações do Comitê partiam do contato direto com as famílias atingidas através de várias visitas aos bairros, reuniões frequentes com os moradores na área e reuniões “internas” com as organizações em suas sedes<sup>44</sup>. Um dos principais objetivos do Comitê era abrir um diálogo com o governo do estado de Pernambuco para obter esclarecimentos sobre as remoções. Algumas de suas estratégias eram: elaborar ofícios com reivindicações relativas à garantia de direitos; convocar reuniões entre as famílias e o poder público; organizar atos públicos de protesto; monitorar os trâmites legais do processo e divulgar para a população.

As principais reivindicações, elaboradas pelo Comitê junto com as famílias eram: a falta de diálogo adequado do governo do estado e das empresas terceirizadas com os

---

<sup>42</sup>Evanildo é diretor nacional da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)

<sup>43</sup>Algumas delas são: a FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – atua nas questões urbanas e rurais voltadas para participação da cidadania e luta pelos movimentos sociais de mulheres, afrodescendentes e indígenas (FASE, 2013); a entidade Habitat para Humanidade é uma organização não governamental que promove a moradia como direito humano fundamental e tem como meta a eliminação de todas as formas de moradia inadequadas (HABITAT, 2013); o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC defende os direitos humanos, principalmente dos grupos socialmente excluídos; o Fórum Estadual de Reforma Urbana – FERU é uma articulação de entidades que luta pela construção de cidades justas, com políticas de inclusão social e participação popular (FERU, 2011).

<sup>44</sup> Por ser localizada em região central da cidade do Recife, a maioria das reuniões foram feitas na FASE. Mas também tivemos encontros na Habitat e no Cendhec.

moradores atingidos pelas remoções (sobre o procedimento de remoção e indenização); a inexistência de orientação básica, para os moradores, quanto aos trâmites burocráticos e cartoriais necessários até o depósito da indenização; a ausência de um plano habitacional ou outro planejamento para o deslocamento das famílias e comerciantes; denúncia de perdas econômicas e redução na qualidade de vida das pessoas que não tiveram outra alternativa, a não ser se mudar para local sem estrutura e serviços básicos de saúde, transporte e educação (Comitê Popular da Copa em Pernambuco, 2013).

Diante da ausência de dados sobre o processo de remoção, os integrantes do Comitê levavam todas as informações colhidas para os moradores durante os encontros, nos quais eram debatidas ponto por ponto por todos, seguido pela escuta das questões colocadas pela população que por fim eram levadas de volta para o poder público. Esse movimento cíclico constituiu o Comitê como a ponte entre as famílias atingidas e o governo do estado. Entretanto, esse ciclo nunca pôde se completar totalmente por causa da dificuldade do próprio Comitê de obter informações fidedignas sobre as remoções. Apesar dos pedidos feitos em reuniões e através de ofícios, a quantidade de pessoas removidas não foi divulgada com clareza e os projetos de mobilidade designados para as áreas não foram fornecidos à população.

No começo de 2013, a única maneira de saber quem seria removido no Loteamento era indo de casa em casa para perguntar, pois não existia nenhum registro sistematizado de pessoas que seriam desapropriadas. Em reunião na Procuradoria Geral do Estado em julho de 2013, a Secretaria Executiva de Desapropriações (SEDES), secretaria responsável pelos processos de remoção, afirmou que seriam feitas 78 desapropriações no Loteamento São Francisco. Para o comitê e para os moradores, as desapropriações foram mais numerosas, Falam em 200 famílias. Veremos na terceira parte do capítulo (2.3) algumas razões desencadeadoras dessa confusão dos números. Além da disputa – entre planejadores e

atingidos – para minimizar ou evidenciar os efeitos “negativos”, também há uma imprecisão na nomenclatura oficial de “uma” desapropriação: é um lote, uma casa ou uma família?

Os anos de 2013 e primeiro semestre de 2014 foram momentos nos quais as atenções estavam voltadas à Copa do Mundo, a mídia nacional e internacional estava interessada em relatar acontecimentos relacionados ao megaevento. Embora grande parte da imprensa “tradicional” não estivesse interessada em divulgar os impactos negativos do megaevento, vários canais de mídia autointitulada “independente” ou “alternativa” fizeram matérias<sup>45</sup> sobre o Loteamento São Francisco. Sendo assim, foi um momento em que os moradores estavam sendo muito procurados para falar sobre o assunto. As demolições foram feitas entre o final de 2013 e começo de 2014, então ainda era possível ver os escombros das casas até essa época, cenário que foi muito fotografado pela imprensa e pesquisadores.

Uma das últimas atividades públicas do Comitê com os moradores foi um ato realizado em maio de 2014 no terreno onde foram demolidas as casas. Para simbolizar as pessoas falecidas durante o processo de remoção, colocaram cruzeiros fincadas no solo arenoso onde antes moravam. As famílias contam que sete moradores vieram a óbito por diversas causas como AVC, depressão, etc.

Depois da Copa, as atividades do Comitê diminuíram e minha presença no campo continuou, mas não na frequência que eu gostaria. Tive dificuldades em voltar a campo imediatamente depois do megaevento, não sei se por não querer pedir às famílias momentos de entrevistas formais<sup>46</sup>, depois de tantas oferecidas à mídia. De fato, quando fui pedir o

---

<sup>45</sup>Comitê apresenta impactos sociais da Copa do Mundo a auditores”: Disponível em: <http://www.diaconia.org.br/novosite/midia/int.php?id=525>. Acesso em: 10 jun. 2014. “Moradores do Loteamento se reúnem com Procurador do Estado”: Disponível em: <https://comitepopularpe.wordpress.com/2014/03/26/moradores-do-loteamento-se-reunem-com-procurador-do-estado/>. Acesso em: 10 jun. 2014. “Em Pernambuco, repete-se o desrespeito ao direito à moradia”: Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2013/12/03/em-pernambuco-repete-se-o-desrespeito-ao-direito-a-moradia/>. Acesso em: 10 jun. 2014. “Obras de mobilidade para a Copa do Mundo provocam desapropriações em Pernambuco”: Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/05/obras-de-mobilidade-para-a-copa-do-mundo-provocam-desapropriacoes-em-pernambuco>. Acesso em: 10 jun. 2014.

<sup>46</sup> Até aqui eu não tinha realizado nenhuma entrevista formal, mas observação em campo e conversas informais.

número novo de uma moradora para uma amiga dela, escutei “posso até te dar o número, mas ela disse que não vai falar sobre isso com ninguém mais não”<sup>47</sup>. Também não sei se foi pela intensidade dos momentos no campo desde o final de 2012 acompanhando as famílias daquele bairro, mas o fato é que passei vários meses sem ter contato com o campo.

Outro fato que dificultou a marcação de entrevistas nessa época, foi porque muitas pessoas estavam em processo de mudança ou sem endereço fixo. Depois da remoção, algumas pessoas ficaram morando de aluguel ou em casa de familiares, esperando o dinheiro da indenização sair para se instalarem de maneira mais permanente. Enquanto para alguns esse momento que chamo “fase de transição” durou alguns meses, para outros é uma realidade até hoje, pois alguns moradores ainda estão com seus pertences encaixotados e não receberam o valor total da indenização.

Cabe salientar a importância desse momento de ruptura para compreensão dos elementos pelos quais as pessoas constroem o sentimento de ter um **lugar para morar**. A diferença entre os que se consideram instalados numa casa nova e os que ainda estão “sem casa”<sup>48</sup> é demonstrada por múltiplos fatores. Ainda mais, é intrigante notar que mesmo quem aparentemente “tem” um lugar para morar mais definido (ou seja, quem conseguiu comprar uma nova casa própria) não se sente totalmente “em casa”. Isso nos revela nuances do significado de ter uma casa. A argumentação elaborada nesse trabalho mostra que a casa criada como lugar para morar abarca uma série de elementos que transbordam o conceito de casa centrado na edificação do imóvel. Examinaremos subsequentemente o conjunto de fatores que compõe a criação do sentimento de ter um lugar para morar.

Comecei a retomar o contato no final do segundo semestre de 2014, a partir das famílias que conheci durante minha atuação no Comitê. Mas como queria conhecer famílias

---

<sup>47</sup>Um ano depois, em 2015, essa moradora me cedeu entrevista em sua nova casa.

<sup>48</sup>Entre os moradores, é comum dizer que “não tem casa” quando as pessoas tiveram sua casa própria demolida e agora estão morando de aluguel. Ao se referir à casa alugada na qual está morando, uma entrevistada fala: “é muito ruim morar na casa dos outros”.

novas, pedi indicação para essas primeiras. Sempre muito solícito, um senhor me disse para ir num dia de sexta-feira no Fórum de Camaragibe, porque sempre tinha algum morador lá nesse dia da semana para resolver pendências.

Na minha ida ao Fórum, percebi que aquele momento ainda fazia parte do cotidiano de vários moradores. Mesmo tendo saído do Loteamento há mais de um ano, continuavam a frequentar aquele espaço a fim de resolver a liberação da indenização. Nesse dia, havia sete pessoas de famílias diferentes presentes, interessante que enquanto algumas relacionavam minha presença ao Comitê, outras não lembravam de mim, o que era bom porque eu me tornava “apenas” uma estudante fazendo pesquisa. Mesmo assim, de uma maneira geral, o primeiro assunto abordado por todos foi relativo a queixas sobre a lentidão do sistema judiciário e dúvidas para agilizar o processo. Foi um momento no qual eles fizeram perguntas a mim e não o contrário. Eu não tinha resposta para aqueles questionamentos e fiquei me perguntando se aquele ambiente foi o melhor lugar para retomar meu contato com o campo. Expliquei não entender da parte jurídica, mas que poderia entrar em contato com alguém do Comitê para uma possível ajuda. Foi essa a maneira encontrada para dizer que eu não poderia resolver muita coisa naquele momento.

Peguei o contato dos que estavam ali para marcar entrevistas futuras e quando fui pedir a última senhora, ela disse, na frente dos outros “eu não vou dar o meu não (número), porque essas pesquisas de vocês não servem para nada. Já aconteceu, estamos sem casa, não adianta fazer mais nada”. Eu falei que entendia e respeitava a posição dela e fui para casa pensando nisso. Por um lado, a participação no Comitê foi fundamental e enriquecedora para minha compreensão e vivência do processo durante minha pesquisa de campo, por outro, fiquei pensando até que ponto essa imersão intensa no campo poderia atrapalhar minha pesquisa.

Talvez essas inquietações provenham das preocupações suscitadas pelo problema da pretensa “objetividade” científica. Mariza Peirano (1992) menciona o choque da comunidade acadêmica com a descoberta dos diários de Malinowski (1967), pois os comentários presentes no diário desmistificaram o caráter objetivo e neutro do trabalho de campo.

Consideramos que a dimensão subjetiva do trabalho de campo traz uma riqueza epistemológica à antropologia e não deve ser ignorada. O cerne do desafio é conseguir introduzir nossas inquietações, emoções e dúvidas como dados analíticos e tem sido tema de estudo de vários antropólogos (DAMATTA, 1978; PEIRANO, 1992, 2008; GHASARIAN, 2002). Diante da complexidade de questões suscitadas pela temática das remoções forçadas, não podemos deixar de mencionar nossa sensibilidade em relação ao tema.

## AS FAMÍLIAS E NOSSOS ENCONTROS

Outro desafio enfrentado foi não ter mais um “campo” com local físico delimitado, pois o bairro já tinha sido praticamente todo demolido e cada família tinha seguido um caminho diferente. Decidi pedir o contato telefônico de novas famílias para quem eu já conhecia, aumentando assim o número de interlocutores. Depois de me apresentar pelo telefone, eu marcava um encontro com as pessoas em suas casas atuais. Dessa forma, fui recebida em casas de vários bairros de Camaragibe, em São Lourenço da Mata e também locais próximos ao Loteamento.

Procurei entrevistar um ou dois membros de cada família, totalizando quinze pessoas entrevistadas. A faixa etária foi de 25 a 72 anos. A maioria foram mulheres<sup>49</sup>, com ocupação de assistente social, aposentada, faxineira ou “dona de casa”. Dos dois homens entrevistados, um era comerciante e o outro aposentado. Entre as treze mulheres, seis eram casadas, duas

---

<sup>49</sup> Gostaríamos de frisar que no texto utilizamos a palavra “moradores” apenas pela fluidez da escrita, mas a maioria das participantes dessa pesquisa foram mulheres.

divorciadas, duas viúvas e três solteiras, com média de dois filhos. Um homem era casado e sem filhos, o outro divorciado e tinha um filho.

A princípio pretendia realizar conversas individuais, entretanto a maioria dos moradores, quando do convite a participar da pesquisa, sugeria se encontrar com uma ou mais pessoas para fazer a entrevista. Como fazia mais de um ano que tinham se mudado do Loteamento, o momento da entrevista acabou sendo um ponto de encontro para reencontrar os antigos vizinhos. Foi surpreendente e enriquecedor, pois me vi, por exemplo, dentro de uma casa com quatro membros de famílias diferentes ou com membros de três gerações juntos.

As moradoras foram muito solícitas, a ponto de uma delas passar a tarde comigo indo de casa em casa realizar as entrevistas. No Loteamento, fazia parte do dia a dia passar de casa em casa para falar com os vizinhos e nesse momento da pesquisa, foi como se estivesse revivendo esse itinerário, apesar da mudança geográfica das novas casas. Quando sentia a necessidade de conversar mais com uma pessoa individualmente, marcava outra entrevista depois. Os áudios das entrevistas foram gravados no meu aparelho de celular e posteriormente transferidos para o computador, no qual transcrevi todas nossas conversas. Optei por mudar o nome dos moradores entrevistados para manter o anonimato.

### **3.2 O LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO**

O Loteamento São Francisco, como é chamado por seus moradores, é um bairro localizado no município de Camaragibe, na Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. A remoção da maior parte de seus moradores para obras da Copa do Mundo de Futebol de 2014

é o principal tema que tenho estudado desde o final da graduação<sup>50</sup>. Friso que esse é o nome dado pelas famílias que moram ali, pois quando fui à Prefeitura de Camaragibe solicitar documentação do bairro, não constava nenhum Loteamento São Francisco, nem nenhuma Unidade Básica de Saúde com esse nome.

Através de uma moradora antiga do bairro, fiquei sabendo que aquela região fazia parte de São Lourenço da Mata antes de Camaragibe ser considerado município, a separação definitiva das duas cidades aconteceu em 1982<sup>51</sup>. Entretanto, novamente não tive sucesso na prefeitura de São Lourenço, pois afirmaram que tinham encaminhado toda a documentação para Camaragibe depois da divisão. Segui minha busca de documentos oficiais sobre o bairro e finalmente consegui um documento de compra e venda indicando o nome oficial “Loteamento Parque São Francisco do Timbi”. E sua origem, eram terras desmembradas do Engenho Timbi e de propriedade de Francisco de Paula Corrêa de Araújo, que na ocasião do documento, em 1963, estava vendendo um lote para a moradora que me mostrou o documento. Ao ler sobre a história da região, verifiquei que sua principal atividade econômica em meados de 1500<sup>52</sup> era a produção açucareira, o que justifica a quantidade de engenhos construídos ali. Um dos engenhos mais prósperos data de 1549, o Engenho Camaragibe, e levou para a localidade um fluxo significativo de atividades comerciais ligadas ao açúcar. Em relação do Engenho Timbi, existem informações<sup>53</sup> afirmando que a família Correa de Araújo se instalou em Pernambuco em 1710 e Francisco Correa de Araújo era proprietário de oito engenhos que moíam sua própria cana de açúcar, um deles era o Engenho Timbi.

---

<sup>50</sup> Como mencionado no primeiro capítulo, tratei dessa temática no meu trabalho de conclusão de curso intitulado “Tudo isso por causa de uma bola?: desapropriações e resistências decorrentes das obras para a Copa do Mundo de 2014 em Camaragibe e Recife.”

<sup>51</sup> Dados do IBGE. Disponível em: [http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=260345&search=pernambuco%7Camaragibe%7Cinphographics:-history&lang=\\_ES](http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=260345&search=pernambuco%7Camaragibe%7Cinphographics:-history&lang=_ES). Acesso em: 10 jan. 2016.

<sup>52</sup> Dados do IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=31000> Acesso em: 10 jan. 2016.

<sup>53</sup> Informações do blog <http://falhistoria.blogspot.com.br/2010/10/engenho-cangaca-sao-lourenco.html> Acesso em: 20 dez. 2015.

Trazer essa breve história do bairro nos ajuda a situar contextualmente o início daquelas terras, mas é importante dizer que dos quinze entrevistados, apenas uma pessoa (Luzia) menciona detalhadamente esse contexto histórico. Veremos a seguir seu relato. Apesar de alguns poucos moradores ainda terem o documento de titularidade da terra no nome de membros dessa família<sup>54</sup>, a maioria não sabe identificar quem são eles e qual sua história.

Conseguir ter acesso ao mapa do local também foi difícil, pois na prefeitura não estava disponível e no cartório de registro de imóveis só havia uma cópia da planta que não podia sair de lá. Então finalmente consegui a planta do local dividida por lotes no Condepe-Fidem<sup>55</sup>.

Meu entusiasmo por ter localizado esses documentos, além do objetivo para essa pesquisa, se deve ao fato de que desde o início do meu acompanhamento às famílias desse bairro em seu processo de remoção, presenciamos a ausência de dados oficiais tanto sobre a remoção quanto sobre o bairro em si. Quando disse a uma moradora que fui à prefeitura diversas vezes procurando informações sobre o local, ela me disse “mas aquele povo não sabe de nada. Eles não pegam nem pra fazer um histórico”. Naquele momento ainda não tinha percebido com clareza, mas posteriormente constataria que essa maneira de se referir ao poder público com certa descrença permeia toda a relação dos moradores com as instituições governamentais.

Como já foi mencionado, enquanto pesquisadora e participante do Comitê Popular da Copa de Pernambuco, acompanhei desde 2012 as tentativas de diálogo com o Governo do Estado para pedir esclarecimentos sobre o processo de remoção e denunciar as violações de direitos existentes. Era perceptível a falta de comunicação sobre o projeto para o local a ser

---

<sup>54</sup>Algumas vezes, quando eu perguntava em que nome estava o título do terreno, diziam “É uma mulher...essa tal de Zuleide, que já morreu faz tempo.” Depois da pesquisa, descobri que Zuleide do Amaral era esposa de Francisco Correa de Araújo.

<sup>55</sup>Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco.

desapropriado, as datas incertas da remoção, os valores das indenizações e a quantidade de pessoas que seriam atingidas.

Através do documento de compra e venda (Figura 03) situamos que algumas famílias residem ali pelo menos desde a década de 1960, quando a área ainda pertencia a São Lourenço da Mata. Interessante perceber que para uma moradora, Luzia, a remoção despertou o interesse em conhecer mais sobre a história do bairro, como ela diz:

É Loteamento Parque São Francisco na verdade, o primeiro nome dele foi esse, acho que ainda existe o documento. Ainda é assim, Loteamento Parque São Francisco. Ele é desmembrado da gleba do Engenho Timbi, não sei o que lá. Depois que começou a sair (remoções), aí eu tive curiosidade de ler os documentos sabe? (Luzia, 59 anos).

Luzia tem 59 anos e relata morar no Loteamento desde 1963, ela mora em uma das poucas casas que não estavam na área das casas desapropriadas para as construção das obras. Seu avô comprou aquele terreno para sua mãe e toda a documentação ficou no nome da mãe. Quando perguntei sobre o início da história do Loteamento, ela diz que toda a área pertencia a Francisco Correia de Araújo e ele era católico, então doava terrenos para construção de igrejas, por isso tem a igreja São Francisco de Assis, Santa Rita de Cássia, Santa Mônica.



**Figura 03** Documento de compra e venda de terreno no Loteamento São Francisco

**Foto:** Alice Moura **Data:** 10/05/2015

De acordo com as entrevistas, podemos afirmar que a maioria dos moradores nasceu em Camaragibe e morou grande parte da sua vida no Loteamento. Para compreendermos melhor essa característica de permanência dos moradores, podemos comparar à análise da antropóloga Antonádia Borges (2003) em seu estudo no Recanto das Emas<sup>56</sup>. Segundo ela, no Recanto das Emas, o gosto nativo pela mudança ficou em evidência e a inquietação da

<sup>56</sup>Um dos resultados da pesquisa de Borges no Recanto das Emas, cidade-satélite dentro do Distrito Federal, foi sua tese de doutorado de 2003 (Tempo de Brasília: etnografando lugares-evento da política). A antropóloga analisou pessoas que se tornaram beneficiárias do governo local após “ganharem” um lote, depois de um longo caminho com a burocracia estatal para comprovarem seu “tempo de Brasília”.

população sobre o lugar para morar é apontada como sua principal característica (BORGES, 2003). No Loteamento São Francisco, pelo contrário, os moradores se definem pela permanência há décadas nesse bairro, muitas vezes com o convívio de gerações no mesmo lote. Veremos nas suas falas, ao descreverem a mudança involuntária, alguns ressaltam ter sido a primeira mudança de suas vidas.

O trabalho de campo antes das remoções não pôde ser mais aprofundado porque na época da coleta de dados para o mestrado as casas já tinham sido demolidas. Por isso, não podemos afirmar com precisão se existia uma preocupação cotidiana sobre o **lugar para morar** antes da intervenção estatal. Todavia, nossas observações indicam a existência de uma estabilidade na situação de moradia daquela população.

A divisão da área é feita em lotes<sup>57</sup>, como podemos ver na planta em anexo, que foram adquiridos ao longo dos anos e na sua maioria transmitidos entre as gerações. Sobre a aquisição do terreno, ela conta:

...ele (Francisco) loteou e era bem baratinho, porque a gente tinha o poder aquisitivo muito baixo, mas a gente pagava mensalmente. Eu ia com meu irmão, eu tinha nove anos...a gente dava a mãozinha e saía pra pagar lá no engenho. (Luzia, 59 anos)

A família dela construiu uma casa de taipa na época, onde moravam os pais e cinco filhos. Depois os pais faleceram, os irmãos casaram e “foi diminuindo a família”. Ao longo dos anos, foram “melhorando” a casa até chegar ao formato atual (de alvenaria, com cerâmica) onde moram hoje ela, a irmã e uma tia. Apesar de não ser o único fator lembrado ao discorrerem sobre seus lugares de morar, a construção da casa própria é valorizada por Luzia e outros moradores. Quando por exemplo se referem à construção de suas casas como fruto do esforço próprio de seus pais, resultado de anos de trabalho.

Luzia relata sua surpresa quando algumas pessoas falaram que aquela área tinha sido invadida. De acordo com ela, as pessoas compraram na época, mesmo os que compraram

---

<sup>57</sup>Mais adiante discutiremos as denominações “lote”, “terreno” e “casa”.

depois, de terceiros. Um dos critérios para receber a indenização era ter toda a documentação do terreno<sup>58</sup>. É possível perceber a propriedade “legal” da terra como um marcador de diferença interno depois do início do processo de desapropriação. As falas sempre enfatizam “temos todos os documentos da casa”, “pagamos IPTU”, “pagamos conta de água e luz”. Muitos moradores têm documentos que comprovam sua titularidade, outros não possuem a comprovação e alguns estão em espólio devido ao parente ter falecido e não ter sido feito a atualização da titularidade. Luzia diz “uma das coisas que inquieta muito a gente é que a gente também não tem os pais, os donos primeiros da terra”.

Essa última situação é frequente devido ao alto valor do inventário. Apesar do medo de ser removida futuramente, Luzia diz que não tem dinheiro, nem vai se preocupar em fazer empréstimo e ficar devendo dinheiro para fazer inventário. Voltaremos a essas questões em outro momento, a configuração de moradia nos lotes são diversas e serão descritas na segunda parte do capítulo.

Como mencionado no capítulo I, uma singularidade do Loteamento é o fato da segurança de posse já estar garantida antes da remoção, pois a maioria das pessoas tinha a titularidade do terreno. Se anteriormente essa segurança existia, podemos considerar que a intervenção estatal gerou uma insegurança de posse. Detalharemos esse ponto ao analisarmos o processo de remoção mais adiante.

Uma das minhas grandes dificuldades foi em tentar classificar o Loteamento São Francisco. Não posso deixar de mencionar minha identificação com situação vivida pela antropóloga Antonádia Borges.

Não se tratava de um ambiente rural, como uma cidadezinha ou um assentamento que eu já tivesse conhecido. Tampouco o Recanto das Emas era o retrato da periferia urbana das grandes metrópoles com as quais eu já tivera contato até ali. Entre outros questionamentos, essas perguntas diziam respeito à perplexidade própria do

---

<sup>58</sup> No ponto 3.3 analisaremos o Manual de Procedimentos da Secretaria Executiva de Desapropriações, documento oficial no qual são descritos todos os critérios para receber a indenização.

encontro etnográfico quando nos deparamos com uma realidade que não podemos compreender porque nos faltam as categorias adequadas para fazê-lo (BORGES, , 2003, p. 11).

No Loteamento, deparei-me com um bairro de casas espaçosas. Ao mesmo tempo com características que poderíamos denominar “rurais”, como a presença de amplos quintais cheios de árvores e criação de pequenos animais, mas localizados exatamente ao lado do agitado Terminal Integrado de Camaragibe<sup>59</sup>. A movimentada Avenida Belmínio Correia, principal via do município, margeava o bairro, facilitando a circulação das pessoas para outras localidades. Uma das características mais marcantes do Loteamento era a organização interna de seus grandes lotes. O agrupamento das casas em cada lote é em grande parte composto por vínculo familiar, e em alguns casos com casas alugadas para terceiros ou unidades de comércio. Distribuídas horizontalmente em construções baixas, as casas eram de alvenaria, em sua maioria térreas ou com primeiro andar, muitas vezes com presença de árvores frutíferas (manga, banana, jaca, laranja, etc.) e algumas criações de animais (galinha, bode, passarinhos, etc.). Os comércios existentes eram diversos (salão de beleza, lanchonetes, oficinas, etc.) e podíamos ver algumas igrejas. Existiam 3 escolas, um posto de saúde (localizado no lote de uma moradora, que alugava o local), acesso ao sistema de transporte público, abastecimento de água e luz e rede de saneamento.

---

<sup>59</sup>O Terminal Integrado ao metrô foi inaugurado em 2002, como um dos mais importantes terminais da Região Metropolitana do Recife. Localizado no bairro do Timbi em Camaragibe, o terminal de Camaragibe recebe aproximadamente 38.510 passageiros diariamente. Utilizando a Avenida Caxangá como via até o Centro do Recife, o terminal opera com 21 linhas. Disponível em: <http://www.granderecife.pe.gov.br/web/granderecife/terminal-integrado-de-camaragibe> Acesso em: 15 dez. 2015.



**Figura 04** Loteamento São Francisco antes da remoção

**Foto:** Alice Moura **Data:** 03/09/2013

## OS LOTES, ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E REDES DE VIZINHANÇA

A divisão do bairro em lotes que podemos ver na planta em anexo é reconhecida pelos moradores e pelo poder público. Entretanto, o que varia muito é a configuração interna desses lotes, a qual geralmente contém mais de uma casa construída. Esclareço que me refiro ao termo “lote” no sentido da divisão dessa planta, já o termo “casa” é mais complexo, pois percebi em campo que a definição de casa para os moradores ganha diversos significados, a seguir explicarei.

Dos quinze entrevistados, nove pessoas moravam na casa que foi de seus pais, quatro moravam na casa dos sogros, dois moravam em casas adquiridas individualmente. Interessante perceber nos relatos não haver uma concepção negativa em morar no mesmo terreno que os pais, inclusive muitas vezes essa proximidade é exaltada como exclusivamente

positiva<sup>60</sup>. Ressaltamos que estar no mesmo terreno não significa morarem dentro da mesma casa, o que acontece geralmente é a construção de uma nova casa ao lado ou em cima da dos pais. Para entendermos melhor a situação de moradia e a configuração dos lotes, ouviremos a voz dos próprios moradores.

Dentro do mesmo lote, muitas vezes conviviam várias gerações em diferentes casas ou dentro da mesma casa. Vejamos a configuração do lote onde morava Marta, 43 anos.

Nasci ali (Loteamento), minha mãe casou-se. Em 1969, já morou lá no terreno com minha avó, porque meu pai era o mais novo. Aí depois nasceu meu irmão, depois eu, e a gente se criou a vida toda lá. Passei 42 anos lá. Na verdade o terreno foi do meus tios né, eles se juntaram, foram quatro irmãos. Aí compraram quando eram solteiros, moravam com a minha avó. Aí compraram o terreno e dividiram em quatro “lotes”. Cada um ficou com um “lote” 10X20. Aí foi o do meu pai, o do meu tio, meu outro tio e da minha tia. Cada um ficou com um terreno (Marta, 43 anos).

Como Marta fala em “lotes”, eu questiono se esses quatro terrenos dos seus tios ficavam dentro do mesmo lote. Ela confirma “mesmo lote, foram divididos em quatro terrenos entre irmãos”. Então o lote onde ela morava foi dividido entre seu pai e os três irmãos, ela morava na parte do terreno do seu pai.

Morei com meu pai e minha mãe, aí quando casei a gente construiu na área de cima. Meu irmão era solteiro, ficou com meu pai e minha mãe. Depois meu irmão casou, aí minha mãe faleceu, aí a casa de baixo foi dividida em dois. Meu irmão ficou com a esposa e meu pai. E em cima era eu, meus dois filhos e o marido. Na verdade era só a gente mesmo de casa, que meu pai só tinha eu e meu irmão. Aí meu irmão quando casou, minha mãe faleceu... aí ele veio morar, porque ele pagava aluguel, aí veio morar com a gente (Marta, 43 anos).

Percebemos que o casamento é sempre mencionado como um evento marcante, delimitando o momento em que houve uma reorganização dentro da casa. Contudo, no Loteamento, casar não implica necessariamente na saída de casa, mas sim muitas vezes a construção de uma nova casa dentro do lote dos pais ou a extensão da casa com construções verticais ou horizontais. A percepção sobre o que é uma casa é definida pelo lugar de morar

---

<sup>60</sup>Um exemplo de situação contrária a essa foi encontrada por Machado em Governador Valadares: “O desejo da *Casa* própria, num terreno diferente do dos pais, significa um desejo de se desprender das relações que os pais constituíram para construir a própria *Casa*, centralizadas no novo casal e filhos” (MACHADO, 2014, p.48).

do núcleo familiar, dessa forma, onde meu olhar “de fora” via apenas uma casa, Marta conta que na verdade são duas. “Eram duas casas no terreno, a de baixo a gente dividiu pra ele (irmão) e pai. E ficou todo mundo junto”. Ela morava na casa de cima com seu marido e os dois filhos.



**Figura 05:** Loteamento São Francisco antes da remoção

**Foto:** Alice Moura **Data:** 03/09/2013

Vemos que a relação do lugar de morar com a família é uma característica marcante para Marta e vários outros moradores. Como Socorro, 53 anos, que nasceu em outra cidade, mas mora no Loteamento desde 4 anos de idade.

Eu sai de lá (Tiuma), eu tinha 4 anos. Ai aqui faz cinquenta e....48 anos que a gente mora aqui. Foi meu pai né, quando a gente saiu de Tiuma ele foi indenizado. Aí a gente veio morar aqui.

Ele foi indenizado lá, ele trabalhava na usina, né. Aí foi, como é....indenizado do trabalho. Aí ele, com o dinheiro, comprou aqui a nossa casa.

Antes, morava eu, minha mãe, meu pai e meu irmão né. Aí com o tempo foram casando tudinho né. E atualmente só tinha eu, que meu pai faleceu, meus irmãos casaram. Ai eu fiquei com minha mãe, que minha mãe é viúva e eu era a mais nova. Quer dizer, tinha um irmão mais novo, mas ele faleceu, que ele tinha síndrome de down. Aí só tem eu, minha irmã, minha filha e o irmão, que como ele se separou, aí tá lá em casa também assim né. Tem a família, mas ele vive indo lá em casa.

Trabalha na Chesf, aí tem vezes que ele viaja na segunda, volta na sexta, sabe, mas tá morando com a gente. (Socorro, 53 anos)

Apesar do nosso foco aqui não estar voltado para as relações conjugais, é interessante notar o casamento mais uma vez mencionado como momento de saída de casa dos seus irmãos e conseqüentemente, o fim do casamento como fato que fez seu irmão voltar a morar na casa dos pais.

Para Socorro, o acesso à moradia foi possível por uma aquisição dos pais, que permitiu a passagem da casa entre as gerações. Notamos que o pai dela já tinha sido indenizado no passado, mas ela não soube explicar precisamente o motivo. No momento da desapropriação, na casa de Socorro moravam ela, a filha, a mãe e o irmão. Vemos mais uma vez que a parte de cima do imóvel é considerada como uma casa e a de baixo é outra casa. Então no total, o lote dela tinha três casas.

A gente morava em cima e embaixo a gente fez uma casa que antes era um salãozinho de beleza, mas como não tava dando lucro, aí eu e mãe, a gente fez uma casinha e alugou. E tem a de baixo, que era a outra casa que a gente morava logo quando veio pra cá. Aí são 3 casas.

Alice: Vocês alugavam?

Socorro: É, as duas a gente alugava.

Alice: Pra quem?

Socorro: Tinha uma moradora mesmo, que fazia parece que 8 anos que morava lá, sabe. E a outra fazia pouco, alguns anos assim.

Além de local de moradia, o lote também complementava a renda dessas famílias. Enquanto alguns alugavam para terceiros, outros moradores tinham vários tipos de comércio dentro do lote: lanchonete, oficina de carro e moto, salão de beleza, etc.

Tiago, 45 anos, relata sua história no Loteamento.

Tiago: Minha vida toda foi aqui. Essa casa vem dos meus pais, né. Que também são daqui desde infância também, e meu pai conseguiu, comprou o terreno e construiu aqui, toda a vida. Inclusive o comércio também foi ele quem comprou.

Alice: No lote tinha quantas casas?

Tiago: Uma casa com 2 comércios, um meu e um da minha sobrinha, era no mesmo lote, na avenida principal.

A relação da aquisição da casa através dos pais é mais uma vez enfatizada, reforçando o significado afetivo do lugar de morar. Na casa, moravam ele e a irmã com suas duas filhas. Apesar de Tiago ter morado a maior parte de sua vida no Loteamento, no momento da desapropriação ele já morava em outro bairro, na casa da sogra. Seu comércio é que foi afetado pelas remoções.

Morava eu, minha irmã e duas sobrinhas. Agora assim, quando eu ....(inaudível) de casado, eu já não tava mais morando aí. Que eu moro em outro loteamento, ali só era meu comércio, meu trabalho. E na residência quem tava morando mesmo era minha irmã (Tiago, 45 anos).



**Figura 06:** Loteamento São Francisco antes da remoção

**Foto:** Alice Moura **Data:** 03/09/2013

Devido ao longo tempo de moradia da maioria das famílias naquele bairro, todos se conheciam, sabiam quem eram seus vizinhos e “podiam confiar” neles, como conta uma moradora. Os laços de afetividade na vizinhança do Loteamento são sempre relatados, assim como a proximidade física dos membros das famílias, consistindo num ponto de fundamental importância para os moradores. Muitas vezes os vizinhos eram considerados como parte da família.

Então assim, eu viajava, aí chegava pra um vizinho, ó, vou precisar viajar, tô chegando segunda. “Vá simhora, não se preocupe”. Eles olhavam a casa, eles tinham a chave do cadeado do portão, entrava, botava ração pros cachorros, botava água. Sempre foi assim. Aguava minhas plantas, sempre foi assim. Eu tenho meu vizinho de cá mesmo, seu Sebastião que era um velhinho, toda vez que eu viajava, ele “vá simhora que eu cuido dos bichos”. Aí cheguei até passar 8 dias fora de casa e ele sempre cuidou, olhava a casa, acendia as luzes.

Então eu não considero vizinho, considero da família uma pessoa dessa, né? Meus meninos doentes, eu chamava o outro vizinho do lado, pode levar no hospital? Oxe, agorinha. Não importava dia, hora, não tinha isso não. Ele se levantava se tivesse dormindo, botava uma roupa e ia levar os meninos no hospital comigo. Quer dizer, são pessoas que eu sei que pra onde eu for, por melhor que sejam os vizinhos, jamais vou ter vizinhos daquelas qualidades. Porque a gente se criou tudo junto. Eu vi as pessoas nascendo, vi crescendo, casando, tendo filhos assim como eu (Rosa, 45 anos).

Nas falas, podemos perceber certa idealização do antigo bairro, pois as narrativas constantemente enfatizam elementos positivos. É muito difícil encontrar uma história que conte algo ruim do Loteamento, como se não existissem conflitos nem incertezas anteriormente. Seu Geraldo foi o único a reconhecer que existiam alguns problemas, mas acaba afirmando que no final das contas era tudo ótimo.

Toda vizinhança tem alguns problemas, mas ninguém vai olhar tudo que vê, né? Era uma maravilha, era uma família (Geraldo, 72 anos).

Mais uma vez a noção de família aparece para descrever a vizinhança, reforçando os laços afetivos presentes na memória coletiva dos moradores. Segundo Ecléa Bosi (1994), lembrar é refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. O instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem (BOSI, 1994,

p. 56). A narrativa constante do antigo bairro nos demonstra a importância dessa memória para as famílias.

A proximidade física das casas no interior dos lotes moldava a forma pela qual as pessoas viviam aquele bairro. Como relata Marta, se referindo à comunicação com a prima por sons altos “a gente se chamava falando alto do quintal...ô maria, tá em casa? Ela escutava e me respondia”. Outra característica é a forma de percorrer o bairro, fazendo percursos a pé para ir na padaria, no supermercado, na igreja e conversar nos “portões” dos vizinhos. Para os moradores, “abrir o portão” para o outro era sinônimo de intimidade com os vizinhos, sendo nesse momento em que se colocavam as conversas em dia, ali mesmo na rua.

Lá a gente era a vontade. A gente acordava de manhã, abria o portão, eu ia pra esquina, ia com o cachorro andando solto. Ia pra esquina e dava bom dia a todo mundo, falava com todo mundo.

A gente tinha o costume a noite, da 18h, 18h30, a gente tomava café, pegava as cadeiras e ia pra calçada na avenida e ali esperava ela (filha) chegar da faculdade, ele (filho) da escola e ficava, eu, minhas primas, todo mundo conhecia a gente ali (Marta, 43 anos).

A rua é enfatizada como um ambiente de convívio. Uma moradora relembra que fechavam uma rua do bairro em épocas festivas (Natal e São João) e colocavam mesas e cadeiras nas calçadas.

Era tranquilo. Os vizinhos, como se fosse tudo da família, ninguém era intrigado de ninguém, ninguém tinha ressentimento de ninguém. Todo mundo se falava, era fim de ano, era festa, como se eu tivesse na casa de uma tia, na casa de uma irmã. Era São João, antes do SEI<sup>61</sup>, a gente fechava a rua, fazia quadrilha. E fim de ano também, a gente fechava a rua, fazia ceia nas calçadas (Rosa, 45 anos).

O sentimento de segurança no bairro também é mencionado por várias pessoas. Outra característica ressaltada é a possibilidade de ter plantas e árvores frutíferas numa área urbana e também a proximidade do metrô e terminal de ônibus que facilitava o transporte de todos.

Não podemos pensar que o bairro só tinha características positivas, mas foram esses pontos que vieram à tona nas nossas conversas. Acreditamos que a idealização desse lugar

---

<sup>61</sup>Sistema Estrutural Integrado

para morar consiste numa estratégia da população frente à intervenção estatal que reduziu suas casas a um valor em dinheiro. O destaque para os aspectos positivos das localidades de onde foram removidos já foi verificado por alguns autores. Figueiredo (2011) afirma que depoimentos, carregados de saudades, destacam os aspectos positivos das velhas cidades nas falas de reassentados de Rodelas e de Petrolândia<sup>62</sup>, como já foi verificado em tantas outras localidades “perdidas” como lugar para morar.

### **3.3 A REMOÇÃO**

#### **PROCEDIMENTOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Vimos no primeiro capítulo como a desapropriação por utilidade pública tem estado presente de diferentes formas na legislação do Brasil desde a Constituição de 1891. Atualmente, as desapropriações com esse fim estão regulamentadas pelo decreto-lei número 3.365 de 1941.

Além da legislação já existente, nos anos que precederam a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, houve a criação de um novo órgão em Pernambuco para lidar com as desapropriações e a confecção de um manual de procedimentos para guiá-lo. É em 2012 que surge a Secretaria Executiva de Desapropriações (SEDES) dentro da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco (PGE). Podemos refletir primeiramente sobre a escolha do nome dado à própria secretaria. Se é um órgão para lidar com os processos de desapropriação, ou seja, processos com o envolvimento direto de pessoas, por que não incluir em seu título algo que sugira essa relação entre o Estado e as pessoas?

---

<sup>62</sup>Cidades atingidas pela construção da usina hidrelétrica de Itaparica.

A estrutura da Secretaria é dividida em duas gerências gerais: técnica e jurídica. E subdividida em duas superintendências: de laudos e de negociações. Os objetivos da SEDES nos mostram a prioridade do Estado no momento de realização de grandes projetos de investimento.

Agilizar os processos de desapropriação do Governo do Estado, impulsionando as obras estruturadoras em Pernambuco. Com esse objetivo, foi criada pelo Governo do Estado a Secretaria Executiva de Desapropriações, vinculada à Procuradoria Geral do Estado. (DIÁRIO OFICIAL, 2012, não tem numeração de página)

A nova secretaria tem como objetivo principal “agilizar” os processos de desapropriação para “impulsionar” as obras em Pernambuco, isto é, a prioridade está em acelerar o andamento dessas obras. Não é feita nenhuma menção às pessoas que passarão por esse processo de desapropriação. Qual será a maneira de lidar com a população atingida?

No “Manual de Procedimentos da Secretaria Executiva de Desapropriações” são especificadas as atribuições da nova SEDES e descritas todas as etapas da intervenção. Vejamos a justificativa de desapropriação escrita no Manual.

Em que pese a Constituição Federal de 1988, no caput do artigo 5º, preveja a inviolabilidade do direito de propriedade como garantia fundamental, a Carta Magna assevera não ser este um direito absoluto, considerando o dever da propriedade atender a sua função social, imposto pelo inciso XXIII do mesmo dispositivo constitucional. Decerto, é dever do Estado, dentro dos limites constitucionais, intervir na propriedade privada e nas atividades econômicas com o objetivo de propiciar o bem-estar aos cidadãos (Manual de Procedimentos, 2012, p. 12).

Como vimos no capítulo I, Zarias (2016) afirma que o direito à moradia é garantido constitucionalmente, enquanto o direito à propriedade não é absoluto. Assim, observamos que a diferença indicada por Zarias pode ser verificada aqui. Esse parágrafo afirma, em outras palavras, que mesmo o direito à propriedade estando previsto na constituição como garantia fundamental, o Estado poderá intervir através da retirada do bem se o objetivo for de utilidade pública e para o “bem-estar” dos cidadãos. Então, vimos a justificativa legal da desapropriação, mas percebemos a ausência de qualquer menção ao direito à moradia,

inclusive esta última palavra não aparece em nenhuma linha das setenta e uma páginas do Manual.

Um olhar atento aos termos utilizados nesse Manual nos faz lembrar que toda palavra carrega um significado político. Sendo assim, é importante observarmos a escolha pelo uso de alguns termos em detrimento de outros possíveis, seja nos documentos ou nas falas. Como cada ator vai usar esses termos? Quais possíveis interpretações são ressaltadas ou silenciadas de acordo com o termo usado?

Enquanto no manual de procedimentos as pessoas atingidas pela obra são chamadas de “expropriadas”, no cotidiano do bairro se denominam “desapropriados” ou “removidos”. Durante as reuniões com representantes do governo, se referem a “benfeitorias” ou “imóveis” atingidos, enquanto o Comitê Popular da Copa está sempre falando em “famílias e/ou moradores” atingidos. Fica clara a impessoalidade do termo “imóvel” e “benfeitoria”. O próprio conceito de atingido já foi objeto de debate por Vainer (2011), que relaciona essa noção diretamente a questão do reconhecimento, isto é, legitimação de direitos.

estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo, é ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária (VAINER, 2011, p. 2).

Ao passo que nos casos de construção de hidrelétricas, as populações afetadas podem ser chamadas de “beneficiários”, no caso do Loteamento não foram chamados assim, mas o discurso governamental era de que aquilo seria um “benefício coletivo”. A justificativa da desapropriação em prol da melhora do sistema de transporte reforçava esse “bem coletivo”.

A SEDES define duas etapas do processo de desapropriação. A primeira fase desse processo é chamada de “declaratória”, quando a área é destinada ao uso público, oficializada por uma publicação do Decreto de Utilidade Pública. Então, são definidos os imóveis atingidos pelo projeto e dado o direito às autoridades de entrar na propriedade para avaliar.

Nesse momento, a SEDES envia ofício aos “expropriados” para informar do decreto e convidar para audiência pública, também são anunciadas as empresas que farão os laudos e feito o pedido da documentação necessária para a desapropriação. De acordo com o Manual, a fase seguinte é a “executória”, na qual são realizados os serviços para a desapropriação, são eles:

- audiência pública;
- levantamento cadastral (socioeconômico);
- recolhimento das documentações;
- avaliação dos bens – por meio de laudos técnicos;
- avaliação dos fundos de comércio ou lucro cessante das empresas impactadas pelas desapropriações;
- negociações;
- ajuizamento das ações;
- imissão na posse dos imóveis (Manual de Procedimentos, 2012, p.13)

Cabe ressaltar que apesar das recomendações da ONU citadas no capítulo I, a única opção de compensação foi monetária, não tendo sido oferecida nenhuma outra alternativa<sup>63</sup> para a população. Para compreendermos melhor a visão do governo do estado acerca da moradia, é esclarecedor investigarmos a partir de quais variáveis é composto o cálculo da indenização. Para entender como foi desenvolvido o valor da compensação monetária, analisamos o procedimento descrito no Manual.

Na fase executória, uma empresa é contratada para confeccionar os Laudos de Avaliação, posteriormente analisados por engenheiros e arquitetos. Esses laudos devem ser feitos de acordo com a norma técnica NBR 14.653-2 que especifica, entre outros, a caracterização do imóvel, o diagnóstico de mercado e a indicação dos métodos utilizados (Manual de Procedimentos, 2012, p.25).

Dois valores compõem a indenização, o valor do terreno e da benfeitoria. Em ambos os casos é utilizada como base a Norma Brasileira de Avaliação de Bens referente a Imóveis Urbanos (NBR 14.653-2). Para calcular o valor do terreno, a NBR 14.653-2 estabelece dar

---

<sup>63</sup>Reassentamento ou justa compensação são as opções recomendadas pela ONU, frisando que em caso de compensação, esta deveria ser considerada complementar ao reassentamento e não substituí-lo totalmente.

preferência ao método comparativo direto de dados de mercado (Manual de Procedimentos, 2012, p.25). A técnica mais utilizada pela SEDES para terrenos urbanos é a análise de regressão (anexo A, NBR 14.653-2). No cálculo da benfeitoria, além dessa norma, existem especificidades se as obras forem feitas com recurso federal, municipal ou estadual. Não vou me alongar nas questões técnicas, mas só mencionar alguns indicadores que compõem o cálculo:

SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil;  
Tabela de custos e índices publicada mensalmente pelo IBGE em conjunto com a Caixa Econômica Federal;  
BDI – Bonificações e Despesas Indiretas;  
Método de Ross-Heidecke para o cálculo da depreciação física;  
Tabela da EMLURB – Recife (para obras com recurso Estadual e Municipal).  
(Manual de Desapropriação, 2012, p. 27)

Reconhecemos a importância de tais regras para definir um procedimento que permita quantificar a construção da casa e o terreno. Entretanto, nos chama atenção a presença praticamente exclusiva de elementos voltados para calcular as dimensões físicas do terreno e do imóvel. Não identificamos como variáveis outros fatores além edificação do imóvel e tamanho do terreno, conseqüentemente uma série de componentes relevantes para a moradia não são quantificados segundo esses parâmetros. Tais quais, a infraestrutura de sistema de transporte público aos quais os moradores tinham acesso, a pavimentação das ruas, o sistema de água e esgoto encanados, as unidades de saúde, as escolas públicas, a rede de comércio local e a iluminação das ruas.

Tal constatação expõe a limitação dos elementos presentes no cálculo da indenização, pois considera a edificação e a metragem do terreno como únicos parâmetros válidos para quantificar essa compensação. Os fatores que compõem a definição de moradia adequada da ONU, vistos no primeiro capítulo, não são mencionados na composição dessa medida compensatória. Tais medidas se traduzem numa visão de moradia menos ampliada por parte do governo do estado.

Ainda na fase chamada executória, acontece a solicitação dos documentos aos moradores que seriam desapropriados. Os seguintes documentos foram exigidos:

DOCUMENTOS PESSOAIS: CPF; Carteira de Identidade (RG); Certidão de Nascimento, se solteiro(a), Certidão de Casamento, se casado(a), Averbação do Divórcio, se divorciado(a) ou Certidão de Óbito, se viúvo(a); CPF e Carteira de Identidade (RG) do cônjuge, se casado; Comprovante de residência.

DOCUMENTOS DO IMÓVEL: Escritura ou Recibo de Compra e Venda; Taxa de IPTU; Certidão de Propriedade e Ônus; Cadastro Imobiliário (Prédio da Prefeitura do Recife). (Manual de Desapropriação, 2012, p.41)

Essa solicitação fez com que os moradores iniciassem uma busca e organização dos “papéis da casa” e de seus documentos pessoais. Como já vimos, a ONU afirma que não há necessidade de comprovação de titularidade da terra para ter direito a uma compensação justa em caso de remoção. Entretanto, no caso do Loteamento, esses documentos eram necessários para dar continuidade ao procedimento de desapropriação. Tal exigência passou a distinguir os que tinham todos os documentos “em dia” dos que não tinham. Muitos moradores colocaram o pagamento do IPTU em dia para gerar o comprovante, alguns contam que pagaram até R\$7.000,00 para regularizar toda documentação. Um senhor comentou comigo “pediram até documento da minha ex-mulher que já morreu há anos”.

As populações removidas de suas casas no início do século XX no Brasil, como menciono no capítulo I, moravam em cortiços e construções que não eram consideradas “dentro da lei”, a justificativa da ação estatal era ordenar a cidade. Dessa forma, desde essa época, começa a ser construída uma imagem das pessoas que são removidas como “invasores” e “sem documentos”. Podemos perceber que a própria população do Loteamento reproduz esse discurso ao dizer que alguns moradores não receberam indenização ou receberam muito pouco porque eram “invasores” e “não tinham os documentos”.

Antes de seguirmos para os relatos sobre as negociações da indenização, uma ressalva acerca do número de pessoas removidas deve ser feita. Não só no Loteamento, mas em todos

os bairros que passam por remoções ocasionadas por grandes projetos de investimentos, observamos um entrave na definição do número de pessoas atingidas. Tal situação acontece principalmente devido a dois fatores: a definição formal do que significa “uma” desapropriação e uma disputa política entre planejadores e atingidos envolvendo realces ou silenciamentos em torno dos números. Nosso intuito não é encontrar o número total de desapropriados, mas realçar as diversas formas pelas quais os números são comunicados de acordo com cada ator.

No caso do Loteamento, há uma confusão entre lote e “benfeitorias”. O valor da indenização foi calculado a partir de três elementos: o lote (terreno), as “benfeitorias” e, se fosse o caso, fundo de comércio. Então, os processos – administrativos ou judiciais – são separados por lote, distinguindo dentro do lote os titulares de cada benfeitoria.

A dificuldade em ter acesso ao número exato de pessoas desapropriadas evidencia uma tática comum a esses contextos. As vantagens e oportunidades do grande projeto são exaltadas e divulgadas, enquanto os impactos na população local tentam ser silenciados. Depois de meses tentando conseguir essa informação, foi através de um pedido baseado na Lei de Acesso à Informação<sup>64</sup> que o Comitê Popular da Copa obteve uma resposta. No final de 2013, em resposta a esse pedido, o governo do estado afirmou existirem 77 processos de desapropriação no Loteamento São Francisco. Destes, 48 eram processos judiciais e 29 administrativos. No começo do documento, referem-se a “77 processos de desapropriação”, o que daria a entender 77 lotes. Entretanto, depois falam em “77 imóveis”, o que gera uma confusão sobre essa definição de “uma desapropriação”.

No documento (anexo B) produzido pela empresa terceirizada encarregada da

---

<sup>64</sup>A Lei de Acesso à Informação serviu diversas vezes para respaldar pedidos sobre as desapropriações. “A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.” Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>. Acesso em: 15 fev. 2016.

comunicação direta com a população, afirmam que “117 famílias” foram desapropriadas.

O Comitê Popular da Copa de Pernambuco e os moradores do Loteamento afirmam que pelo menos 200 famílias foram desapropriadas. Uma matéria<sup>65</sup> veiculada na internet fala em 2.000 famílias no estado de Pernambuco para obras da Copa do Mundo. Percebemos uma série de informações desencontradas que geram uma falta de clareza em relação à quantidade de pessoas desapropriadas.

## NEGOCIAÇÕES E INDENIZAÇÃO

Três anos depois das demolições, a indenização ainda não foi totalmente liberada para alguns moradores. No momento da desapropriação, as pessoas podiam concordar com o valor da indenização oferecida ou discordar. O primeiro caso dá origem a um processo administrativo, ao passo que o caso de não concordar com o valor origina uma ação judicial. Ou seja, quem discorda entraria na justiça contra o governo do estado de Pernambuco para tentar modificar o valor da indenização. Para muitas pessoas, o dilema era aceitar um valor que não consideravam suficiente, para evitar o longo aguardo pela decisão judicial.

A formulação de Carlos Vainer (2014) sobre táticas de prevenção de conflitos na sociedade contemporânea nos ajuda a entender o teor das negociações feitas entre Estado e a população local. Em conferência<sup>66</sup> realizada no Recife, Vainer afirma que o alicerce dessa lógica parte da afirmação “mais vale um mau acordo que uma boa causa”. Ou seja, ao fazer um mau acordo você sai com alguma coisa em um tempo mais curto, enquanto com uma causa, mesmo que você tenha razão, vai levar anos e anos e você ainda corre o risco de perder

---

<sup>65</sup> “Mais de 2000 famílias são removidas por obras da Copa em PE”: Disponível em: <http://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/mais-de-2000-familias-sao-removidas-por-obras-da-copa-em-pe,4cfb2688e59b0410VgnVCM400009bcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 15 fev. 2016.

<sup>66</sup> “Relatos de Conflitos Urbanos na Região Metropolitana de Recife” foi o título da conferência de Carlos Vainer dia 12 de dezembro de 2014 na Faculdade de Direito do Recife.

(VAINER, 2014). O autor afirma que isso fragiliza as causas, pois nos levaria a abdicá-las. Para Vainer (2014), o que está por trás dessa ideia é o fato de que se há um conflito e você resolve conflitar ao invés de negociar, um dos dois sai perdendo. E se você negociar, ambos conflitantes podem sair ganhando. Ao invés de você perder tudo, você pode ganhar alguma coisa, mesmo que o outro ganhe mais, mas você ganhou alguma coisa.

Verificamos que no discurso dos representantes do governo sempre se fala em “negociar”. Entretanto, durante uma reunião na Procuradoria Geral do Estado entre representantes do governo, moradores que seriam desapropriados e membros do Comitê Popular da Copa, uma moradora afirma enfaticamente que aquilo não é negociação. Ela era titular de um imóvel na avenida principal de Camaragibe e fala sobre a negociação feita em relação ao valor da indenização, única opção de “mitigação” oferecida pelo Estado. Apesar do seu caso estar localizado em outro bairro<sup>67</sup> de Camaragibe, considero importante destacar sua fala dirigida para a advogada da PGE:

A senhora disse que foi negociado (o valor da indenização) com uma quantidade grande, mas não é. Negociação é quando eu posso dizer: isso é A, você diz isso é C, então vamos ficar no B. Mas aqui, me chamaram e falaram ‘seu valor é esse’, eu disse ‘mas eu não posso nem olhar como é que foi feito o cálculo? Eu não posso recalcular, não posso sugerir? ‘Não, você não pode sugerir nada porque nada vai ser aceito, a não ser que você vá para juízo’. Então não é negociação!

Percebemos que o que é considerado negociação para o Estado, não é visto assim para quem está sendo diretamente afetado pela ação estatal. Os atores da negociação – representantes do Estado e moradores – estão em posições claramente desiguais, onde quem detém maior poder é apoiado pela legislação e todo seu aparato burocrático, difícil de ser decifrado por quem não detém o domínio desse linguajar. É necessário entendermos em que princípios se baseia essa lógica de negociação. Ao relatarmos a chegada no Loteamento dos

---

<sup>67</sup>Dezenas de comerciantes iam ser desapropriados da avenida principal de Camaragibe para construção de obras de mobilidade para a Copa do Mundo de 2014. Durante o processo, conseguiram reduzir consideravelmente o número de imóveis que seriam demolidos. Mas a obra em questão, Corredor de BRT (Bus Rapid Transport) ainda não foi finalizada.

funcionários da equipe terceirizada responsável pela desapropriação, os moradores dizem que era constante o conselho de aceitarem aquele valor indenizatório, pois se não estivessem de acordo teriam que entrar na justiça contra o Estado e o dinheiro levaria anos para sair, se saísse. Vale frisar que essa conduta não esteve restrita ao Loteamento, mas em vários bairros a cena se repetiu dessa forma. Uma moradora de Cosme e Damião<sup>68</sup> conta:

Eles disseram que querem dar R\$ 35.000,00 na minha casa e se eu não aceitasse - porque todo mundo aqui já assinou, menos eu - que ia ser pior pra mim, porque se eu não recebesse esse tanto ia pra justiça. Depois que eu fosse pra justiça ia chegar uma ordem de despejo para eu ter que sair, né? E não ia receber nada, ia ter que sair sem nada.

No Loteamento, Marta diz que aceitou o valor dado a sua casa depois do seu pai ter dito “se a gente brigar com o governo vai ser pior”. E seu advogado reforçou “você lutar com o governo, é uma luta que pode demorar anos”. Tais relatos demonstram que vários moradores se sentiram pressionados a aceitar o valor indenizatório oferecido pelo governo do Estado no momento da desapropriação. Nessa situação percebemos uma assimetria entre representantes do governo e os moradores, que muitas vezes não tinham informações claras sobre o processo.

Mesmo com essa pressão, muitos moradores do Loteamento decidiram não aceitar o valor e entraram na batalha judicial contra o Estado. No primeiro semestre de 2016, muitos não receberam ainda e os relatos de idas constantes ao Fórum de Camaragibe permanecem. Alguns afirmam que vão semanalmente, uma mulher disse que parou de trabalhar para resolver essas questões burocráticas. Outra senhora afirma que algumas pessoas “não estão nem aí mais”, que já perderam a paciência e não vão mais ao Fórum.

Enquanto algumas pessoas receberam o valor total da indenização, outras receberam uma porcentagem e aguardam a resolução da ação judicial para que o restante seja liberado. Para os moradores, o fato da indenização ter sido liberada total ou parcialmente é motivo de

---

<sup>68</sup> No bairro de Cosme e Damião, aconteceram várias desapropriações em decorrência da construção do terminal de metrô que seria usado como meio de transporte para a Arena Pernambuco.

várias especulações. Alguns atribuem a liberação mais ágil ao fato de sempre “falar muito” durante o processo, como Marta fala “eu acho que eu só recebi porque eu falava muito, arengava muito”.

Outros dizem que quem não recebeu ou recebeu pouco, foi porque “era área de invasão”. Como vimos, a exigência de diversos documentos ocasionou uma busca pelos “papéis da casa” e originou uma diferença entre os que tinham papéis e os desprovidos de documentação oficial. Ser proprietário da casa não é necessário para ter acesso às medidas de compensação no caso de remoção forçada. Mesmo assim, essa distinção – explícita desde o início das remoções no Brasil – vem sendo reforçada pelas ações estatais e incorporada na fala de alguns moradores.

Atualmente, as pessoas atribuem a demora da liberação da indenização à lentidão das atividades dos juízes encarregados de assinar a papelada. Segundo Rosa, “o juiz nunca pode atender a gente, o assessor dele diz que não pode fazer nada e a gente fica nessa situação, joga pra um lado, pro outro”.

## EXTINÇÃO DA SEDES

A desintegração da SEDES em 2016 ocorre num tempo no qual, para vários moradores, o processo de desapropriação não se finalizou, por não terem recebido o valor total da indenização. Em março de 2016, o governo do estado de Pernambuco encaminhou um Projeto de Lei Ordinária que extinguiu a SEDES, marcando o desmonte desse aparato burocrático.

O Projeto de Lei também extingue a Secretaria Executiva de Desapropriações – Sedes, órgão vinculado à Procuradoria Geral do Estado (PGE), cuja atribuição é coordenar e monitorar os processos de desapropriação dos **projetos prioritários** do Estado de Pernambuco. A extinção da Secretaria Executiva não resultará na descontinuidade dos trabalhos, uma vez que será substituída pela Coordenação do Núcleo Imobiliário, que assumirá as atribuições da Sedes, no âmbito do Contencioso

Cível da Procuradoria Geral do Estado (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2016).

Observamos mais uma vez a finalidade da Secretaria em tratar dos processos de desapropriação vinculados aos projetos prioritários em Pernambuco. Podemos nos perguntar qual órgão é responsável pelas desapropriações de projetos não considerados prioritários para o estado. Ao atribuir as funções da SEDES a outro núcleo denominado Coordenação do Núcleo Imobiliário, verificamos a estratégia de metamorfose institucional (SCOTT, 2009, 2012) que acontece nesse tempo de fuga, após término do megaevento. Mesmo antes disso, essa metamorfose pôde ser verificada com a fragmentação das responsabilidades (entre PGE, Fórum de Camaragibe, SEDES, Secretaria da Copa, etc.).

Outra característica desse desmonte foi chamada por Scott (2009,2012) de “abandono planejado”, descrita no capítulo I. Segundo Scott, o abandono planejado decorre do distanciamento proposital do governo em relação às demandas da população atingida. Passado o megaevento esportivo, vemos o desinteresse institucional concretizado na extinção de alguns órgãos.

Não obtivemos êxito em ter acesso a mais informações da Coordenação de Núcleo Imobiliário. E devido à atualidade da decisão, ainda não é possível saber as consequências dessa transferência de responsabilidades das desapropriações para um núcleo imobiliário.

## “A MÃO DO DIABO”: A REMOÇÃO NARRADA PELOS MORADORES



**Figura 07:** Demolições no Loteamento São Francisco

**Foto:** Alice Moura **Data:** 06/12/2013

Na investigação do processo de criação de um novo lugar para morar, percebemos que narrar a remoção se constituiu como uma das estratégias dos moradores para ressignificarem suas vidas. Diversas histórias sobre as etapas do processo de remoção eram continuamente repetidas, reforçando a traumática experiência vivida pelas famílias.

A preocupação acerca de remoções não fazia parte do cotidiano do Loteamento São Francisco, estabelecidos há anos naquele bairro, o único relato de alguma remoção próxima dali foi para construção<sup>69</sup> do terminal integrado de Camaragibe. Esta é narrada como “mais tranquila”, pois “receberam uma indenização boa porque foi remoção federal”. Atribuem o

---

<sup>69</sup>O Terminal Integrado de Camaragibe foi inaugurado em dezembro de 2002. Disponível em: <[http://www.emtu.pe.gov.br/transporte\\_terminais\\_camaragibe.asp](http://www.emtu.pe.gov.br/transporte_terminais_camaragibe.asp)> Acesso em: 15 nov. 2015.

fato da remoção não ter sido conturbada por ter sido realizada pelo Governo Federal, ao contrário da mais recente de responsabilidade estadual.

A lembrança dos momentos de angústia durante todo o processo de remoção – desde o anúncio em 2011 até a demolição no final de 2013 – está sempre presente nas falas dos moradores. Um dos sentimentos que acompanham todas as narrativas é a indignação pelo modo como saíram de suas casas.

Mas o impacto maior pra a gente só foi o bairro e a situação da gente ter saído, porque foi muita injustiça, muita coisa errada. A pessoa chegar, dizer e fazer. E não foi do jeito que eles disseram, não teve ajuda. A ajuda que a gente teve foi de fora. Mas do governo mesmo a gente não teve, como ainda não tem né (Marta, 43 anos).

A filha de Marta, Luisa, completa dizendo ter sido pior o processo de remoção que os momentos posteriores.

Porque pelo menos pra a gente, o processo em si foi pior do que o pós. Até julho do ano passado, que foi quando a gente se mudou<sup>70</sup>, foi um processo extremamente doloroso, de tudo. Teve a questão da notícia vir, como a notícia foi passada foi muito bizarro. Ai teve essa reunião<sup>71</sup>, todo mundo naquela expectativa. Já tinha uns rumores de antes, o que por si só já era bem torturante. Ai quando veio a notícia que a gente foi pra escola, que todo mundo viu que ia de fato acontecer, meio que caiu como uma bomba na vida de todo mundo. A maioria da população do Loteamento era idoso, gente que morava lá há mais de 30, 40, 50 anos. Tinha uns mais novos que moravam lá, mas era muito pouco. Gente da minha idade mesmo, era irrisória a quantia. Então assim, foi um impacto muito grande na vida de todo mundo. Porque a primeira preocupação era, pra onde eu vou, se o dinheiro que eu vou receber vai dar pra comprar uma casa igual ou maior da que eu já tô. A expectativa geral era de que não, como de fato aconteceu. E ainda por cima tinha a questão de eu vou pra onde, com quem ,quem que vai cuidar de mim, eu já tô aqui, meu vizinho me conhece, me dá um apoio, mas pra onde eu vou, não vai ter a mesma coisa. A gente morava numa vizinhança de 3 gerações que cresceram juntas, meu avô com os irmãos dele, que construíram as 4 casas. Vieram os meus pais, os meus tios, que fizeram a mesma coisa, continuaram morando nas residências. E a minha geração, que já é a terceira que tava crescendo ali (Luisa, 25 anos).

Um morador define a desapropriação como “falta de humanidade”.

Aí aconteceu aquele distúrbio, aquela falta de humanidade da parte dos homens. Isso é falta de humanidade, desapropriar uma pessoa que tem seus direitos, como nós tínhamos. Desapropriar, botar a máquina por cima. Porque se não saísse, eles botavam a máquina por cima. Entendeu? (Geraldo, 72 anos).

<sup>70</sup>Como já foi dito, essa foi a segunda mudança após a remoção, quando a família conseguiu adquirir uma casa nova e parar de pagar aluguel.

<sup>71</sup>Ela conta que a empresa terceirizada contratada pelo governo para fazer o contato direto com a população marcou uma reunião na escola local no segundo semestre de 2012.



**Figura 08:** Demolições no Loteamento São Francisco

**Foto:** Alice Moura **Data:** 06/12/2013

As demolições são lembradas com profunda tristeza, muitas vezes é com os olhos cheios de lágrimas que narram esse momento. Patrícia (54 anos) conta que a casa dela foi uma das últimas a ser demolida, no final de janeiro de 2014. Nossa conversa foi com ela e sua prima Marta.

Marta: eles ficaram mais sérios assim, porque a gente saiu e a irmã dela que toma conta do processo. Ai não tinham recebido nada pra sair, ai continuaram lá. Nisso chegou dezembro, ai passaram final do ano. Derrubaram todas as casas ao redor e eles foram uma das últimas casas que saiu.

Patrícia: Pra tu ter uma ideia, sem brincadeira, não só fui eu não. Os cachorros não suportam ver zuada de metrô. Não tem essa gata que tá ai? A pobre fica doida quando vê a zoada do metrô.

Marta: Uma vez a gente tava fazendo unha, aí de repente o trator chegou. A gente tudo conversando e não percebeu. Ai de repente ligaram o trator, quando a gente viu foi derrubando. Ai ela começou a se desesperar. Ai eu “calma Patrícia”. Quando a gente viu era o trator derrubando a casa do meu primo, do lado. E a gente no quintal conversando, que eu ia pra lá de tarde.

Patrícia: Foi horrível, horrível. Quero mais não passar na minha vida isso que passei ali não. Como disse João, a mão do diabo né. Que ela batia pufff (imita som do trator), e puxava.

Quando perguntei sobre detalhes de sua casa antiga no Loteamento, Patrícia fala “tu acha que eu me lembro? É tanto desgosto, tanto desgosto que quase eu não me lembro da casa lá embaixo. Porque foi triste a lembrança ali, pra eu ficar me lembrando, aí eu prefiro não lembrar.” Ela foi a única a dizer preferir não lembrar da sua antiga casa. Essa escolha em silenciar as lembranças demonstra uma estratégia adotada por ela para diminuir a tristeza.



**Figura 09:** Demolições no Loteamento São Francisco

**Foto:** Alice Moura **Data:** 06/12/2013

Maria conta que o sogro dela tinha setenta anos e chegou a falecer depois da desapropriação, “ele tinha problema de coração e foi se agravando”. Ele presenciou a demolição da casa.

Quando ele viu tirar, derrubar...Eu tenho o vídeo da derrubada da casa. Ele se arrasou. Quando ele viu o trator. O que ele sofreu dentro de casa...E eles cortando a árvore. Cortando as árvores tudinho. A casa ficou pelada, a gente ficou desprotegido. E ele disse vamo sair daqui, isso não é lugar para a gente ficar. Ele sempre queria o canto dele. Quando chegou nessa casa que ele foi, começou a definhar, ficar doente, em cima da cama. Ele era muito forte, uma pessoa muito determinada, ia roçar (Maria, 38 anos).

Ela diz que todo esse sofrimento “desestruturou a família” e “acabou com todo tipo de esperança que a gente tinha”. Como o caso dela foi desapropriação parcial, sua casa foi demolida, mas uma parte do terreno foi mantido e construíram uma nova casa. Ela conta que sua cachorra não estava acostumada com a “pista nova” (Ramal da Copa), foi atropelada e morreu “eu quase surtei, ela não sabia o que era rua não”.

Socorro relata o sentimento da casa não lhe pertencer mais, quando o Oficial de Justiça levou a imissão de posse para saída de sua família.

A pessoa que já é acostumada a morar 48 anos em lugar , não é? Praticamente uma vida. E tem que sair assim, como se aquilo não pertencesse. O oficial disse assim “olhe, isso aqui não pertence mais a vocês não.” Não pertence o que? Se a gente tem tudo pago, morou esses anos todinhos. “Não, mas só tem 10 dias pra sair” (Socorro, 53 anos).

Saber que o Estado tem mecanismos legais para considerar sua casa como não lhe pertencendo, provoca uma insegurança profunda na vida dos moradores. Através dos relatos, podemos perceber a sensação desoladora de não ter mais um lugar para morar. As narrativas da remoção são mais uma estratégia da população para reencontrar o sentido de suas vidas após terem suas casas reduzidas a um preço.



**Figura 10:** Demolições no Loteamento São Francisco

**Foto:** Alice Moura **Data:** 14/12/2013

“A SENSACÃO É QUE TIRARAM A GENTE PRA NADA”: DESTINO DO TERRENO



**Figura 11:** Terreno abandonado após remoção

**Foto:** Alice Moura **Data:** 05/03/2015

A informação passada para a população sobre o destino do terreno do Loteamento foi imprecisa desde o início, fato que gerou diversas interpretações sobre o que realmente seria feito naquela área. O tempo decorrido entre a notícia da remoção e a demolição das casas contribuiu para que algumas pessoas acreditassem que nem seriam mais retiradas do bairro.

O adesivo colado no muro das casas tinha a frase “Obra do Corredor Leste Oeste e Ramal Cidade da Copa”. A primeira obra se refere a um corredor de transporte de ônibus rápido (Bus Rapid Transport - BRT) com 12 km de extensão que conectaria Camaragibe a uma região central do Recife (Praça do Derby). E o Ramal da Copa consiste numa estrada de acesso à Arena Pernambuco. Vejamos como Rosa (45 anos) me conta o objetivo dessa remoção.

Rosa: Aí veio essa história de ser indenizado, pra aumentar o SEI, tudo bem.

Alice: O SEI é o que?

Rosa: O SEI aqui, dos ônibus, pra aumentar. Porque tinha que ter espaço pra os BRTs e o SEI era pequeno. Então, aquela quadra minha saiu justamente pra isso, pra aumentar o SEI, pra dar espaço aos BRTs.

Quando perguntei pra Luzia qual obra ia passar por ali, ela fala em “via leste”.

Alice: Isso que eu ia perguntar, é pra passar o que aqui?

Luzia: Essa bendita via leste. Da copa, era só a integração e o viaduto que iam fazer e não fizeram. Mas dizem que o viaduto já é a previsão da via leste. Dizem...porque é muito história que surge. Essa pista nova (ramal da copa) que fizeram, dizem que fizeram só pra justificar pra o povo que tinha que fazer alguma coisa, pra os ônibus passar levando o povo pra arena, mas que vai ser destruída, que não é ai o lugar de fazer a pista. Foi muito dinheiro gasto, minha gente.

No decreto oficial (anexo C), a área foi desapropriada por “utilidade pública” para ampliação do Terminal Integrado (TI) de Camaragibe e construção do Ramal da Copa. O destino do terreno foi mais um motivo de indignação, pois apenas o Ramal foi construído e só parcialmente. Dessa forma, apenas uma parte da área desapropriada foi utilizada para construção do Ramal, enquanto a grande parte do terreno passou meses sem uso. Para quem passava na região, o cenário era de um imenso território desabitado. Somente destroços, pedras e barro cobriam a superfície devastada onde um dia foi o Loteamento.

Em outubro de 2014, membros do Comitê Popular da Copa de Pernambuco questionaram o destino dado à área através de um Pedido de Acesso à Informação ao governo do estado. Havia uma suspeita de que houve um excesso de casas demolidas, pois ao analisarem a planta do local verificaram que sobrariam espaços vazios mesmo após a ampliação do TI. Entretanto, tudo estava no âmbito da suposição, pois o Estado nunca havia liberado o projeto da obra para o terminal de Camaragibe. A resposta da ouvidoria, via email, no dia dois de outubro de 2014, foi a seguinte:

Conforme solicitado segue planta gerencial do Ramal da Copa. Quanto ao Terminal de Camaragibe, o projeto está em elaboração e poderá ser disponível quando estiver concluído. A área do Loteamento São Francisco, que foi desapropriado, receberá intervenções para as obras desse Terminal. Para esclarecer qualquer dúvida sobre os projetos, o senhor pode entrar em contato com a Secid, através da Secretaria Especial de Mobilidade.

Ou seja, em outubro de 2014, o projeto de ampliação do Terminal não estava concluído. O terreno continuou sem atividade nenhuma até o primeiro semestre de 2015, quando começaram a chegar grandes placas de concreto no local. Alguns moradores da região disseram ouvir falar que seria feito um estacionamento para ônibus, o que chocou as famílias

que aguardavam a obra de ampliação do Terminal Integrado. Sem placa informativa sobre caráter da obra – que é regra quando se trata de área pública – começaram a erguer as altas placas e cercar o terreno, ninguém sabia exatamente qual era o objetivo daquele espaço. Os antigos moradores da área se perguntavam o que seria feito ali e se comunicavam por telefone para compartilhar as informações.

Fizeram um muro enorme, que foi o que eu fiquei sabendo sábado. Que uma senhora que é amiga da gente viu uns caras batendo os pauzinhos e botando uns toquinhos e marcando. Botaram até o nome portão lá. Aí ela pegou foi lá e o rapaz falou que vai ser um muro e acima do muro vai ser uma grade pros ônibus, ele deixou bem claro. Aí foi quando eu liguei pra Rosa, falei com as meninas (Marta, 43 anos)

Quando acabaram de construir o muro e colocar as grades e o portão, os ônibus de uma empresa privada começaram a ser estacionados lá dentro, concretizando as suspeitas de ser um estacionamento do ônibus.

Em junho de 2015, o conjunto de organizações não governamentais que participava do Comitê fez um documento (anexo D) para o Ministério Público de Pernambuco denunciando o uso indevido do bem público e solicitando apuração do caso. Ainda em 2015, essa controvérsia foi objeto de matéria de jornal “Área destinada a ampliação de TI vira estacionamento de ônibus”<sup>72</sup>:

Das 239 desapropriações necessárias para as obras do Ramal Externo da Copa de 2014 na Região Metropolitana do Recife, 175 ocorreram na área onde deveria estar em funcionamento, desde junho do ano passado, a ampliação do Terminal Integrado de Passageiros de Camaragibe, no Grande Recife. A construção não saiu do papel e não tem previsão para começar. E agora o espaço dará lugar a um estacionamento de ônibus da Metropolitana/MobiBrasil. (DANTAS, 2015)

Um membro da Secretaria das Cidades afirma ser uma questão temporária e que o estacionamento será desativado quando as obras forem retomadas. Ainda segundo ele, essa decisão foi tomada para “dar utilidade a área e evitar que seja invadida”. Contudo, em 2016 o

---

<sup>72</sup>NE 10. Disponível em: <http://especiais.ne10.uol.com.br/foi-mais-que-7x1/area-destinada-a-ampliacao-de-ti-vira-estacionamento-de-onibus.php>. Acesso em: 15 nov. 2015.

terreno continua sendo utilizado para essa finalidade e a obra de ampliação do terminal não foi iniciada.

Esse fato agrava o sentimento de indignação dos moradores, pois consideram que o objetivo para a área não foi cumprido.

Pra que eles fizeram isso? Só com má intenção, para violar nossos direitos. Chegaram agora, plantaram uma cerca de pré-moldado. Botaram portão. Pra botar o que lá? Os ônibus da Metropolitana. A pista que disseram que iam fazer, fizeram aquela parte ali, já tá se estragando. Eu morava bem naquela pista ali. Onde passa a pista, minha casa era ali, em frente à subida de Santa Mônica. E nem fizeram nada. O campo (Arena) começou e terminou e nada (Geraldo, 72 anos).

E inclusive não fizeram nada na região. Não construíram nada. Tá servindo de estacionamento. E não fizeram nada, nem a pista foi feita completa. Tá lá incompleta. A pista que passa da rodovia para ir pra o campo. Sem iluminação nenhuma (Maria, 38 anos)

Luisa diz suspeitar desde o início que não iam fazer “nada” no terreno do Loteamento.

A sensação é que tiraram a gente pra nada, pra no fim das contas botar aquele terreno na mão da especulação imobiliária. E fica todo mundo naquela, quem que vai fazer alguma coisa aqui. Uma coisa era certa pra mim desde o princípio, isso aqui vai virar um elefante branco, ninguém vai fazer nada aqui. E se fizer, vão vender, vão botar algum processo de licitação pra alguém vim fazer alguma coisa. Mas mesmo assim, daqui que isso saia, não vai ter mais nem graça. E é o que de fato da acontecendo. Aí quando foi agora surgiu essa bomba de que a Metropolitana ia comprar o terreno pra fazer um terminal. Aí eu fiquei, “não era uma obra do governo? Não era um bem público?” Tá todo mundo passando pela situação que tá, perdeu casa, perdeu família, perdeu parente, perdeu vizinho (Luisa, 25 anos).

A constatação de que o objetivo da remoção não foi totalmente cumprido torna o processo ainda mais angustiante para as famílias. De uma maneira geral, atrasos eventuais no cronograma de obras acontecem em grandes projetos de investimento. Entretanto, é difícil encontrar casos nos quais a maior parte da obra não tenha sido feita depois da área ser toda desapropriada. A partir dessa situação, a justificativa formal de “utilidade pública” da remoção não se sustenta. No início das remoções no Rio de Janeiro, a justificativa explícita era erradicar qualquer forma de auto-construção que não estivesse inserida no planejamento urbano da cidade. Como vimos no capítulo I, a política de urbanização de 1903 acarretou na remoção de inúmeras populações consideradas “obstáculo” ao desenvolvimento urbano. De

volta à sociedade contemporânea, com a análise feita nesse capítulo, evidenciamos a criação de outros discursos para legitimar a demolição de casas existentes no caminho dos grandes projetos.

#### 4 CAPÍTULO III (RE) CRIANDO O LUGAR PARA MORAR

Ter a casa demolida não se restringe à perda do imóvel, mas significa se distanciar dos familiares, da vizinhança, da escola dos filhos e filhas, do mercado frequentado, em suma, do lugar onde existia intimidade. A moradia tem um papel central na construção da identidade dos moradores, logo, mudar de casa involuntariamente impõe uma resignificação da vida dos indivíduos. No contexto de desapropriação realizada pelo Estado, falar em moradia é falar em perdas. Esse momento de ruptura nos permite compreender os elementos que compõem a criação do lugar para morar dos indivíduos.

Focaremos nosso olhar na relação entre o indivíduo e o seu lugar para morar. O se “sentir em casa” é construído lentamente e envolve alguns elementos-chave: o fato da casa ter sido construída pelos pais e depois herdada, o longo tempo de residência no bairro (média de trinta anos), a ligação afetiva com a casa, a relação próxima com os vizinhos, o sentimento de segurança e a intimidade em percorrer as ruas, entre outros. Nos relatos expostos nesse capítulo, veremos as variadas formas pelas quais as pessoas se relacionam com seus lugares para morar.

Apesar do primeiro aviso sobre a remoção ter sido em meados de 2011, no Loteamento São Francisco, anos se passaram sem notícias exatas sobre o processo, o que levou algumas pessoas a acharem que não iam mais sair do bairro. Em 2012, andando pelas ruas do Loteamento, escutei de uma moradora "não vão tirar a gente mais daqui não, só pediram esses documentos para saber quem tá vivo e quem tá morto". Esse prolongado tempo sem notícias foi interrompido pela entrega – feita por oficiais de justiça – do documento de imissão de posse no segundo semestre de 2013. No final de 2013, as casas começaram a ser demolidas e, no começo de janeiro de 2014, restavam poucas casas no local.

Essa sucessão de etapas em diferentes tempos é característica dos grandes projetos de investimento. Como vimos no capítulo I, o megaevento esportivo tem particularidades adicionais – como a data de início fixada– que impossibilitam a flexibilização do tempo. Apesar de o anúncio do megaevento ter sido feito em 2007, as obras para sediá-lo foram iniciadas em 2011<sup>73</sup> em Pernambuco e tiveram seu ritmo acelerado perto da data de abertura da Copa do Mundo de 2014. Dois anos depois do megaevento, em 2016, as obras não tinham sido totalmente finalizadas e estão sendo alvo de investigação do Tribunal de Contas do Estado (TCE)<sup>74</sup>. Essa demora na execução das obras, seguida pelo aceleração intenso nos meses que anteciparam o megaevento, agravaram as consequências vividas pela população local.

Uma das consequências desse tempo corrido, como vimos no capítulo anterior, foi experienciada pelos moradores que tiveram suas casas demolidas antes de receber o valor total da indenização<sup>75</sup>. Devido a isso, muitas pessoas foram obrigadas a recorrer a lugares “transitórios” para morar. Múltiplas estratégias foram ativadas na tentativa de reconstituir um novo local de moradia. Aluguel, empréstimo de dinheiro e mudança para casa de familiares foram alguns dos recursos acionados pelas famílias. Examinaremos, nesse capítulo, as soluções encontradas pelos moradores que perderam suas casas devido à intervenção estatal de desapropriação. Dividimos as situações de moradia em três momentos: no Loteamento, na fase de transição e no presente (momento da entrevista).

Quando souberam a quantia da indenização, a principal reclamação explícita era que o valor não era suficiente para comprar uma casa semelhante a que tinham anteriormente.

---

<sup>73</sup>Apenas uma parte das obras foi iniciada em 2011. O cronograma das obras está divulgado em site oficial. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/cidades/tema.seam.jsessionid=6947DEA146321FE1E731BD86D9BBCB73.portalcopa?cidadeSede=9&tema=8> Acesso em: 06 mar. 2016.

<sup>74</sup>“TCE investiga abandono das obras da Copa em Pernambuco”. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/03/tce-investiga-abandono-das-obras-da-copa-em-pernambuco.html> Acesso em: 02 abr. 2016.

<sup>75</sup>Os instrumentos jurídicos utilizados pelo estado de Pernambuco para legitimar a demolição das casas do Loteamento São Francisco antes da liberação da indenização foram analisados por Eugênia Lima (2015).

Entretanto, percebemos nos relatos que essa reclamação formal quantitativa está perpassada por nuances existentes na criação de um lugar para morar. O presente trabalho evidencia que a insatisfação das famílias extrapola a reivindicação por uma indenização mais alta, pois a relação dos moradores com suas casas transborda a concepção de “direito à propriedade” do Estado.

Quando a demolição se consolidou, percebemos a constituição de uma rede de solidariedade de fundamental importância para ajudar as famílias nessa mudança involuntária. Na busca de uma nova casa, os familiares e amigos ajudavam de diversas maneiras, seja procurando em sites de anúncio ou ficando atentos a placas de aluga-se e vende-se por onde passavam. Outras formas de solidariedade também puderam ser identificadas. Como o empréstimo de dinheiro para ajudar nessa fase de transição, enquanto a indenização não tinha sido liberada. Ou, por exemplo, a permissão por parte de uma proprietária, das pessoas se mudarem imediatamente e só pagarem pela aquisição da casa quando a indenização fosse liberada.

A intensificação do sentimento de insegurança foi uma consequência crucial da desapropriação. A partir da noção de insegurança administrada, formulada por Parry Scott (2006), investigaremos como as ações estatais acarretaram no aumento da desconfiança da população do Loteamento face à atuação do governo do estado de Pernambuco. Analisaremos o surgimento de uma insegurança inexistente antes da remoção, a insegurança de posse. Além disso, evidenciaremos o aparecimento de novas incertezas, como o medo de passar por outra desapropriação no novo local de moradia.

Como disse acima, separei em três momentos a situação de moradia dos entrevistados: no Loteamento, na fase de transição e no momento da entrevista. No Loteamento, a maioria dos quinze entrevistados morava numa casa com documentos de titularidade no nome dos

pais, a habitação de quatro pertencia aos sogros, três eram os próprios titulares da casa e não havia nenhum caso de aluguel.

Na fase de transição, a maior parte dos moradores recorreu ao aluguel em diversos bairros, com a assistência de parentes e amigos. A segunda solução mais presente também dependeu da solidariedade dos parentes, amigos ou até desconhecidos. Nomeei como “cedido” os casos nos quais o novo lugar para morar foi viabilizado pela flexibilização, por parte do proprietário, do pagamento do imóvel. Essa situação foi possibilitada por um acordo recíproco entre os moradores e os proprietários. Também considerei como “cedido” quando as pessoas foram morar na casa de familiares, como na casa da própria mãe ou da mãe do seu falecido esposo. Cabe ressaltar que embora essa fase tenha um tempo delimitado para muitos (variando de três a onze meses), permanece sendo a realidade de várias famílias até o momento da entrevista (mais de dois anos após a saída do Loteamento).

No momento da entrevista, quatro famílias tinham conseguido adquirir uma nova casa, três ainda estavam morando de aluguel, uma continuava na casa da mãe do falecido marido, duas aguardam liberação da indenização para quitar a nova casa e uma construiu a casa no terreno que permaneceu<sup>76</sup>.

Nesse capítulo, traremos as histórias de sete famílias para compreendermos a complexidade da criação de um lugar para morar. Buscamos sintetizar as alterações na situação de moradia após a desapropriação, refletir sobre os elementos ponderados na “escolha” da nova casa, o destino dos parentes que moravam no mesmo lote e suas considerações sobre uma moradia ideal.

## **1. ROSA: “morando na casa dos outros”**

---

<sup>76</sup>Veremos adiante esse caso de desapropriação parcial.

Como a decisão de escolher outro local de moradia logo após a remoção foi “corrida” segundo os moradores, a solução imediata para muitos foi alugar uma casa. Vale ressaltar o caráter momentâneo dessa solução para as pessoas, as falas sempre indicam que aquela situação de moradia é passageira enquanto não compram outra casa própria. Vimos que a maioria dos moradores tinha casa própria ou herdada pelos pais, o desejo de adquirir um novo imóvel evidencia a tentativa de reproduzir a situação de moradia do Loteamento São Francisco. Essa fase de estar morando enquanto inquilino pode ser chamada de “transição”, uma vez que o tom dos relatos nos indicam ser um momento de espera da liberação do restante da indenização, quando então poderão comprar uma casa. Entretanto, esse momento de espera já dura quase três anos para algumas famílias. Morar em uma casa alugada significa não se identificar como proprietário e implica um desconforto.

E nessa situação, morando na casa dos outros, vivendo de aluguel. E sem previsão de quando eu vou sair dessa situação. Sem previsão, porque casa tá cara e além do mais, além de ser cara, num lugar péssimo. Porque você só encontra casa de 50, 60.000,00 em invasão, que não tem escritura nenhuma, só registro de compra e venda. E ainda por cima, a casa toda deteriorada, mal feita, mal acabada, sem ser murada, sem ter o conforto que a gente tinha na outra que a gente morava (Rosa, 45 anos).

Estar na "casa dos outros" equivale a não ter vínculo afetivo com o novo local de moradia. Na procura de uma casa para alugar para se mudar imediatamente após a demolição, Rosa contou com a ajuda do seu irmão.

No caso, foi meu irmão caçula, que mora lá no Viana. E quando ele viu que eu tava doida procurando casa, ele disse: lá perto da minha tem uma casa pra alugar, agora você sabe que eu moro longe, sabe que lá é distante de tudo. Mas como eu tava sendo pressionada - doutor \_\_\_\_\_, ele é o que...procurador não, ele é oficial de justiça - a desocupar o imóvel em 2 dias, então eu tive que me apegar a primeira coisa que aparecer, que foi justamente essa casa (Rosa, 45 anos).

Então, fui-me embora com meus filhos morar num lugar longe, num lugar onde não tinha um mercadinho, não tinha uma farmácia, pra pegar ônibus você tinha que vir de lá até aqui, 30 minutos andando pra poder pegar um ônibus, e debaixo de sol, de chuva. Longe de colégio, meu menino suava pra ir pro colégio todo dia e voltar. Então era um transtorno para a gente (Rosa, 45 anos)

Rosa considera o novo bairro para o qual se mudou inseguro, percebemos a falta de familiaridade com o local, apesar de ser o bairro onde seu irmão mora. A tentativa de ficar o mais perto possível do Loteamento pode ser verificada em vários relatos, os outros bairros são sempre vistos como “longe de tudo” ou “lá para cima”. Rosa ressalta a distância para pegar o ônibus, trinta minutos andando, como um grande obstáculo da localização, assim como a ausência de mercado e farmácia próximos. As ladeiras do bairro, contrapostas ao terreno plano do Loteamento, também aparecem como elemento negativado.

Quando meu menino começou a trabalhar na Fiat, ele saía de casa as 3 horas da manhã. Eu ficava em cima da ladeira me agarrando com Deus para que nada acontecesse a ele. E ficava olhando até ele dobrar a esquina, que era até onde minha vista alcançava né. E depois ele ligava, “mainha tá tudo bem, já tô aqui no ônibus, tudo bem”. Isso foram 6 meses nesse aperreio, depois, meu menino mais novo foi assaltado. O cara botou o revolver em cima dele, tomou o celular, porque ele não queria dar, não sei como ele não chegou a levar um tiro. E aí, os meninos ficaram sem querer subir e eu com medo de subir também. Eu chegava nove, nove e meia da noite, pra eu subir sozinha (Rosa, 45 anos).

O episódio do assalto ao seu filho reforça a narrativa de falta de segurança da casa que alugou. Depois de seis meses, ela decide alugar uma segunda casa perto do Loteamento São Francisco “então foi quando eu aluguei essa casa aqui, bem inferior a de lá, se a de lá já não era boa, essa aqui também não. E tô aqui morando aqui, mas pago o aluguel, tiro de onde eu não tenho”.

Ela enfatiza o fato da estrutura física da casa ser pior que a anterior, mas prefere a localização atual. O fato de pagar aluguel é importuno para ela, pois se traduz em um novo gasto mensal, inexistente anteriormente. Ainda mais, pagar aluguel significa que a casa não é sua, não lhe foi passada pelos seus pais nem construída por familiares.

Eu tinha minha casa, eu tinha meu quarto. Meus filhos, cada um tinha um quarto. Hoje em dia eu durmo com um aqui no meu quarto, o mais novo. O mais velho dorme no outro quarto sozinho, porque não dá pra armar a cama, duas camas lá (Rosa, 45 anos).

A disposição dos cômodos não foi determinada por ela, seus móveis e pertences não se encaixam na casa alugada.

Meu dia a dia hoje é essa situação, caixa espalhada por tudo que é canto, porque não tem condições de botar um guarda roupa aqui, quebrou-se todo, eu tive que jogar fora. O armário da cozinha, o grande, não tem espaço pra botar. Ai tem uma televisão ali no terraço, em cima da cadeira. A outra televisão aqui e a outra ali. Não tem aonde botar, porque lá eu tinha 3 salas. No meu quarto não tem aonde botar porque não tem tomada nem chega a antena, não tem fio de antena. Porque lá em casa, era tudo nas tomadas né, aqui não, a antena é desse jeito. Eu não vou me instalar por completo numa casa que eu sei que eu vou sair daqui há uns dias, em nome de Jesus (Rosa, 45 anos).

Sua fala torna visível o caráter transitório dessa situação de moradia. A manutenção dos seus pertences em caixas de papelão reforça a sensação de não se sentir “em casa”. Ela relata sua busca diária por uma casa que ela possa comprar.

Olha, eu tô dentro do ônibus, tô no OLX (site de anúncio). Tô no trabalho da minha irmã, vou logo pro computador. Menino, pelo amor de Deus, já virou até uma doença. Lá em casa é um caderno só com telefone de terreno, de casa. Casa Primavera, casa Pau Amarelo... Gasto crédito, gasto o bônus todinho ligando e nada (Rosa, 45 anos).

Essa busca passou a fazer parte do seu cotidiano e reforça a insatisfação com o atual local de moradia. Segundo Rosa, está sendo difícil achar uma casa ou terreno para se instalar completamente.

## **2. Marta e Luisa: a mudança como “segundo aniversário”**

É interessante notar que mesmo os que adquiriram uma nova casa própria ainda não se “sentem” em casa, nos fazendo perceber que essa “transição” não se restringe ao fato de estar numa casa alugada, mas envolve um complexo entrelaçamento de elementos que compõem o “estar em casa”.

Poucos dias antes da demolição das casas, alguns moradores retiraram o que podiam do imóvel. Uns levaram as telhas, janelas e portões para utilizar futuramente e outros deixaram isso para trás ou doaram para amigos.

O lote em que Marta morava continha várias casas de familiares. Ela morava com o marido e os dois filhos no primeiro andar, embaixo moravam seu pai com a esposa e seu irmão. Nas outras, com titularidade no nome dos tios já falecidos, moravam os primos dela na seguinte configuração: 1) uma prima viúva com duas filhas e um primo; 2) um tio com duas filhas e dois netos; 3) duas primas e um primo. Segundo Marta, “cada um foi para um canto”, em bairros diferentes. Ela conta que queria ter conseguido duas casas juntas, para ela e o pai, reproduzindo a situação de moradia no Loteamento, mas não conseguiram. Na fase de “transição”, ela e o irmão alugaram uma casa perto do Loteamento, e o pai alugou no bairro João Paulo. Depois, o irmão comprou uma casa em Alberto Maia, e o pai continua com a nova esposa no bairro João Paulo, ambos no município de Camaragibe. Ela permaneceu perto do Loteamento durante oito meses, até comprar uma nova casa em Tabatinga, outro bairro de Camaragibe.

Eu saí no dia 30 de novembro, com ordem judicial, ai sai. Meu pai já tava vivendo com outra mulher. Aí foram 3 casas alugadas. Aí eu aluguei a minha, meu irmão a dele e meu pai a dele. Aí cada um foi para um canto. Depois de 8 meses de aluguel, a gente conseguiu comprar essa casa (Marta, 43 anos).

No momento da mudança, a rede de apoio familiar foi intensificada.

Aí foi uma semana inteira de mudança. Primeiro foi meu primo. Aí a gente marcou aquele dia só pra tirar as coisas do meu primo, desmontar a casa. Aí depois foi eu, depois foi meu tio...E assim, a gente foi uma semana inteira de carregar mudança pra todo mundo. Lá em casa foram 3 mudanças, na casa do meu primo foram duas, na outra casa foi uma. Mas assim, foi a semana inteira (Marta, 43 anos)

Os amigos também ajudaram.

Eu tive muita sorte assim, de amigos, de parentes. Minhas cunhadas, meus cunhados, todo mundo. Até pessoas que estavam trabalhando, deixou de trabalhar pra ficar lá em casa. Foi muito, muito unido. Minha cunhada veio, trouxe bolo, trouxe refrigerante, suco (Marta, 43 anos).

A família de Marta passou por duas mudanças, a primeira para uma casa alugada onde passaram oito meses e a segunda para a casa adquirida posteriormente. Para a filha de Marta, Luisa, 25 anos, a primeira mudança foi a mais marcante.

Luisa: Acho que a mudança do aluguel ainda foi pior, porque tinha o processo de desmontar a casa e ao mesmo tempo tinha o lance da gente ir pra uma casa nova. A gente nunca tinha se mudado. Foi a primeira vez na minha vida e na vida da minha mãe que a gente fez uma mudança. Aí já tinha sido aquele processo super chato, aquela coisa forçada, meu avô doente, aí juntou tudo. E o dia da mudança...

Marta: Foram dois dias.

Luisa: Foram dois dias de trabalho. Sei lá... você ser obrigado a destruir o que você ralou pra construir.

Marta: Foi sábado e domingo.

Luisa: Foi, o fim de semana inteiro. E a gente ser obrigado a meter o martelo em coisas que a gente tinha ralado pra botar em pé.

Luisa relata ter sido a primeira mudança dela e de sua mãe. Em seguida, fala no “desmonte” da casa.

Luisa: Foi tanto a mudança quanto o desmonte das casas. Tirar telha, tirar grade, tudo que dava pra reaproveitar.

Marta: Quem queria reaproveitar. Eu mesmo não quis aproveitar muita coisa não. Sai dando, doando, desfazendo de tudo. Primeiro porque eu fui morar de aluguel, eu e meu irmão, e a gente não tinha onde colocar as coisas. A gente vai se virando com o que tem.

Marta afirma não ter reutilizado grande parte dos objetos de sua casa, pois não teria para onde levar.

A preferência era continuar a morar perto do Loteamento, mas depois de terem procurado em vários bairros próximos, seu marido viu o anúncio de uma casa em Tabatinga, no município de Camaragibe, mais distante do que estavam pensando.

Na verdade a gente nunca tinha pensado nesse bairro, nem visto casa aqui, nem nada. Aí ele (marido) fez “mas vamos olhar lá a casa”. Aí eu disse “vamos”. Porque a única coisa que realmente eu preferia é que assim, fosse perto de um terminal de ônibus, entendesse? Pra ter condução feito a gente tinha. Não é igual, que a gente morava ao lado do metrô. Mas eu queria uma coisa que fosse próximo à estação de ônibus, de carro, pra a gente sair mais rápido. Foi quando a gente veio, gostei da casa. Era do padrão que eu queria, porque eu queria uma casa murada. Porque eu tinha uma casa murada, eu tinha uma casa com laje. Meus filhos, cada um tinha o quarto deles. Tinha o terreno pro cachorro. Aí eu queria isso. Aí aqui, a gente conseguiu (Marta, 43 anos).

O fato de estar localizada ao lado de um terminal de ônibus foi decisivo para Marta decidir adquirir a nova casa em Tabatinga. Assim como a presença do muro, da laje e de um quarto para cada filho, elementos existentes anteriormente no Loteamento. Luisa, sua filha,

ênfatiza que elas nunca tinham pensando em morar lá, apesar de amigas da sua mãe residirem na rua, “a gente vinha muito quando era criança, mas eu nunca imaginei que ia morar aqui”.

Segundo Luisa, sua mãe chama a segunda mudança, para a casa própria, de “segundo aniversário”.

Luisa: A gente se mudou no dia do 7 a 1<sup>77</sup>. Um dia que a gente nem esperava que o pessoal fosse vir, porque tava todo mundo querendo ver o jogo.

Marta: Foi. E eu ainda fiz assim, no domingo eu disse “eu queria me mudar terça”. Aí meu esposo “mas é dia de jogo, ninguém vai querer ajudar a gente na mudança”. Aí eu falei pro meu irmão, aí meu irmão “você vai, você não quer ir terça?”. Aí meu primo “a gente vai”. Aí meu esposo “arruma o carro”. Aí eu arrumei de 6 da manhã. Porque aí de meio dia não precisa de ninguém mais lá dentro de casa. Aí eu falei com um senhor que é muito amigo meu, meu primo, meu irmão. Meu cunhado disse “não vou trabalhar não, a gente vai fazer sua mudança”.

Percebemos a mobilização do irmão, primo e cunhados para auxiliar na mudança, mesmo sem elas esperarem por ser “dia de jogo”. Marta e Luisa já tinham decidido que não iam assistir ao jogo do Brasil, mas quando comentaram que o Brasil estava perdendo, foram procurar uma antena para ligar a televisão. Luisa conta “Aí lá vai a gente desencaixotar uma antena pra tentar colocar na TV. Aí eu tava tomando banho, quando eu vi mainha gritando”.

A gente tinha uma antena portátil na caixa. Aí endoidaram, “mãe o Brasil tá perdendo”. Aí minha amiga, que já é uma senhora de 70 e poucos anos, disse “vocês vão ver jogo?” Aí eu disse “ não, mas se o Brasil tiver perdendo a gente vai né”. Aí Luisa disse, acho que tá 2 a 1. Aí, “mainha já é 4x0”. Eu não minto pra ninguém, foi minha maior felicidade. Aí eu comecei a chorar. Aí esse afilhado que passa as férias comigo fazia “chora não madrinha, a senhora já chorou tanto, a senhora não queria se mudar?”. Eu “não meu filho, eu tô bem, tô chorando de felicidade”. Aí eu tenho até uma colega minha que ficou meio assim comigo, ela disse “você não deveria desejar”. Assim, eu não desejo mal a ninguém sabe Alice, mas tem coisas na vida da gente que só a gente que passou sabe (Marta, 43 anos).

Percebemos a constatação da relação entre a remoção e a Copa do Mundo através da decisão de não assistir aos jogos do megaevento esportivo. Em seguida, a alegria em ver a derrota da seleção brasileira e a nomeação do dia como “segundo aniversário” reforçam

---

<sup>77</sup> Durante os jogos da Copa do Mundo de 2014, dia oito de julho, o Brasil perdeu a partida de semifinal contra a Alemanha, resultando no placar 7 a 1. Esse resultado foi manchete de vários jornais no dia seguinte, considerado por muitos “a maior derrota de futebol da história do país”.

simbolicamente essa relação. Entretanto, embora relacione claramente a remoção ao megaevento, ela conclui que o problema é mais abrangente.

A questão da gente não é o jogo, a questão é o jeito que o Brasil tomou posse da vida das pessoas pra dar valor a uma coisa de fora. Aí o que aconteceu, hoje tá aí, a Arena não tem funcionamento, a turma de Cosme e Damião, tem gente ali que não recebeu dinheiro e os terrenos tá lá. O terreno da gente tá lá vazio, as pessoas não receberam dinheiro. Quantas pessoas foram indenizadas pra fazer as obras do BRT andar? E não anda. As estação não tão feitas. Por mim tanto faz Brasil ganhar como perder, pra mim é a mesma coisa. O impacto é como o governo age em cima da gente. E não ter a consciência, porque eles sabem. Agora, não tão falando muito, mas o impacto agora é no Rio com a Olimpíada. Aquilo é um absurdo. Como é que o Estado não vê isso? Vai fazer, faça, mas faça certo (Marta, 43 anos).

A edificação da casa no Loteamento é lembrada com muito afeto, principalmente por ter sido construída pelos próprios familiares, com esforço e perseverança, e ter sido aprimorada ao longo dos anos.

Porque, a minha casa que eu tinha, foi a gente que construiu, entendesse. Meu esposo, quando saía de férias do trabalho, saía pra trabalhar na casa. Do jeito que a gente queria, os quartos dos meninos, as coisas que a gente botava... a cozinha, eu mandei fazer. Tudo era do jeito que eu queria. E hoje em dia não. Hoje em dia, eu fico meio assim. Aí às vezes os meninos falam, mas mainha, a gente tem que comprar isso. Mas ainda não caiu a ficha pra comprar nem pra fazer. Aí meu esposo tava dizendo, mas agora vai ter que cair a ficha, a gente vai começar a comprar as coisas, começar a mudar e a viver. Mas é horrível, viu (Marta, 43 anos).

Vemos como é tecido o vínculo afetivo com a casa ao longo dos anos, através da escolha da disposição dos cômodos, da compra dos móveis sob encomenda, do trabalho do marido na obra durante as férias. Chegar para morar numa casa que você não viu sendo construída e não tem intimidade com a vizinhança requer um esforço para reconstruir esse vínculo. Marta conta que a cozinha dela “era toda planejada” e como não cabia na casa nova, ela teve que “sair dando fim a tudo”. É interessante perceber que mesmo tendo adquirido a nova casa há 2 anos, Marta revela não ter vontade de comprar móveis e pertences para o novo local de moradia.

Assim, eu não compro móvel, ainda não tenho aquele prazer, né. Porque quando eu soube da situação, eu não comprei mais nada. E faz 2 anos, 3 anos vai fazer. Desde 2013 que não compro um móvel. Aí os meninos ficam falando assim, mas mãe, vamos comprar isso...Mas eu não tenho assim aquela vontade (Marta, 43 anos).

Meu quarto tá todo desmontado, só tem a minha cama, meu guarda roupa e a cama dele (cachorro) no lugar. O resto tá tudo espalhado, encaixotado (Luisa, 25 anos).

### 3. SOFIA E CLARA: “aqui é só oi, oi, bom dia, boa noite”

Sofia morava na casa da sogra no Loteamento, o lote tinha sete casas, todas pertencentes a familiares. No momento da mudança, eles recorreram à ajuda da família para arcar com os custos. O suporte financeiro dela, do marido e da filha de sete anos vinha da família, pois segundo ela “eu nem ele trabalha, a gente vive de reciclagem”. Foi a tia do marido dela que achou a casa onde estão morando atualmente, em São Lourenço da Mata.

Foi a tia dele (marido) que veio andar pelo lado de cá, ai viu a casa com a placa pra vender, ai perguntou. Só que o dinheiro (indenização) não tinha saído ainda. Ai foi muito ruim, porque a gente ficou muito tempo pagando aluguel e sem poder. Porque geralmente era a família que ajudava, família dele (Sofia, 35 anos).

Depois de morar três meses de aluguel, as tias do seu marido se juntaram e completaram o dinheiro que faltava para pagar a casa, pois a indenização não foi suficiente. Segundo Sofia, o destino dos parentes das outras seis casas foi diversificado: dois foram para Céu Azul (bairro de Camaragibe), um foi para casa da sogra em Serra Talhada<sup>78</sup>, outros dois para São Paulo ficar na casa do filho e ela e a prima do marido foram para São Lourenço da Mata<sup>79</sup>.

Sofia: E ele (marido) não faz muito serviço aqui, lá ele trabalhava mais, ajudante de pedreiro. Aqui não, é só bebendo. Aí eu tenho que catar reciclagem com ele pra poder sobreviver.

Alice: E lá tu não precisava?

Sofia: Não, porque a família sempre ajudava a gente, era bem pertinho. Aqui ficou mais difícil por isso.

Ela afirma que o marido já bebia no Loteamento, mas depois da mudança ele está bebendo mais. A distância da família é apontada como agravante da situação.

Clara, prima do marido de Sofia, conseguiu uma casa em São Lourenço graças à ajuda de um amigo de infância do seu pai. No Loteamento, ela morava com os pais idosos desde

<sup>78</sup> Serra Talhada é um município do Estado de Pernambuco a 414 quilômetros de distância de Camaragibe.

<sup>79</sup> São Lourenço da Mata é um município vizinho a Camaragibe, em Pernambuco.

que ficou viúva e manteve a composição familiar na nova residência. Sua família não tinha como pagar pela casa no momento, pois o dinheiro da indenização não tinha sido liberado, então o proprietário garantiu que reservaria a casa para eles comprarem quando tivessem condições.

Aqui era de um amigo que conhece meu pai desde criança, aí ele disse que tava pra vender. Mas a gente não comprou assim não, comprou só o terreno. Tinha só dois cômodos cobertos de brasilit, não tinha banheiro nada. Ele perguntou se a gente queria comprar, a gente disse que se interessava, mas que não tinha dinheiro. Ele disse "não, eu aguardo".

Foi quando liberaram 40% pra mim, porque eu me neguei a sair. A juíza disse, pra ela não sair sem nada, eu vou liberar 40%. Aí liberou. Aí comprei só o terreno. Aí depois saiu o valor da casa de mamãe. Eu paguei uma parte a ele, e fiquei devendo o resto. Aí quando saiu o de mamãe, pagou a ele e o resto foi pra reforma, mas não deu pra terminar. Aí tô aguardando sair o meu pra terminar isso aqui (Clara, 41 anos).

Ela atribui a liberação de uma parte da indenização ao fato de ter dito claramente à juíza que não ia sair da casa sem receber nada. Clara afirma estar nessa casa há um ano e um mês, mas antes disso, passou onze meses pagando aluguel numa casa no bairro de Viana em Camaragibe, com a ajuda da tia.

Onze meses. Aí minha tia ficou pagando o aluguel, emprestou dinheiro pra pagar o aluguel. Aí quando a parte da minha mãe saiu, ainda tiramos o dinheiro pra devolver a minha tia, esses onze meses. A gente ficou tudo dependendo da ajuda dos outros, por que o que fizeram lá... Agora eu me neguei, disse que só saía de lá quando liberassem alguma coisa. Aí ela (juíza) disse que não queria problema, pra eu não fazer escândalo (Clara, 41 anos).

Apesar do desejo de se manter em Camaragibe, Clara afirma que os valores altos das casas no município foram um obstáculo. Segundo ela, as desapropriações a Copa do Mundo ocasionaram uma super valorização nos preços dos imóveis. Ela diz que “foi o jeito” se distanciar e “correr” para São Lourenço da Mata.

A gente procurou bastante lá. Mas em Camaragibe, por conta mesmo dessa desapropriação... por conta da Copa na verdade, aí ficou super valorizado, as pessoas começaram a aumentar o preço de aluguéis e tudo. Aí não tinha condições de morar em Camaragibe. O jeito foi correr pra cá (Clara, 41 anos).

A comparação com a situação de moradia anterior está presente em todos os relatos. O que varia é a ênfase, por vezes é a “tranquilidade” do bairro que é valorizada, em outros momentos são os vínculos afetivos com a vizinhança e a familiaridade de caminhar pelas ruas.

O difícil também no começo pra todo mundo, porque era todo mundo de idade né, então, era perder o vínculo. Porque você vir pra um lugar estranho, que você não conhece ninguém, é diferente de você tá morando lá há anos. Então perde todo o vínculo, as amizades. Ele até hoje reclama, meu pai, reclama que só (Clara, 41 anos).

Segundo Clara, o mais difícil no começo foi a perda do “vínculo”, pois foram morar num lugar onde não conheciam ninguém. Ela diz que seu pai sente muita falta das amizades do bairro e reclama até hoje. Sobre a nova vizinhança, afirma ser “cada um no seu canto”. Ao contrário do Loteamento, “lá era todo mundo conhecido, mais família. E os vizinhos moravam lá há muitos anos, era mesmo que ser parente. Aqui é só oi, oi, boa noite, bom dia.”

Em seguida, Clara fala sobre a insegurança de posse do novo local de moradia.

É, na desapropriação foi difícil. Tem uma senhora que tá pagando 700 de aluguel até hoje. Tá em depressão, nem sai de dentro de casa. E o problema também... lá a casa do meu pai era escriturada, tudinho. Aqui, essa casa não tem documento, é contrato de compra e venda. Isso não é documento, legalmente. Então foi o que fizeram com a gente também. E a gente tinha escritura, o problema é esse. Aí caso inventem de fazer alguma coisa por aqui, vai ser o mesmo problema. Disseram assim “ah, vocês não têm escritura, então não são donos da casa” (Clara, 41 anos).

Ela teme uma eventual desapropriação na casa atual, na qual não teria como comprovar a titularidade. A informação passada para ela foi de que contrato de compra e venda não é suficiente para comprovar legalmente a propriedade, então Clara considera a atual situação de moradia vulnerável.

Quando perguntei para ela o que um lugar para morar deveria ter para ser bom, Clara demonstra uma preocupação com os serviços públicos fornecidos pela prefeitura acima da estrutura da casa. E no final, afirma estar aguardando o dinheiro da indenização para reformar a nova casa, ainda “inacabada” para ela.

Não é nem a casa, o que eu espero é que a prefeitura cuide mais das áreas de saúde, eu espero mais isso. E a casa, tô aguardando o restante do dinheiro sair pra acabar a reforma. É isso (Clara, 41 anos).

#### 4. SOCORRO E GISELE: “a salvação foi essa mulher”

No caso de Socorro, que morava com os pais idosos, a ajuda da proprietária foi de grande importância, pois quando demoliram as casas<sup>80</sup> do seu lote, a indenização ainda não tinha sido liberada.

Socorro: A salvação foi essa mulher (proprietária). E a gente entrou na casa antes de ter recebido a parte dela. A gente ainda passou, eu não me lembro quantos meses que a gente ficou ainda, morando na casa, sem pagar nadinha. Porque a gente não tinha, não tava com o dinheiro ainda.

Alice: Assim que demoliram lá, vocês se mudaram?

Socorro: Foi, teve que sair. Ele (oficial de justiça) disse, olhe, tem dez dias pra vocês saírem. Não querem saber da idade... (Socorro, 53 anos)

Sua mãe, Gisele, completa dizendo “Eu tive sorte, fui uma privilegiada. Porque encontrei essa mulher com essa casa”. A localização da casa foi considerada muito boa, pois se situava a alguns metros de distância do Loteamento São Francisco. Ela disse que não conhecia a proprietária, foi sua vizinha que disse “em frente à minha casa tem uma casa muito boa”. A primeira pergunta de Gisele foi “tem cerâmica?”. Depois dessa confirmação, ela resolveu ir ver a casa no outro dia a tarde. “Quando eu vi a casa, era a casa que eu tava precisando. Pra não ter que fazer mais nada, tava prontinha, era só entrar”.

Durante suas andadas em busca de uma nova casa, Socorro comenta ter percebido pessoas que, segundo ela, “se aproveitaram” da situação dos desapropriados. Outro morador já tinha me contado sobre esse comentário das pessoas no entorno, alguns acreditavam que o valor das indenizações tinha sido muito alto. Tiago me contou que estava no ônibus e quando passou pelo terreno vazio do Loteamento, um senhor falou “essas pessoas que saíram daí receberam muito dinheiro do governo”.

---

<sup>80</sup>Ela afirma que tinha três casas no terreno, duas estavam alugadas (uma das inquilinas morava lá há oito anos e a outra há “alguns anos”)

Eu andava...E os pessoal se aproveitavam, por que como sabiam, principalmente aqui em Camaragibe, pensando que a gente ia ganhar milhões, tá entendendo? Aí casa que era 200, era 400, tá entendendo? Então a gente ficou nessa...olhe, eu andei demais. Até pras bandas de São Lourenço, tudo que era canto, mas quando a gente chegava lá, quando via a casa meu deus, era lá em cima, aquelas casas acabadas, sabe? (Socorro, 53 anos)

Socorro se refere à cidade de São Lourenço como um lugar distante e que seria uma de suas últimas opções. Mais uma vez, vemos que a distância do antigo bairro faz o lugar ser “estranho” e “longe de tudo”. Ao falar “era lá em cima”, Socorro reforça o que outras pessoas já tinham dito: o fato de o lugar possuir ladeiras é visto como algo negativo, pois contrasta com a configuração territorial do Loteamento. Novamente a situação de moradia anterior é referência central na construção de uma nova relação com o novo bairro. Ela demonstra estar incomodada com o fato de só ter pago metade do valor da casa nova.

Ela (proprietária) tá esperando, mas tem um limite né. Ela tá esperando, porque a gente tava pensando que ia sair logo... mas já vai fazer mais de 2 anos e tá nessa, sem sair esse bendito dinheiro, né. Ai tá nessa luta direto, direto, ai vem aqui (Fórum). A gente já fez aqueles protestos todo né, e tudo aquilo (Socorro, 53 anos)

Atualmente, a maior preocupação da família é a liberação da indenização para quitar o pagamento da nova casa.

##### **5. MARIA: “a gente não se mudou, destruiu a casa”, um caso de desapropriação parcial**

Maria é casada, tem 38 anos e mora com seus dois filhos e o marido. O terreno dela foi desapropriado parcialmente, ou seja, demoliram sua casa, mas restou uma parte do terreno. O comércio dela, localizado no terreno, também foi demolido. Ela recorreu à casa da mãe, localizada ao lado do Loteamento.

A gente teve que morar na casa da minha mãe. Porque as advogadas do governo... é..como é o nome... os officas de justiça todos os dias lá em casa pressionando para a gente sair. Só que a gente não tinha para onde ir, a gente foi obrigado a ir para casa da minha mãe, porque até o meu comércio também saiu, que era no Parque São Francisco. E eu fui pagar aluguel do meu outro salão, que eu tenho salão de beleza. E triplicou o valor, então eu não podia pagar o aluguel do salão e uma casa para

morar. Ou bem o salão, ou uma casa para morar. Então eu fui alugar e não tive condições de ir aí fui para casa da minha mãe. Ela operou a cabeça duas vezes e ela não é normal, então a gente passou tempos terríveis né (Maria, 38 anos)

Os oito meses que morou com a mãe foram considerados “terríveis” por ela, que morou lá com toda sua família. Durante esse tempo, sua nova casa estava sendo construída no restante do terreno dela no Loteamento. Maria enfatiza só ter conseguido construir essa casa porque tinha material de construção guardado, segundo ela, o valor da indenização não daria para erguer uma nova casa.

Irrisório, um valor muito pequeno, só deu para construir porque eu já tinha material para construir. Tinha muito material, que eu tinha vendido uma casa minha e eu tinha material há muitos anos que tava lá guardado e eu consegui construir por amizade. Uma pessoa construiu muito barato para mim e chegou onde está, o patamar que está. Mas não é uma moradia, como eu posso dizer a você, que tenho o conforto. É só o básico dos básicos, mas graças a Deus a gente conseguiu com muito esforço. Não pelo dinheiro que foi recebido, mas sim com muito esforço, tá onde a gente tá hoje como está (Maria, 38 anos).

Ela enfatiza diversas vezes o fato de a construção ter sido fruto de esforço próprio e não resultante do valor da indenização. Sobre a ajuda na construção da casa, ela afirma que o preço só foi acessível por ter sido feito na “amizade”.

Tem um amigo meu que ele trabalhava construindo casas e ele disse “ó vou fazer um preço irrisório para vocês”. Cobrou um preço X e levantou. Mas não levantou com o valor daqui, porque eu já tinha o material. Se fosse só o valor que saiu (indenização) não ia dar pra construir nada (Maria, 38 anos).

Para ela, não houve uma mudança, mas uma destruição da casa.

Lá em casa meus móveis se acabaram, a gente não se mudou, destruiu a casa. Destruiu tudo. Eu não vou comprar um móvel agora para botar na casa do jeito que está. Porque eu não vou comprar uma coisa para se acabar amanhã. Então estamos só com os quartos mesmo montados, fôgão, e o necessário. Nós não estamos com nossa casa montada (Maria, 38 anos).

Mais uma vez, a deterioração dos móveis é citada com tristeza, assim como a falta de motivação para comprar nova mobília para a casa que não está “montada”. Segundo Maria, a casa nova é maior que a antiga.

Hoje a gente tentou construir uma coisa melhor né. Eu disse “vamos construir logo uma casa grande”, porque minha mãe é doente. Ai eu fico logo pensando que ela vai morar comigo. Porque não tem quem fique com ela. As minhas irmãs não tem condição de ficar com ela. Assim eu vou construir três casas, visando minha mãe morar comigo ou minha sogra morar comigo. Porque elas também são só e minha mãe também é viúva (Maria, 38 anos).

A possibilidade de acolher a mãe e a sogra futuramente foi um dos elementos que motivou a construção de uma casa maior. Como ela continuou morando no Loteamento, os filhos não tiveram que mudar de escola, mas ela relata a perda do ano letivo.

Alice: E no caso teus filhos não precisaram mudar de escola né?

Maria: Não. Mas meus filhos perderam o ano por conta disso.

Alice: Por que?

Maria: Porque ...eu não tenho tempo para nada na minha vida, só tenho tempo para a desapropriação. E foi contado isso. Teve uma documentação. Não sei se você viu, Bruno Moreno<sup>81</sup>, ele foi ver em que situação se encontravam os alunos dessa desapropriação em todo o Brasil. E ele ganhou um prêmio, porque ele frisou. Lá em casa, meu filho perdeu não só o ano letivo, os dois, um ficou em estado de choque. Ele morava dentro da obra. O meu de 17 anos. Ele não conseguiu sair de lá, ele não se adaptou na casa da minha mãe. A gente morava em área, a gente não morava numa casa com acesso de 10 por 15, 10 por 30 não. Era área, era um local que ele não precisava ir para casa do vizinho. Lá tinha campo de futebol, lá tinha uma área do passarinho dele e ele criava bicho, galinha.

Além de perder o ano letivo, ela conta que o filho ficou em estado de choque depois da remoção. Como vimos no capítulo II, o sogro dela faleceu durante o processo de desapropriação, antes de receber a indenização “meu sogro dizia sempre, a frase dele era crucial, dizendo que ia morrer e não ia ver esse dinheiro”. Seu filho viu o avô morrer, em casa, e depois disso teve “várias crises nervosas”. A remoção é apontada como causadora desses transtornos psicológicos. Maria diz que um dia seu filho ligou, dizendo que o avô estava do lado dele na sala.

Teve dia que ele fugiu dizendo que tava vendo o avô colado com ele. Da última vez que teve, disse “meu avô tá aqui na sala”. E me ligava “meu avô tá aqui na sala comigo mainha, o que é que eu faço, que é que eu digo a ele?”. Quer dizer, um menino que é super inteligente, um menino que tinha noção de vida, se encontra desnortado. E ele dizendo “vamos sair daqui, vamos embora daqui, eu não quero

---

<sup>81</sup>O repórter Bruno Moreno e o fotógrafo Samuel Costa produziram uma série de reportagens especiais intitulada “Copa sem Escola”, que aborda as desapropriações em obras da Copa do Mundo 2014 e sua influência na vida escolar dos desapropriados/removidos.” Disponível em: [http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=889%3Asérie-especial-copa-sem-escola&Itemid=164&lang=pt](http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=889%3Asérie-especial-copa-sem-escola&Itemid=164&lang=pt) Acesso em: 02 mar. 2016.

morar aqui mais não”. Ficou desiludido da vida. Com o giro que deu a vida da gente, não foi fácil não. Destruiu mesmo (Maria, 38 anos)

Ela afirma que o filho não quer mais morar lá, pois tem muitas lembranças traumáticas sobre o processo de remoção. Desde a notícia sobre a desapropriação, os anos de espera, a morte do avô e a demolição da casa. A perda de grande parte do terreno também foi impactante, pois seus filhos jogavam futebol e tinham alguns animais na área.

Sobre o destino dos vizinhos, ela diz que foi fragmentado, alguns ficaram por perto do Loteamento enquanto outros foram para longe.

Muitos foram para perto, outros foram para longe, é diferente né. Tem gente que foi para São Lourenço, outros que foram para Primavera, no começo de Camaragibe. Tem gente que foi para Alberto Maia, como dona Sueli. Tem gente que foi para próximo, perto da estação de metrô. Muita gente ali ao redor e muita gente longe. Uma situação bem complicada. Uma situação que...se for imaginar. Eu não gosto nem de voltar o tempo, é angustiante. E hoje você chega aqui (Fórum de Camaragibe) numa situação como essa e dizem a você “não, não tem previsão, não sei” (Maria, 38 anos).

## **6. VALÉRIA: “a gente vivia melhor”**

Valéria é viúva e morava com as duas filhas, 20 e 23 anos, na casa pertencente ao seu pai. No terreno, tinha uma casa com dois comércios, um de seu irmão (Tiago) e outro dela, no qual vendia lanches. Quando houve a remoção, ela foi morar com suas filhas na casa da mãe do seu falecido esposo, próximo ao Loteamento São Francisco. Ela já tinha morado lá durante cinco anos depois de ter casado, mas quando o marido faleceu, voltou a morar na casa do pai.

Morei lá e aqui, lá e aqui (casa da sogra e casa dos pais no Loteamento). Eu casei com o filho dela, aí... eu moro com minha sogra agora, minha ex-sogra. Aí eu casei com o filho dela, aí vim morar aqui, aí quando ele faleceu, eu voltei pra casa de painho de novo. Aí eu fiquei lá até a gente sair agora (Valéria, 43 anos)

Ela diz que a sogra “cedeu” a casa, pois o dinheiro da indenização não tinha sido liberado. Mas mesmo depois de receber parte da indenização, Valéria afirma que deve

permanecer na casa da “ex-sogra”, pois o valor não foi suficiente para reestabelecer um novo local de moradia.

Tô aqui de novo, ela cedeu, como o dinheiro não tinha saído. Aí depois, saiu a metade, mas não deu pra comprar nada. Aí eu tô vivendo aqui ainda (Valéria, 43 anos).

Valéria conta que o impacto financeiro foi grande, pois no Loteamento elas tinham pelo menos três fontes de renda (lanchonete, encomendas de bolo da filha e pensão pela morte do marido) e agora mudou.

Valéria: A gente tinha comércio, a gente trabalhava lá, a gente vivia melhor. Hoje a gente não tem. Tô com a pensão, e minha menina que botou agora...como a gente tinha lá bolo, essas coisas, agora a gente tá fazendo aqui.

Alice: Ah, vocês tão vendendo aqui?

Valéria: É, aí ela fornece bolo de noiva, ela trabalha. Mas caiu muito, porque a gente tinha outra renda lá, tá entendendo? Aí não foi bom.

Alice: Vocês vendiam o que lá?

Valéria: Lá a gente tinha uma lanchonete que vendia de tudo e por fora ela fazia os bolos dela. Aí agora a gente só tá com uma renda, que é dos bolos. Aí eu fiquei com a pensão, eu fico recebendo, aí ajuda. Mas não dá pra nada.

No momento da entrevista, Valéria e suas filhas estavam muito preocupadas com a data da liberação do restante da indenização. E mesmo após essa data, elas não têm esperança de conseguir adquirir uma nova casa, pois dizem que o valor não será suficiente.

## **7. GERALDO: “a diferença é grande em tudo”**

Geraldo, 72 anos, conta que nasceu em Limoeiro – PE e morou de aluguel em vários imóveis no Recife. Ele relata que conseguiu comprar sua primeira casa, no Loteamento “em 1975. Dia 22 de maio de 1975, eu tava me mudando”. A lembrança da data exata de mudança demonstra a importância da aquisição da casa própria para ele.

No lote dele, havia três casas, a dele e duas outras de dois senhores. Ele morava com a esposa e o filho de 11 anos. Geraldo diz que recebeu o dinheiro da benfeitoria e ficou faltando a parte do terreno.

Agora dizem que não tem dinheiro pra pagar. E esse dinheiro todo que eles vem investindo em coisa que não pode? Agora vem culpar que o Brasil tá em crise, não tem dinheiro pra indenizar (Geraldo, 72 anos).

Quando saiu do Loteamento, comprou uma casa num bairro vizinho. Segundo ele, a casa se localiza numa área íngreme e de invasão, mas foi a única que conseguiu comprar com o dinheiro disponível. Ele disse que aumentou o muro, pois o bairro não era tão seguro quanto o Loteamento. Depois de alguns meses da mudança, ele e a esposa se divorciaram. Então, Geraldo alugou um quarto para morar no mesmo bairro.

Assinei o divórcio. Arranjei esse quartinho aqui, estou morando. Dia 8 completa 3 meses. Lá era minha, aqui é aluguel (Geraldo, 72 anos).

Ele diz que aguarda ansiosamente a liberação da indenização para melhorar e talvez adquirir a casa onde está. Se conseguir, Geraldo pensa em ampliar a construção e alugar um quarto como fonte de renda “Eu pegando esse dinheiro, comprava essa casinha, aqui eu fazia um terraço e alugava aí, já é mais uma ajuda de custo pra mim”.

Ele afirma serem grandes as diferenças entre sua casa no Loteamento e a atual situação de moradia. Mais uma vez a ênfase na superfície plana do bairro é apontada como positiva. As árvores frutíferas e plantas medicinais também são mencionadas com carinho.

Minha casa de lá era grande. Dois quartos, sala, cozinha, banheiro, terraço, área de lavar, quintal. Era 10 por 15. A sala tinha 3 metros e meio. O quarto 3 metros e meio. O terraço, 2 por 3. O outro quarto também, era 3 e meio por 3. E a cozinha era enorme, 3 metros por 5. Tinha pé de fruta, pé de coqueiro, pé de planta. Pé de ervas medicinais. A diferença é grande em tudo. Lugar plano, lugar baixo (Geraldo, 72 anos)

Na última entrevista que fiz com ele, em setembro de 2015, comentou sobre a depressão que o acompanhava desde a demolição de sua casa. “E o efeito da minha doença ainda é esse. Tá notando? Eu falando e cansando, porque deixa um cansaço grande. Crise de

rins, esquecimento”. O restante da sua indenização ainda não tinha sido liberado quando Geraldo faleceu, alguns meses depois da nossa última conversa.

## DESENCADEAMENTO DE NOVAS INCERTEZAS

Se já havia uma desconfiança na eficiência da atuação do Estado antes, identificamos que o procedimento de desapropriação intensificou-a através de várias ações geradoras de insegurança. Parry Scott (2006) aprofundou o conceito de insegurança a partir de seu estudo sobre as consequências da construção da hidrelétrica de Itaparica. O autor afirma ser um sentimento que surge por vários caminhos e categoriza: a insegurança estrutural e a insegurança administrada. O primeiro diz respeito à natureza excludente abrangente do desenvolvimento brasileiro, sistematicamente sujeitando todos, e, sobretudo as camadas mais pobres, a serviços inadequados e insuficientes (SCOTT, 2006, p. 77). A insegurança administrada é gerada por uma ação estatal específica e reifica a presença do Estado, entre a primeira e esta acontece uma passagem de omissão para super-inclusão (SCOTT, 2006, p. 78). De acordo com Scott, se na primeira temos expectativas de vulnerabilidades frente a um Estado omissor, na segunda essas expectativas se dirigem a um Estado presente e ativo, administrador de benefícios e danos.

No presente caso, podemos identificar uma trilha de caminhos desencadeadores desse sentimento, começando pela forma de comunicar a remoção – com adesivos colados nos muros das casas por uma empresa terceirizada – sem detalhes do projeto para a área, passando pela imprecisão sobre a data das demolições, a não liberação do valor total da indenização no momento da desapropriação, a incerteza sobre o futuro lugar de morar com os recursos disponíveis, até a adaptação no novo local de moradia. Para a infelicidade dos moradores, a insegurança não cessa com a demolição da casa. Pelo contrário, verificamos o surgimento de novas incertezas, emergidas no momento da mudança, que rondam as famílias depois de anos da desapropriação. A preocupação com a situação legal da nova casa está presente para aqueles que não conseguiram adquirir um novo imóvel ou para os que compraram uma casa em áreas vulneráveis (como em áreas de invasão, isto é, em terreno público ou área com risco

de deslizamento), gerando uma insegurança de posse. E ainda, o medo de passar por outro processo de desapropriação na nova casa.

A contradição dessa nova insegurança, a de posse, reside na incoerência entre o Estado requisitar documentos oficiais de titularidade para garantir o recebimento da indenização e, em paralelo, gerar uma situação na qual as famílias se encontram sem garantias de moradia. Tal situação provocou uma total descrença nas instituições governamentais, fato sempre presente nos relatos.

A chegada num novo bairro, no qual não existe intimidade nem vínculos sociais, se configurou como mais uma fonte de insegurança para as famílias. Os moradores se depararam com a tarefa de ter que recriar um lugar para morar, de maneira individual<sup>82</sup>, em localidades fisicamente distantes e socialmente diversas. Acostumados a morar em grandes lotes onde existia uma proximidade entre as casas, no novo local de moradia devem se adaptar a um configuração espacial diferente. No Loteamento, podiam confiar nos vizinhos com quem conviviam há décadas. Agora, novas relações devem ser construídas. Enquanto alguns contam que estão “se dando bem” com os novos vizinhos, outros dizem que “agora é só oi, oi, boa noite, bom dia”. Percebemos que a situação de moradia está imbricada nas relações sociais dos indivíduos.

Além dos novos locais de moradia serem considerados “longe de tudo” e sem acesso a toda infraestrutura urbana existente antes, surge o medo de situações violentas. Relatos sobre assaltos à mão armada e a presença de tráfico de drogas nos bairros para os quais se mudaram aparecem, reforçando o temor nas localidades onde não existe intimidade.

Diante desse contexto desencadeador de inseguranças, verificamos que as redes de solidariedade construídas foram fundamentais na busca por soluções para reestabelecer num

---

<sup>82</sup> No sentido de que cada núcleo familiar teve que achar um novo local para morar de maneira fragmentada, em contraponto com a configuração dos lotes no Loteamento, onde conviviam várias gerações.

novo local de moradia. Como vimos, diversas formas de ajuda vindas da família, dos amigos e de vizinhos foram intensificadas, tendo papel central na sequência de estratégias constituídas pelos moradores para recompor suas moradias. Até pessoas que não faziam parte do círculo social de amizades, realizaram acordos que possibilitaram a mudança dos moradores. Foi o caso, por exemplo, da proprietária que permitiu a instalação da família na nova casa antes de pagar pelo imóvel. Saber que podiam “contar” com essas pessoas, significou um conforto no meio da ruptura provocada pela intervenção estatal.

### O QUE É UMA CASA “BOA”?

Laje, grade e pelo menos cerâmica né. Porque uma casa sem cerâmica você não mantém uma limpeza como deveria ser. Uma casa sem laje, não tem segurança. Sem grade, não tem segurança (Rosa, 45 anos).

É importante enfatizar que o fato da criação do lugar para morar extrapolar questões estruturais do imóvel, não elimina a importância dada a estas pelos moradores. Na busca de um novo lugar para morar, se entrelaçam múltiplos critérios limitados pelos recursos financeiros disponíveis e perpassados pela existência ou não de atos de solidariedade. As características do Loteamento são lembradas com afeto e se apresentam como referência central na comparação com outras localidades. Ponderações sobre elementos físicos da construção (ter cerâmica, laje, etc.), acessibilidade ao transporte público, possuir terreno plano, fornecimento de água e luz são algumas das preocupações dos moradores ao decidir onde vão morar depois da remoção. Tais parâmetros se associam a considerações sobre ser um bairro “seguro”, ter conhecimento prévio de alguém da região, ter “boa” vizinhança, adquirir a titularidade da casa, etc.

Vimos alguns casos nos quais as pessoas consideram que a estrutura física da casa melhorou em comparação com a situação do Loteamento. Entretanto, a maioria das pessoas

acredita estar numa situação de moradia inferior à anterior. A maior dificuldade é se identificar com o novo local de moradia, pois vimos que alguns elementos relevantes não são possíveis de serem reproduzidos. O fato de ter herdado a casa dos pais, ter participado da construção do imóvel, fazendo parte da decisão sobre a disposição dos cômodos e as décadas de vivência no bairro são alguns desses elementos. O Loteamento é lembrado com muito afeto e de maneira recorrente, o que nos mostra a importância da memória construída sobre o local. Além da relação íntima com os vizinhos, muitos considerados como “parentes”, a segurança em circular pelas conhecidas ruas e a proximidade física dos familiares. Segundo Marta, algumas pessoas estão tendo dificuldade em conseguir uma nova casa, pois não entendem que é impossível reproduzir aquela situação de moradia.

Quando a gente é tirado do local da gente, não existe a gente achar o mesmo lugar. O problema que tá havendo lá hoje em dia é esse, Alice. Que a turma tá procurando uma casa que seja igual à que você tinha. Aí as pessoas nem têm condições de comprar e não existe mais o lugar feito a gente tinha. A gente tem que se habituar ao novo agora (Marta, 43 anos).

Apesar de Marta se referir à busca das pessoas por uma “casa igual a que tinha”, notamos a ideia de casa ampliada quando ela usa a palavra lugar, “não existe mais o lugar feito a gente tinha”, ela reconhece ser impossível encontrar um “lugar” igual ao Loteamento. Vemos que a criação de um lugar para morar abarca um entrelaçamento de fatores que vão desde a estrutura física do imóvel, a proximidade do acesso aos serviços públicos, a relação afetiva com a casa, o sentimento de segurança e intimidade com o bairro até o vínculo com os vizinhos. Tal constatação evidencia que ser forçado a se restabelecer em uma nova casa impôs uma reestruturação em toda a vida das famílias. Nesse sentido, esse movimento requer a atribuição de sentido aos seus atuais locais de moradia, como Marta diz, é necessário “se habituar ao novo”. Entretanto, mesmo depois de mais de dois anos morando em lugares novos, percebemos que as famílias ainda não se identificam completamente com suas novas moradias.

Depois de trinta ou quarenta anos morando no Loteamento, sem passar por nenhuma mudança, alguns moradores tiveram que se mudar mais de uma vez desde a remoção. Não podemos afirmar se constantes mudanças continuarão fazendo parte da vida desses moradores, mas é evidente que a desapropriação acarretou numa instável situação de moradia para a maioria.

## CONCLUSÕES

No contexto de remoções forçadas ocasionadas por grandes projetos de investimento dentro da cidade, o direito à moradia não está garantido para a população local. Existe um longo histórico de impactos na situação de moradia dos residentes de áreas objeto de grandes projetos. Examinamos como o vínculo à um megaevento esportivo torna ainda mais vulnerável a situação das pessoas removidas de suas casas. No estado de Pernambuco, a intervenção estatal que removeu os moradores do Loteamento São Francisco de seu bairro, gerou uma insegurança de posse antes inexistente.

Depois de passarem pela intervenção estatal de remoção, o significado de moradia para essas pessoas foi ampliado. A forma como saíram de suas casas, considerado um movimento involuntário, marcou profundamente a maneira pela qual as pessoas ressignificaram a relação com suas casas. A compreensão minuciosa, alcançada nesse trabalho, acerca do significado do lugar para morar das pessoas nos permitiu entender a complexa relação entre os indivíduos e suas casas. A moradia é um elemento dinâmico, perpassado por relações sociais que a produzem e a transformam constantemente. Os componentes que constituem a moradia são múltiplos: ter construído a casa com a família ou ter herdado a casa dos pais; morar perto da família; ter intimidade com os vizinhos; se sentir a vontade para circular no bairro; ter acesso a transporte público e outros equipamentos de infraestrutura. O lugar em que moravam era, sobretudo, o lugar onde conviviam com a família e tinham intimidade com os vizinhos.

Constatamos que, no Brasil, o paradoxo existente na implementação de grandes projetos de investimento é evidenciado pela ausência de uma política

habitacional eficaz no país, ao passo que enormes investimentos são feitos no mercado imobiliário. Quando as transformações urbanas são motivadas por um megaevento, isso toma proporções ainda mais desastrosas. As instituições estatais, ao prepararem a cidade para o megaevento, não planejam medidas concretas relativas à habitação da população local. Logo, os impactos na vida dos residentes são intensificados, principalmente no que tange sua situação de moradia.

Como constatamos, uma concatenação de fatores aprofundou consideravelmente a desestruturação do lugar para morar das famílias. O tempo corrido do megaevento (SCOTT; SANTOS; SOUZA; MOURA, 2014), acarretou numa aceleração das ações estatais tendo como data limite o início da Copa do Mundo de 2014. A celeridade na execução das obras, em paralelo ao longo tempo do processo de desapropriação, evidenciou o ordem prioritária da qual parte o Estado. A população local foi tratada como objetivo de segunda ordem (SCOTT, 2009), enquanto as preocupações centrais estavam voltadas para a conclusão das obras até abertura do megaevento esportivo, fato não concretizado<sup>83</sup>. O tempo passado desde a notícia da desapropriação em 2011, até a concretização da demolição no final de 2013 e as tentativas das famílias em reorganizar suas vidas até hoje, nos indicou um processo com duração mais longa que o previsto no Manual de Procedimentos do governo do estado. Várias famílias ainda não receberam o valor total da indenização e muitas ainda não se sentem “em casa” no seu novo local de moradia. Também observamos outra consequência desse tempo corrido, muitos moradores tiveram suas casas demolidas antes de receber a indenização.

---

<sup>83</sup> Como vimos no terceiro capítulo, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) está investigando o abandono das obras da Copa em Pernambuco.

Outra questão crucial, que agravou os impactos para essa população, foi a ausência de opções compensatórias alternativas, além da indenização em dinheiro. E, ainda, a maioria dos moradores não concordou com os valores. Nesse contexto, “não concordar com o valor” significou entrar na justiça contra o governo do estado de Pernambuco e não ter 100% de sua indenização liberada quando da demolição da casa. Assim, muitas pessoas receberam o valor parcial<sup>84</sup> da indenização e aguardam até hoje a liberação do restante.

A escolha por uma única opção de compensação, a indenização, já diz muito sobre a percepção do Estado quando se trata da moradia da população local. A estreita concepção da noção de casa da qual parte a Secretaria Executiva de Desapropriações (SEDES) para calcular o valor indenizatório ficou evidente no Manual de Procedimentos da SEDES. Como vimos no capítulo II, o Manual de Procedimentos também contém as leis aplicadas para legitimar as desapropriações. Foi possível verificar os princípios nos quais o Estado se baseia para desapropriar, considerando o direito à propriedade como um direito não absoluto, que pode ser retirado da população em prol do “bem coletivo” de “utilidade pública”. Evidenciamos que o direito a moradia não é nem mencionado nesse Manual, a palavra “moradia” sequer aparece nesse documento.

O destino do terreno tornou a desapropriação ainda mais emblemática. A inexistência da execução de parte considerável da obra destinada para o local (ampliação do Terminal Integrado de Camaragibe) indignou novamente os moradores do Loteamento. Apesar de vincularem a desapropriação ao megaevento, a Copa do Mundo não foi mencionada com frequência nos relatos. Ao falarem da perda de suas casas, notamos que a indignação maior das pessoas foi a maneira pela qual foram

---

<sup>84</sup> A porcentagem recebida varia e não tivemos acesso aos dados oficiais. Alguns contam que receberam 80%, outros 50% ou menos.

tratadas pelo estado de Pernambuco e o destino dado a área. A forma como foi comunicada a remoção, com adesivos, até a lentidão em ser liberada a indenização, chocou as famílias. O fato da SEDES não ter comunicado claramente à população suas ações e não ter considerado as reivindicações das pessoas do bairro, acentuou o sentimento de revolta e indignação dos moradores. Essa série de acontecimentos acarretou numa total descrença na efetividade das ações do Estado.

Durante o processo de desapropriação, com as inúmeras demandas de documentação<sup>85</sup> do Estado, as pessoas tentaram se familiarizar com a linguagem burocrática para conseguir cumprir as exigências da SEDES. Ir ao Fórum de Camaragibe e a Procuradoria Geral do Estado<sup>86</sup> passou a fazer parte da rotina de muitos, seja para levar documentos pendentes ou para procurar saber mais informações sobre seus processos. A intensa rotatividade dos profissionais envolvidos nos processos judiciais do Loteamento confirmou a metamorfose institucional da qual Parry Scott (2009) se refere, constituindo mais uma barreira no acesso aos direitos da população. As mudanças de juízes e de defensores públicos foram mencionadas por vários moradores, fato que intensificou a descrença no poder público.

Estar no meio do caminho de grandes obras tem consequências profundas na vida das pessoas, a perda física da casa é o que poderia chamar mais atenção em um primeiro momento. Entretanto, através da escuta atenta às narrativas dos moradores do Loteamento, percebemos que a remoção extrapola em muito a demolição da casa. A princípio, verificamos que a principal reclamação formal dos moradores foi relativa ao baixo valor da indenização e posteriormente à lentidão da liberação dessa quantia. Portanto, depois da nossa análise, percebemos a complexidade por trás dessas reclamações. Nossa análise mostrou que a moradia está imbricada na construção dos

---

<sup>85</sup> Como vimos no capítulo I, para receber a indenização eram exigidos diversos documentos, entre eles o documento de titularidade do terreno.

<sup>86</sup> A SEDES se situava dentro da Procuradoria Geral do Estado, no centro do Recife.

próprios indivíduos. Ter suas casas resumidas a um valor em dinheiro significou, acima de tudo, ter suas vidas inteiras abreviadas à um número. Após passarem por isso, as famílias desenvolveram estratégias para não reduzir a compreensão de suas existências a um valor. Nessa dissertação, foi possível compreender as nuances dos significados de moradia para as famílias do Loteamento São Francisco.

Após a remoção, o destino das famílias foi fragmentado. Limitado pelos recursos financeiros existentes, o local de moradia da população foi pulverizado em diferentes bairros e estados. A medida compensatória existente, a indenização, foi um dos elementos responsáveis pela individualização desses destinos. Acostumadas a morar em grandes lotes onde conviviam várias gerações, as famílias tentaram reproduzir tal configuração de moradia, mas sem sucesso. A grande maioria não conseguiu continuar morando fisicamente tão próximo dos outros parentes.

No Loteamento, a maioria dos moradores que colaboraram com a pesquisa tinha segurança de posse. Grande parte possuía documentos de titularidade no nome dos pais, a casa de quatro pertencia aos sogros e três eram os próprios titulares da casa. Logo, não havia nenhum caso de aluguel. A remoção gerou dezenas de locatários atomizados, reproduzindo a situação verificada por Boaventura Santos (1983) no início dos anos 1980 no Recife.

Analisar as estratégias de reorganização dessas famílias nos fez perceber que elas baseiam sua reflexão a partir de dois elementos principais: a memória sobre sua situação de moradia anterior e a situação de moradia atual. Durante o trabalho de campo, percebemos que falar em moradia para elas nesse momento era falar em perdas, então os relatos relembrando a vida no Loteamento foram constantes. A perda da casa fez com que as pessoas valorizassem sua situação de moradia anterior. A repetição incessante das características positivas do antigo bairro pode ser considerada

um recurso simbólico pelo qual os próprios moradores se qualificam e se legitimam. Depois de todas as casas terem sido demolidas, falar sobre o bairro foi uma forma de mantê-lo vivo, pelo menos na memória.

A busca de um novo lugar para reestabelecer a moradia foi perpassada por um entrelaçamento de critérios, limitados pelos recursos disponíveis. Como vimos, a existência de atos de solidariedade ampararam as famílias de diversas formas (seja pelo acolhimento na casa de um familiar ou flexibilidade na data de pagamento por uma casa própria). Preocupações sobre a segurança no novo bairro, o conhecimento prévio de alguém da região, a vizinhança ser “boa” e não ser “longe de tudo” são alguns dos parâmetros considerados pelos moradores. Ponderações sobre elementos físicos da construção (laje, cerâmica, etc.) se somam a preocupação com a proximidade do transporte público, terreno plano, presença de fornecimento de água e luz, etc. A inquietação com a documentação legal da situação de moradia agora preocupa as famílias. Ter o documento de titularidade da casa, exigido pela SEDES, significa poder comprovar o pertencimento da casa perante outras possíveis intervenções estatais.

Percebemos o desejo de se manter fisicamente próximo do Loteamento e a vontade em reproduzir as características existentes em seu antigo bairro. Marta, por exemplo, morava bem perto do terminal integrado de Camaragibe no Loteamento. Um fator decisivo na escolha da nova casa dela foi a localização ao lado de um terminal de ônibus. Mesmo sem ser considerado suficiente “porque lá a gente tinha metrô”, ela tenta reproduzir alguns elementos do Loteamento.

Diante da ineficácia das ações estatais para garantir os direitos das famílias, as redes de solidariedade ativadas foram fundamentais para os moradores nesse momento gerador de inseguranças. Composta de diversas maneiras, as pessoas que

mais estiveram presentes nessa rede foram os membros da família e os vizinhos. O apoio podia ser “ficar de olho” em anúncios de casas para alugar e vender na internet ou se informar sobre casas disponíveis em seu bairro. No dia da mudança, a ajuda chegava de todos os lados: para dar apoio no desmonte da casa, ajudar no transporte dos pertences ou contribuir com a faxina na casa nova. As dificuldades em conseguir achar uma casa parecida com a que tinham foi constante em todos depoimentos.

O descontentamento das pessoas foi comentado por uma moradora, Marta. Para ela, a tentativa de achar uma casa semelhante à antiga levou as pessoas a não acharem um lugar “bom” para morar. Estar aberta para “se habituar ao novo” foi a maneira de Marta para se relacionar com um bairro onde ela não conhece seus vizinhos, terá que aprender a percorrer novas ruas e a construir laços sociais inexistentes. Esses e outros relatos nos mostraram que (re)produzir o sentimento de “estar em casa” é um processo que demora para ser construído.

Na difícil tarefa de definição do recorte temático desse trabalho e também pela limitação temporal de uma dissertação, não foi possível aprofundar algumas questões que mereceriam atenção especial. Uma análise de gênero não foi nosso objetivo, mas é importante ressaltar que a maioria das entrevistadas que contribuíram para esse trabalho são mulheres. Além disso, observamos que a maior parte das pessoas que participavam ativamente das reuniões do Comitê Popular da Copa e da SEDES eram mulheres. Uma análise considerando essa majoritária participação feminina poderá ser feita futuramente.

As ações do Comitê Popular da Copa de Pernambuco tiveram grande importância para alguns moradores<sup>87</sup>. Minha intensa participação nas atividades do Comitê fez com que eu preferisse, no momento da dissertação, não aprofundar o tema.

---

<sup>87</sup>Falo “alguns” moradores porque do universo de duzentas famílias, não foram todas que participaram das atividades com o Comitê, acredito que menos da metade estava presente nas reuniões do Comitê e da SEDES.

O Loteamento era um bairro que não tinha nenhum histórico de associação de moradores, como também nunca tinha sido ameaçado de remoção. Não podemos afirmar que isso explica a falta de participação da maioria, mas talvez seja um dos elementos que contribuíram. Entretanto, em contraponto a isso, temos moradoras que mesmo depois de receber o valor total da indenização continuaram a frequentar as reuniões do Comitê. Em momentos futuros, pretendo examinar melhor a relação dos moradores com essa organização coletiva, para refletir, por um lado, sobre o engajamento e por outro, a ausência de participação no Comitê.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **Avaliação de bens NBR 14653-1**. Rio de Janeiro, RJ, 2001. Disponível em: <<http://www.dec.ufms.br/lade/docs/ap/14653-1.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2013.
- ALMEIDA, Alexandre Paz. **Uma análise sociológica: sobre sociabilidade, vizinhança e pertença em um bairro popular de João Pessoa – PB**. E-metropolis, p. 25-33, 2011.
- AMORIM, Eduardo. **Mais de 2000 famílias são removidas por obras da Copa em Pernambuco**. Terra, 26 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/mais-de-2000-familias-sao-removidas-por-obras-da-copa-em-pe,4cfb2688e59b0410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>> . Acesso em: 10 out. 2013.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine; RENAUT, Sylvie. **Vieillir avec ses enfants**. Communications, Générations et Filiation. v. 59, 1994, p. 29-53. Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/comm\\_0588-8018\\_1994\\_num\\_59\\_1\\_1891](http://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1994_num_59_1_1891)> . Acesso em: 15 out. 2015.
- BACELAR, Telma Maria Souto. **Estado, planejamento participativo e a urbanização de favelas na Região Metropolitana do Recife**. 1986. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- BARROSO FILHO, Geraldo. **Crescimento Urbano, Marginalidade e Criminalidade: o caso do Recife (1880-1940)**. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- BARTOLOMÉ, Leopoldo J. Estrategias adaptativas de los pobres urbanos: el efecto «entrópico» de la relocalización compulsiva. In: BARTOLOMÉ, Leopoldo J. (org.) **Relocalizados: antropología social de las poblaciones desplazadas**. Buenos Aires: Ediciones del IDES, N° 3, 1985, p. 25-48.
- \_\_\_\_\_. The Yacyreta Experience with Urban Resettlement: Some Lessons and Insights. In: CERNEA, Michael M.; GUGGENHEIM, Scott (orgs.) **Anthropological Approaches to Resettlement: Policy, Practice, and Theory**. Boulder, Colorado: Westview Press. 1996. p. 109-132.
- \_\_\_\_\_. Gpds y Desplazamientos Poblacionales: algunas claves para su comprensión como procesos sociales complejos. In: **AVA, Revista de Antropología**. Programa de Posgrado de la Secretaría de Investigación de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Misiones. Posadas, Argentina, n. 2. 2000, p.11-20.
- BONVALET, Catherine; GOTMAN, Anne (org.) **Le logement une affaire de famille**. Paris: Editions l’Harmattan, 1993.

BONVALET, Catherine. Le transmis et l'acquis: localisation, statut d'occupation et type d'habitat. In: BONVALET, Catherine; GOTMAN, Anne (org.). **Le logement une affaire de famille**. Paris: Editions l'Harmattan, 1993, p. 23-40.

BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_. Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. **Cadernos pagu** (40), janeiro-junho, 2013, p.197-227.

\_\_\_\_\_. Antropologia em Segredo: considerações tardias sobre um estudo etnográfico em um reassentamento de atingidos por barragem. In: CHAGAS, Miriam; MÜLLER, Cíntia Beatriz (org.). **Dinâmicas de Cidadania: abordagens etnográficas sobre a diversidade**. Porto Alegre: Edufrgs, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3 edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/promocao-e-defesa/publicacoes-2013/pdfs/direito-a-moradia-adequada>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

BRASIL. **Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1981**. Regulamenta a desapropriação por utilidade pública. Brasília, DF, 1941. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3365.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012**. Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2015.

BRIGHENTI, Andrea Mubi. Pour une territorialologie du droit. In: FOREST, Patrick (org.) **Géographie du droit**. Épistémologie, développement et perspectives. Québec: Presses de l'Université Laval, Collection Dikè, 2009.

CATULLO, María Rosa. **Antropología y proyectos de gran escala: los estudios sobre represas hidroeléctricas en Brasil**. Anuário Antropológico/199. Brasília: Ed. Tempo Brasileiro, 1993.

CENTRE ON HOUSING RIGHTS AND EVICTIONS (COHRE). **Fair Play for Housing Rights: Mega-Events, Olympic Games and Housing Rights**. Genebra, Suíça, 2007.

CERNEA, Michael (org.). **Putting people first**. Oxford: Oxford University, 1991.

\_\_\_\_\_. **Impoverishment Risks, Risk Management and Reconstruction: a model**

**of population displacement and resettlement.** Paper presented to the UN Symposium on Hydropower and Sustainable Development, Beijing, outubro de 2004.

COMITÊ POPULAR DA COPA EM PERNAMBUCO. **Documento de reivindicações das famílias e comerciantes atingidos pelas obras da Copa em Pernambuco.** Recife, 2013.

COMITÊ POPULAR DA COPA EM PERNAMBUCO. **Dossiê: auditoria participativa da Copa do Mundo 2014 em Pernambuco.** Recife, 2013.

CURI, Martin. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. In: **Megaeventos, Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 40, jul/dez, 2013.

CUTURELLO, Paul. De la location à l'accession: un itinéraire "familier". In: CUTURELLO, Paul (org.). **Regards sur le logement: une étrange marchandise.** Paris: Éditions l'Harmattan, 1992, p. 279-290.

DAMATTA, Roberto. **O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues.** In: NUNES, E. A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DAMO, Arlei; OLIVEN, Ruben George. **Megaeventos esportivos no Brasil: um olhar antropológico.** Campinas, São Paulo, Armazém do Ipê, 2014.

DAMO, Arlei Sander; OLIVEN, Ruben George. O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 19-63, dez. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832013000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 mar. 2016.

DANTAS, Mariana. **Cidade da Copa sem previsão de existir.** Especiais NE 10. Disponível em: <<http://especiais.ne10.uol.com.br/foi-mais-que-7x1/arena-cidade-da-copa.php>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Área destinada a ampliação de T.I. vira estacionamento de ônibus.** Especiais NE 10. Disponível em: <<http://especiais.ne10.uol.com.br/foi-mais-que-7x1/area-destinada-a-ampliacao-de-ti-vira-estacionamento-de-onibus.php>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano.** V2, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Secretaria de Desapropriações toma posse e inicia trabalho.** 2012. Disponível em: <[http://www.cepe.com.br/diario/index.php?option=com\\_content&view=article&id=402:secretaria-de-desapropriacoes-toma-posse-e-inicia-trabalho&catid=1:noticias&Itemid=2](http://www.cepe.com.br/diario/index.php?option=com_content&view=article&id=402:secretaria-de-desapropriacoes-toma-posse-e-inicia-trabalho&catid=1:noticias&Itemid=2)>. Acesso em: 04 out. 2013.

EDELMAN, Bernard. **La Maison de Kant.** Paris: Payot, 1984, p.25

FIFA. **Estádios de Futebol: recomendações e requisitos técnicos**. 5 edição, 2011.

Disponível em:

<[http://img.fifa.com/mm/document/tournament/competition/01/37/17/76/p\\_sb2010\\_stadiumbook\\_ganz.pdf](http://img.fifa.com/mm/document/tournament/competition/01/37/17/76/p_sb2010_stadiumbook_ganz.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2015.

FIFA, 2013. **Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, áreas de restrição comercial**.

Disponível em:

<[http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/01/84/68/87/areasderestricaoocomercial\\_final.pdf](http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/01/84/68/87/areasderestricaoocomercial_final.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2016.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro Fonseca Vieira. **Pertencimentos e reconhecimentos em populações deslocadas – o caso Itacuruba**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

FONTES, Breno A. Souto Maior. **Políticas de planejamento urbano e segregação espacial: o município do Recife na década de 1970-1980**. 1986. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

GHASARIAN, Christian. (org.) **De l'ethnographie à l'anthropologie réflexive: nouveaux terrains, nouvelles pratiques, nouveaux enjeux**. Paris: Armand Colin, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Projeto transfere gestão de PPPs para Secretaria de Administração**. 11 de março de 2016. Disponível em:

<<http://www.pe.gov.br/blog/2016/03/11/projeto-transfere-gestao-de-ppps-para-secretaria-de-administracao/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3 edição, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JENNINGS, A.; LASSANCE, A.; VAINER, C. ; MARICATO, E. ; FERREIRA, J. S. W.; M. T. S.T. **Copa do mundo no Brasil: uma tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana**. In: JENNINGS, A. [et al.] (org.). **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo, 2014, p. 17-24.

LIMA, Maria Eugênia W. **O direito a moradia no contexto do megaevento copa do mundo 2014, no Brasil: o caso do Loteamento São Francisco (Camaragibe-PE)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MALINOWSKI, B. **A Diary in the Strict Sense of the World**. New York: Harcourt, Brace & World, 1967.

MARICATO, Ermínia. **Autoconstrução, a arquitetura possível**. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2ª ed., 1982, p. 71-93.

MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SANCHÉZ, Fernanda (org.). **O Jogo Continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MAYOL, Pierre. Capítulo I: O Bairro. In: DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 37-45.

MELLO, M. A. S.; SIMÕES, S. S.; FREIRE, L. L. Um endereço na cidade: a experiência urbana carioca na conformação de sentimentos sociais e de sensibilidades jurídicas. In: KANT DE LIMA, R.; EILBAM, L e PIRES, L. (org.). **Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada**. Coleção Direitos, Conflitos e Segurança Pública. Volume II. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz. **BNH: outras perspectivas**. In: I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E DESIGUALDADE, Natal, UFRN, 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/anais.html>>. Acesso em: 02 out. 2013.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Habitação: programas e ações**. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/programas-e-acoes.html>>. Acesso em: 02 out. 2015.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Série Antropologia, n. 130, 1992.

\_\_\_\_\_. **Etnografia, ou a teoria vivida**. Revista Ponto Urbe. Ano 1, v. 2, Universidade de São Paulo, 2008.

PIDESC. **Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**, artigo 11, parágrafo 1, 1992.

OMENA, Erick. **Percepções urbanas em jogo: os impactos da Copa do Mundo de 1950 à luz da imprensa carioca**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; LUZ, Gleice Mattos. De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. **Cadernos Pagu** (29), julho-dezembro de 2007, p. 171-191. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a08n29.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?** Cartilha da ONU, 2010. Disponível em: <[https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/01/guia\\_portugues.pdf](https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/01/guia_portugues.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Principios Basicos y Directrices sobre los Desalojos y el Desplazamiento Generados por el Desarrollo**, 2007. Disponível em: <[http://direitoamoradia.org/wp-content/uploads/2012/02/G0710631\\_guidelines\\_ES\\_only.pdf](http://direitoamoradia.org/wp-content/uploads/2012/02/G0710631_guidelines_ES_only.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Proyectos de Gran Escala: hacia un marco conceptual para el análisis de una forma de producción temporária. In: BARTOLOMÉ, L. (org.)

**Relocalizados: antropología social de las poblaciones desplazadas.** Buenos Aires: Ediciones del IDES, 3. 1985, p. 49-66.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os Conflitos Urbanos no Recife: o caso do 'Skylab'**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 11, 1983, p. 9-59.

SCOTT, R. P.; SÁ, M. A. Barragem de Itaparica: indagações sobre a reconstrução da base familiar da produção agrícola. In: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. (org.) **Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço.** Belém: Gráfica e Editora da UFPE, 1995. p. 285-300.

SCOTT, Parry; QUADROS, Marion. **A diversidade no IBURA: gênero, geração e saúde num bairro popular do Recife.** Editora Universitária, UFPE, 2009.

SCOTT, Parry; SANTOS, Dayse Amâncio; SOUZA, Eduardo Araripe; MOURA, Alice Bezerra de Mello. Disputas em diferentes tempos na construção da Arena pernambucana para a Copa do Mundo: planejando, executando, mitigando. In: MOURA, A.; SCOTT, P.; OLIVEIRA, T. (org.). **Copa do Mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações.** Recife: Ed. dos Organizadores, 2015. ISBN 978-85-415-0729-5 (digital) [CD-ROM]

SCOTT, Russell Parry. Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco. In: ZHOURI, Andréa (org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais.** Brasília, DF, ABA, 2012.

\_\_\_\_\_. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

\_\_\_\_\_. Re-assentamento, saúde e insegurança em Itaparica: um modelo de vulnerabilidade em projetos de desenvolvimento. **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 74- 89, set-dez, 2006.

\_\_\_\_\_. Remoção populacional e Projetos de Desenvolvimento Urbano. In: SANTOS, César; CASTRO, Wellington Alves. (orgs.). Encontro Nacional De Estudos Populacionais X Vinte Anos da Abep, 10. **Anais.** Caxambú: ABEP, 1996, v. 2, p. 813-834

SCHRÖDER, Peter. Resenha SANTOS, Sílvio Coelho dos & NACKE, Aneliese (org.). 2003. Hidrelétricas e povos indígenas. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 178 p. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 8, volume 15(2), 2004, p. 227-234

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESAPROPRIAÇÕES. **Manual de Procedimentos da Secretaria Executiva de Desapropriações.** 2012.

SERFATY-GARZON, Perla. Le chez soi: habitat et intimité. In: SEGAUD, Marion; BRUN, Jacques; DRIANT, Jean-Claude (org.) **Dictionnaire Critique de l'habitat et du Logement.** Paris: Editions Armand Colin, 2003, p.65-69. Disponível em: <<http://www.perlaserfaty.net/texte7.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

SERFATY-GARZON, Perla. Habiter. In: SEGAUD, Marion; BRUN, Jacques; DRIANT, Jean-Claude (org.) **Dictionnaire Critique de l'habitat et du Logement**. Paris, Editions Armand Colin, 2003, p.213-214.

VALLADARES, L.P.; FIGUEIREDO, A. Habitação no Brasil: uma introdução à literatura recente. In: **O que se deve ler em ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Cortez, ANPOCS, 1986/1987, p. 25-49.

VAINER, Carlos; ARAUJO, Frederico. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional 14, Rio de Janeiro, 2011. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: Enanpur, 2011. Disponível em:  
<[http://br.boell.org/downloads/carlos\\_vainer\\_ippur\\_cidade\\_de\\_excecao\\_reflexoes\\_a\\_partir\\_do\\_rio\\_de\\_janeiro.pdf](http://br.boell.org/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2013.

VAINER, Carlos. **Relatos de Conflitos Urbanos na Região Metropolitana de Recife**. Conferência proferida dia 12 de dezembro de 2014 na Faculdade de Direito do Recife.

VILLANOVA, Roselyne; LEITE, Carolina. La Maison et les projets immobiliers dans le trajet migratoire. In: CUTURELLO, Paul (org.). **Regards sur le logement: une étrange marchandise**. Paris: Éditions l'Harmattan, 1992, p. 291-302.

TORRES, Fellipe. Documentário investiga altas taxas de suicídio em Itacuruba, no Sertão de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, 09 de dezembro de 2014. Disponível em:  
<[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2014/12/09/internas\\_viver\\_548000/documentario-investiga-altas-taxas-de-suicidio-em-itacuruba-no-sertao-de-pernambuco.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2014/12/09/internas_viver_548000/documentario-investiga-altas-taxas-de-suicidio-em-itacuruba-no-sertao-de-pernambuco.shtml)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, R.; SILVA NETO, M. L. **O direito à moradia no Brasil e no mundo: entrevista com Raquel Rolnik**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2008.

ROLNIK, Raquel. **A questão dos megaeventos é debatida na ONU**. Tradução livre realizada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 2010. Disponível em:  
<[https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/11/mega\\_eventos\\_portugues1.pdf](https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/11/mega_eventos_portugues1.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2015.

ROLNIK, R. . Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda. In: JENNINGS, A. [et al.] (orgs.). **Brasil em jogo: O que fica da Copa e das Olimpíadas?**. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2014, p.65-70.

ZAMBONI, Vanessa. **Construção Social do Espaço, Identidades e Territórios em Processos de Remoção: o Caso do Bairro Restinga – Porto Alegre/Rs. 2009.**

Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, 2009.

ZARIAS, Alexandre. **Regularização fundiária na perspectiva de gênero: o caso da Ponte do Maduro no Recife.** (em andamento) Recife, 2016.

ZARIAS, Alexandre; BRITO, Débora. Das expulsões à legitimidade da posse da terra na Ponte do Maduro: encontros e desencontros políticos no Recife. In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014, Natal. **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2014.

ZHOURI, Andréa (org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais.** Brasília, DF, ABA, 2012.



ANEXO B – RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO AO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO FEITO PELO COMITÊ POPULAR DA COPA

Trata-se de Pedido de Acesso à informação – PAI registrado sob o nº. 2014.22108.

**Informação solicitada:**

Conforme o Relatório de Fechamento realizado pela empresa DIAGONAL (Junho 2013), contratada para realizar o censo para a caracterização socioeconômica das famílias detentoras de imóveis no Loteamento São Francisco do Timbi, em Camaragibe, trazemos as informações requeridas pelo consulente.

<b>Número de famílias desapropriadas</b>	<b>117</b>
Números de famílias cadastradas no censo	175* <sup>1</sup>

<b>Número de famílias com renda familiar</b>	<b>Total</b>
até R\$1.600,00	93
até R\$3.100,00	59
até R\$5.000,00	12
acima R\$5.000,00	11
<b>Famílias Cadastradas</b>	<b>175</b>

<b>Número de famílias que tiveram médias valoradas em</b>	<b>Total</b>
até R\$50.000,00	24
de R\$50.000,00 até R\$100.000,00	20
Superior R\$100.000,00	73
<b>Famílias desapropriadas</b>	<b>117</b>

<b>Perfil</b>	<b>Total</b>
Números Idosos	52
Números Crianças	59
Números Pessoa com Deficiência	5
Números Adultos	307
Números Adolescentes	78
<b>Total de Pessoas Desapropriadas</b>	<b>501</b>

Já em relação ao ponto “2” da consulta (INFORMAÇÕES PÓS-REMOÇÃO DAS FAMÍLIAS) não detém esta secretaria as informações requeridas, desconhecendo a quem deveria ser encaminhada tal demanda.

Att.

Francisco Luiz Viana Nogueira  
Procurador do Estado  
Gerente Geral Jurídico de Desapropriações  
Mat. 317.718 -1

<sup>1</sup> Este quantitativo engloba os inquilinos residências, sendo assim, essas famílias não foram contempladas com indenização.

ANEXO C – DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO DA ÁREA DO LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO

4 Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Poder Executivo Recife, 17 de agosto de 2012

**Governo do Estado**

Governador: **Eduardo Henrique Accioly Campos**

**DECRETO Nº 38.535, DE 16 DE AGOSTO DE 2012.**

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra, com suas benfeitorias porventura existentes, situadas no Município de Camaragibe, neste Estado.*

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e IV do artigo 37 da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra, com suas benfeitorias porventura existentes, situadas no Município de Camaragibe, neste Estado, individualizadas conforme Memorial Descritivo constante do Anexo Único.

Art. 2º As áreas de terra de que trata o art. 1º destinam-se à construção de 2 (dois) Terminais Integrados de Ônibus, na Região Metropolitana do Recife, neste Estado.

Art. 3º As áreas de terra de que trata o art. 1º encontram-se descritas em plantas integrantes do Projeto Técnico específico, arquivadas na Secretaria das Cidades - SECID.

Art. 4º O Estado de Pernambuco, por intermédio do Procurador Geral do Estado, promoverá as competentes desapropriações, de forma amigável ou judicial, incorporando ao seu patrimônio os bens desapropriados.

Art. 5º As despesas decorrentes do presente Decreto correm à conta de recursos do Tesouro Estadual.

Art. 6º Poderá ser invocado o caráter de urgência nos processos judiciais, para fins de imissão de posse nas áreas de terra abrangidas por este Decreto, nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e alterações.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Palácio do Campo das Princesas, Recife, 16 de agosto do ano de 2012, 196º da Revolução Republicana Constitucionalista e 191ª da Independência do Brasil.**

**EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS**  
Governador do Estado

DANILO JORGE DE BARROS CABRAL  
THIAGO ARRAES DE ALENCAR NOROES  
FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR  
JOSE RICARDO WANDERLEY DANTAS DE OLIVEIRA

**ANEXO ÚNICO**  
MEMORIAL DESCRITIVO

S	03	350,00	350,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	04	300,00	300,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	05	325,00	325,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	06	575,00	575,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	07	275,00	275,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	08	300,00	300,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	09	300,00	300,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	10	300,00	300,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	11	300,00	300,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	12	300,00	300,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	13	300,00	300,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	14	300,00	300,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	15	300,00	300,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	16	300,00	300,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	17	300,00	300,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	18	275,00	275,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	19	500,00	500,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	20	275,00	275,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	21	425,00	425,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	22	350,00	350,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI

1 - IMÓVEIS LOCALIZADOS NA QUADRA "D" DO LOTEAMENTO QUINTAS DE CAMARAGIBE, MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE, PE

QUADRA	LOT.	ÁREA TOTAL (m²)	ÁREA A DESAPROPRIAR (m²)	ÁREA REMANESCENTE	LOTEAMENTO
P.M.C	-	7.640,30	7.640,30	0,00	QUINTAS DE CAMARAGIBE
P.M.C	-	4.039,00	4.039,00	0,00	QUINTAS DE CAMARAGIBE
D	11	890,00	890,00	0,00	QUINTAS DE CAMARAGIBE
D	12	480,00	480,00	0,00	QUINTAS DE CAMARAGIBE
D	13	870,00	870,00	0,00	QUINTAS DE CAMARAGIBE
D	14	2.113,00	2.113,00	0,00	QUINTAS DE CAMARAGIBE
D	15	2.201,00	2.201,00	0,00	QUINTAS DE CAMARAGIBE
D	16	2.674,00	2.674,00	0,00	QUINTAS DE CAMARAGIBE

3 - IMÓVEIS LOCALIZADOS NA QUADRA "U" DO LOTEAMENTO PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI, MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE, PE

QUADRA	LOT.	ÁREA TOTAL (m²)	ÁREA A DESAPROPRIAR (m²)	ÁREA REMANESCENTE	LOTEAMENTO
U	01	674,00	674,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
U	02	456,00	456,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
U	03	336,00	336,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
U	04	775,00	775,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI

2 - IMÓVEIS LOCALIZADOS NA QUADRA "S" DO LOTEAMENTO PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI, MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE, PE

QUADRA	LOT.	ÁREA TOTAL (m²)	ÁREA A DESAPROPRIAR (m²)	ÁREA REMANESCENTE	LOTEAMENTO
S	01	350,00	350,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
S	02	375,00	375,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI

4 - IMÓVEIS LOCALIZADOS NA QUADRA "V" DO LOTEAMENTO PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI, MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE, PE

QUADRA	LOT.	ÁREA TOTAL (m²)	ÁREA A DESAPROPRIAR (m²)	ÁREA REMANESCENTE	LOTEAMENTO
V	01	484,00	484,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
V	02	323,00	323,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
V	03	316,00	316,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**DIÁRIO OFICIAL - PODER EXECUTIVO**

**GOVERNADOR**  
Eduardo Henrique Accioly Campos

**VICE-GOVERNADOR**  
João Lyra Neto

**SECRETÁRIOS DE ESTADO**

**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**  
José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira

**SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**  
Rafaelton Brandão Ramos

**SECRETÁRIO DE ARTICULAÇÃO SOCIAL E REGIONAL**  
Antônio Augusto da Silva Penha (Designado)

**SECRETÁRIO DE ACESSORIA DO GOVERNADOR**  
Arlano Vilar Suassuna

**SECRETÁRIO DA CASA CÍVEL**  
Francisco Tadeu Barbosa de Alencar

**SECRETÁRIO DA CASA MILITAR**  
Mário Cavalcanti de Albuquerque

**SECRETÁRIO DAS CIDADES**  
Danilo Jorge de Barros Cabral

**SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Marcelino Granja de Menezes

**SECRETÁRIO DA CONTROLDORIA-GERAL DO ESTADO**  
Djalma de Oliveira Leão

**SECRETÁRIO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE**  
José Fernando do Silva (Designado)

**SECRETÁRIO DE CULTURA**  
Fernando Duarte de Fonseca

**SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL**  
Wilson Sales Damazio

**SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**  
Frederico da Costa Amândio

**SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**  
Laura Mota Gomes

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO**  
Anderson Stevens Leitores Gomes

**SECRETÁRIA DOS ESPORTES**  
Ana Cristina Vasconcelos Cavalcanti Ferreira

**SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA CDM 2014**  
Luiz Ricardo Leite de Castro Leitão

**SECRETÁRIO DA FAZENDA**  
Paulo Henrique Saraiva Câmara

**SECRETÁRIO DO GOVERNO**  
Luano Corvalho de Guarná

**SECRETÁRIO DE IMPRENSA**  
José Trindade Costa

**SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**  
Sérgio Luís de Carvalho Xavier

**SECRETÁRIA DA MULHER**  
Cristina Maria Rutique

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
Alexandre Rebelo Távora

**SECRETÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS**  
José Almir Cablo

**SECRETÁRIO DE SAÚDE**  
Antônio Carlos dos Santos Figueira

**SECRETÁRIO DE TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E EMPREENDEDORISMO**  
Antônio Carlos Maranhão de Aguiar

**SECRETÁRIO DE TRANSPORTES**  
Isidoro José do Nascimento Filho

**SECRETÁRIO DE TURISMO**  
Alberto Jorge do Nascimento Felício

**PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**  
Thiago Anjos de Alencar Norões

**Cepe**  
COMPAHIA EDITORA DE PERNAMBUCO

**DIRETORA PRESIDENTE**  
Leocádia Alves da Silva

**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**  
Bráulio Mendonça Menezes

**DIRETOR DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO**  
Edson Ricardo Teixeira de Melo

**TEXTO E EDIÇÃO**  
Secretaria de Imprensa

**GERENTE DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO**  
Iza Dias

**DIAGRAMAÇÃO**  
Inátilio Souza  
Sílvia Malta

**EDIÇÃO DE IMAGEM**  
Higor Vidal

**PUBLICAÇÕES:**  
Culura de 6,2 cm ..... R\$ 98,00

Quadrante reclamações sobre matérias publicadas deverão ser efetuadas no prazo máximo de 10 dias.

**ASSINATURAS:**  
Anual/Folclore ..... R\$ 545,00  
Anual/Doméstica ..... R\$ 628,00  
Semestral/Folclore ..... R\$ 272,00  
Semestral/Doméstica ..... R\$ 414,00  
Preço Unitário ..... R\$ 2,00

**COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO**  
CNPJ 10.921.252/0001-07 - Insc. Est. 18.1.001.002/2408-7  
Rua Coelho Leite, 530 - Santo Amaro - Recife-PE - CEP. 50.100-900  
Telefone: (81) 3183-2700 (Busca Automática) Fax: (81) 3183-2747 - cep@compce.com.br  
Oviduto - Fone: 3183-2736 - oviduto@compce.com.br

Recife, 17 de agosto de 2012

Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Poder Executivo

5

V	04	300,00	300,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
V	05	400,00	400,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
V	06	506,00	506,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
V	07	253,50	253,50	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
V	08	360,00	360,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
V	09	480,00	480,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
V	10	340,00	340,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
V	11	350,00	350,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
V	12	350,00	350,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
V	13	540,00	540,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI

**5 - IMÓVEIS LOCALIZADOS NA QUADRA "X" DO LOTEAMENTO PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI, MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE, PE**

QUADRA	LOT.	ÁREA TOTAL (m²)	ÁREA A DESAPROPRIAR (m²)	ÁREA REMANESCENTE	LOTEAMENTO
X	01	390,00	390,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
X	02	220,00	220,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
X	03	210,00	210,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
X	04	340,00	340,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
X	05	250,00	250,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
X	06	407,00	407,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
X	07	630,00	630,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
X	08	500,00	500,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
X	09	264,00	264,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
X	10	404,00	404,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI

**6 - IMÓVEIS LOCALIZADOS NA QUADRA "Y" DO LOTEAMENTO PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI, MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE, PE**

QUADRA	LOT.	ÁREA TOTAL (m²)	ÁREA A DESAPROPRIAR (m²)	ÁREA REMANESCENTE	LOTEAMENTO
Y	01	487,00	487,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
Y	02	481,00	481,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
Y	03	414,00	414,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
Y	04	454,00	454,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
Y	05	400,00	400,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
Y	06	340,00	340,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
Y	07	425,00	425,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
Y	08	437,00	437,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI
Y	09	430,00	430,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI

**7 - IMÓVEIS LOCALIZADOS NA QUADRA "Z" DO LOTEAMENTO PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI, MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE, PE**

QUADRA	LOT.	ÁREA TOTAL (m²)	ÁREA A DESAPROPRIAR (m²)	ÁREA REMANESCENTE	LOTEAMENTO
Z	01	534,00	534,00	0,00	PQ. SÃO FRANCISCO DO TIMBI

**ATOS DO DIA 16 DE AGOSTO DE 2012.**

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições RESOLVE:

**Nº 2781** - Exonerar **DILSON DE MOURA PEIXOTO FILHO** do cargo, em comissão, de Diretor Presidente da Empresa Pernambucana de Transporte Coletivo Intermunicipal - EPTI, com efeito retroativo a 14 de agosto de 2012.

**Nº 2782** - Nomear **AMARO JOÃO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Diretor Presidente da Empresa Pernambucana de Transporte Coletivo Intermunicipal - EPTI, com efeito retroativo a 14 de agosto de 2012.

**Nº 2783** - Exonerar **VITAL CORDEIRO DE ARRUDA** do cargo, em comissão, de Coordenador de CIRETRAN/Postos Avançados - Shopping Center Guararapes, símbolo CAS-2, do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN.

**Nº 2784** - Nomear **MARCELO MARINHO DE PONTES** para exercer o cargo, em comissão, de Coordenador de CIRETRAN/Postos Avançados - Shopping Center Guararapes, símbolo CAS-2, do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN.

**Secretarias de Estado**

**ADMINISTRAÇÃO**

Secretário: **José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira**

**PORTARIAS SAD DO DIA 16 DE AGOSTO DE 2012**

A SECRETARIA EXECUTIVA DE PESSOAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SAD nº 783, de 10 de maio de 2012, e com amparo legal no art. 7º, da Lei nº 12.001, de 29/05/2001, RESOLVE:

**Nº 1.683** - Atribui a gratificação por exercício no Expresso Cidadão, na atividade de coordenação, ao servidor **André Luiz Orting Machado**, matrícula nº 324.774-0, da Secretaria de Administração, com efeito retroativo a 13 de agosto de 2012.

**Luciana Oliveira Pires**  
Secretária Executiva de Pessoal e Relações Institucionais  
Em exercício

**A GERENTE GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO RESOLVE:**

**Nº 1.694** - Conforme o disposto na Portaria SAD nº 783 de 10/05/2012, rescindir, a pedido, o Contrato por Tempo Determinado abaixo discriminado, cujo objeto é o exercício de Assessoria de Atendimento ao Cidadão, a partir da data respectivamente indicada:

CONTRATO Nº	NOME	MATRICULA	DATA DE RESCISÃO
2472011	José Leonardo Florentino Silva	336.873-4	15.08.2012

**Ângela Helena Costa**  
Gerente Geral de Planejamento e Gestão

**PORTARIA SADGGFOP Nº 148 DE 15 DE 08 DE 2012**

A GERENTE GERAL DE GESTÃO DE FOLHA E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL RESOLVE: conceder a servidora abaixo citada, Licença para Trato de Interesse Particular, nos termos do artigo 130, da Lei nº 6.123 de 20 de julho de 1968, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 016, de 08 de janeiro de 1996:

Nº PROCESSO	NOME	MAT.	CARGO	NÍVEL/SÍMBOLO	SECRETARIA	DURAÇÃO
043044-82012	JARDINÉS HELENA DE OLIVEIRA CALDAS	246.307-7	PROFESSOR	MGC/PLCIA	EDUCAÇÃO	14/08/2012

**PORTARIA SADGGFOP Nº 149 DE 15 DE 08 DE 2012**

A GERENTE GERAL DE GESTÃO DE FOLHA E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL RESOLVE: conceder a servidora abaixo citada, Licença para Trato de Interesse Particular, em Prorrogação, nos termos do artigo 130, da Lei nº 6.123 de 20 de julho de 1968, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 016, de 08 de janeiro de 1996:

Nº PROCESSO	NOME	MAT.	CARGO	NÍVEL/SÍMBOLO	SECRETARIA	DURAÇÃO
0110132-82010	ELIANE MARIA DAS VONS SORISTEN LINS	385.040-1	MÉDICO		SAÚDE	1 ANO A PARTIR DE 31.01.11

**Isadora Maia**  
Gerente Geral de Gestão de Folha e Movimentação de Pessoal - em Exercício

**ARTICULAÇÃO SOCIAL E REGIONAL**

Secretário: **Antônia Aurora da Silva Pontes (Designada)**

**PORTARIA SEART Nº 018/2012**, de 15 de agosto de 2012.

A SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO SOCIAL E REGIONAL, em exercício, no uso de suas atribuições, e considerando o que dispõe a Lei 13.363 de 13/12/2007 e Lei Complementar nº 141 de 03/09/2012, RESOLVE:

I - Designar os membros dos Comitês Regionais conforme planilha abaixo, visando promover a articulação entre os Municípios e Regiões, promovendo o desenvolvimento, através da descentralização e desconcentração das ações do Governo:

**MEMBROS ELEITOS DO COMITÊ DE ARTICULAÇÃO REGIONAL DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO**

**I - Poder Executivo**

Membro Efetivo: Samuel de Pádua Brito Ramos - Prefeitura Municipal de Afãrio

Membro Suplente: João Batista de Brito Rodrigues - Prefeitura do Município de Dormentes

**II - Poder Legislativo**

Membro Efetivo: José de Macedo Coelho - Câmara Municipal de Dormentes

Membro Suplente: Aurivan Santos Carlos - Câmara Municipal de Cabrobó

**III - Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR**

Membro Efetivo: Francisco Gomes de Araújo - STR de Lagoa Grande

Membro Suplente: Maria do Rosário de Sousa de França - STR de Dormentes

**IV - Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCCA**

Membro Efetivo: Juliana Pereira de Lima - CMDCCA de Lagoa Grande

Membro Suplente: Ana Patrícia da Silva Lucas - CMDCCA de Afãrio

**V - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS**

Membro Efetivo: Adis Marilene Coelho Pinto - CMDRS de Lagoa Grande

Membro Suplente: Adailson Gerson de Brito - CMDRS de Afãrio

**VI - Representante da Sociedade Civil**

Representante da Organização Não Governamental - ONG's

Membro Efetivo: Tibúrcio José de Lima - ASMAA de Afãrio

Membro Suplente: Vilmar Coppellaro - Produtores Rurais de Petrolina

Representantes Patronal

Membro: Joávir Coelho de Amorim - Patronal Rural da Petrolina

**VII - Representantes Religiosos**

Membro Titular: Dom Manoel dos Reis de Farias

Membro Suplente: Padre Milton Portino (Vigário Geral)

**IX - Representante da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco**

Membro Efetivo: Deputada Izabel Cristina de Oliveira

Membro Suplente: Deputado José Raimundo Penante do Espírito Santo

**X - Representante da Universidade Federal do Vale do São Francisco**

Membro Efetivo: Lucia Maray Souza Ribeiro de Oliveira

Membro Suplente: Alexandre dos Santos Machado

Coordenador (a) Regional: Adis Marilene Coelho Pinto

Secretário Executivo: Tibúrcio José de Lima

Representante do CEDES: José de Macedo Coelho

**ANTÔNIA AURORA DA SILVA PONTES**  
Secretária de Articulação Social e Regional em exercício

**PORTARIA SEART Nº 019/2012**, de 15 de agosto de 2012.

A SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO SOCIAL E REGIONAL, em exercício, no uso de suas atribuições, e considerando o que dispõe a Lei 13.363 de 13/12/2007 e Lei Complementar nº 141 de 03/09/2012, RESOLVE:

I - Designar os membros dos Comitês Regionais conforme planilha abaixo, visando promover a articulação entre os Municípios e Regiões, promovendo o desenvolvimento, através da descentralização e desconcentração das ações do Governo:

ANEXO D – DENÚNCIA DE USO INDEVIDO DO BEM PÚBLICO À PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Recife, 16 de junho de 2015.  
À Procuradoria Geral de Justiça de Pernambuco.

Assunto: Uso indevido do bem público - terreno da desapropriação do Loteamento São Francisco, em Camaragibe.

Vimos, por meio deste ofício, relatar e solicitar à Procuradoria Geral de Justiça de Pernambuco a apuração de uso indevido do bem público no processo de desapropriação promovido pelo Governo do estado justificado nas obras do Terminal Integrado de Camaragibe e o Ramal da Copa do Mundo 2014.

Após aproximadamente um ano de realização do megaevento que justificavam as obras, a área desapropriada se encontrava abandonada. Contudo, há duas semanas, começaram a construir um muro no entorno de todo o terreno sem nenhuma identificação da obra. Segundo o relato de motoristas de ônibus e de moradores da área, será construída uma garagem de ônibus para uma empresa privada, a Metropolitana (fotos em anexo).

A área foi desapropriada e decretada de utilidade pública pelo decreto número 38.535 de 16 de agosto de 2012, sendo assim, o uso de maneira privada se torna ilegal. Uma consulta ao cartório de imóveis de Camaragibe mostrou que o terreno ainda não foi regularizado pelo Governo do Estado, constando ainda o registro dos lotes individuais das famílias.

Ademais, ao observarmos a planta de uma das obras constata-se o excesso do Governo do Estado de Pernambuco, pois não houve projeto alternativo de redução de impactos, como orienta o guia de remoções e despejos produzidos pela ONU (relatoria de direitos humanos para moradia adequada), a Resolução 127 de 2011 do Ministério das Cidades, portaria 317 de 2013 e a própria Constituição de 1988 quando garante o direito à moradia. Consequentemente houve o excesso na desapropriação, removendo mais do que o necessário. Foram desapropriados, ao todo, 129 (cento e vinte e nove) famílias, as quais moravam na referida área, em média, há 40 anos.

As violações ocorreram desde o início do processo expropriatório, vão da ausência de projeto, da não participação dos moradores, das ameaças sofridas para aceitação dos valores indenizatórios, do despejo forçado realizado em caminhão de lixo, da falta de assessoria jurídica, do acesso à justiça, a falta de assistência psicossocial, até a vulnerabilidade das famílias que foram removidas sem a previsão de recebimento da indenização justa, prévia e em dinheiro como expõem a lei de desapropriação 3465/1941.

O caso do Loteamento São Francisco já chegou ao conhecimento de importantes referências na defesa pelos direitos humanos como a Relatoria do Direito à Cidade da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA) e da Relatoria da ONU para o Direito à Moradia Adequada, que visitaram a localidade nos dias 18 e 29 de novembro de 2013, respectivamente. Tais relatorias encaminharam Cartas de Providência ao Governo do Estado, exigindo,

Econômicos Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA) e da Relatoria da ONU para o Direito à Moradia Adequada, que visitaram a localidade nos dias 18 e 29 de novembro de 2013, respectivamente. Tais relatorias encaminharam Cartas de Providência ao Governo do Estado, exigindo, dentre outras coisas, que fossem imediatamente suspensas pela Secretaria Estadual de desapropriações do Estado de Pernambuco as imissões de posse oriundas dos processos judiciais de desapropriação até que se fossem dadas condições dignas para relocação e reassentamento das famílias, mas tais pedidos não foram acatados.

Foram relatados casos de moradores(as), especialmente idosos(as), que estão sofrendo problemas cardíacos e psicológicos, inclusive já ocorreram oito óbitos, consequências oriundas do processo traumático de desapropriação.

Diante desse contexto, o uso indevido da área desapropriada para utilidade pública vem agravar a situação de violação dos direitos humanos básicos e se caracteriza como ilegal.

Certas(os) de que o Ministério Público, defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, reconhecerá o caráter de urgência da situação, nós moradores do Loteamento São Francisco pleiteamos que, esta instituição distinta apure este uso indevido de bem público, em detrimento de sua destinação, e interceda junto ao caso acima narrado, para que sejam garantidos nossos direitos mais básicos.







ASS: Moradores do Loteamento São Francisco

Organizações de apoio a Luta do Moradores do Loteamento São Francisco: